

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social

Beatriz Ferraz Diniz

**“TEM GENTE QUE NÃO QUER SABER DE TRABALHAR”:
apontamentos acerca do discurso sobre a vadiagem na Praça da Sé
(SP)**

São Paulo
2014

Beatriz Ferraz Diniz

**“TEM GENTE QUE NÃO QUER SABER DE TRABALHAR”:
apontamentos acerca do discurso sobre a vadiagem na Praça da Sé (SP)**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leny Sato

São Paulo
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Psicologia
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Diniz, Beatriz Ferraz

“Tem gente que não quer saber de trabalhar”: apontamentos acerca do discurso sobre a vadiagem na Praça da Sé (SP) / Beatriz Ferraz Diniz; orientadora Leny Sato – São Paulo, 2014.

165f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Vadiagem 2. Praça da Sé 3. Psicologia Social do Trabalho 4. Etnografia 5. Exclusão social I. Título.

HM251

FOLHA DE APROVAÇÃO

Beatriz Ferraz Diniz

“Tem gente que não quer saber de trabalhar”: apontamentos acerca do discurso sobre a vadiagem na Praça da Sé (SP)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A todos os homens e mulheres que entrevistei na Praça da Sé os quais, gentilmente, compartilharam comigo um pouco de suas histórias de vida, de trabalho e, também, de sonhos. Em especial, agradeço à Madureira, por sua sabedoria e vivência sobre a Praça da Sé, sem as quais este trabalho perderia grande parte de sua riqueza.

À minha família e ao meu avô Lázaro de Paula Ferraz (*in memoriam*). Por tudo aquilo que foge às palavras só posso dizer que sem o apoio e carinho de vocês este trabalho não seria possível.

Ao meu amor e companheiro de vida, Vitor, que através de sua paciência, de seus afagos, de seus afazeres cotidianos, me trouxe sustentação, luz e esperança para que eu pudesse realizar este trabalho.

À minha orientadora e amiga Prof.^a Dr.^a Leny Sato, que desde o nosso primeiro encontro em 2006 sempre me escutou atentamente, procurando guiar os meus anseios, desejos e interesses na área científica. Sua humildade e sabedoria só reafirmaram o meu sonho em seguir a carreira docente.

Ao colega e amigo Carlos Eduardo, que me acompanhou em uma etapa difícil do trabalho de campo. Sem a sua admirável solidariedade este trabalho não seria o mesmo.

À Tatiana Freitas Stockler das Neves, minha querida amiga, que desde a graduação preenche minha vida de alegria e encantamento.

À Luiza Ferreira, colega e amiga, que nesses anos de pesquisa me ajudou em todos os aspectos envolvidos no fazer de uma dissertação de mestrado.

Aos colegas do grupo de orientandos pelas valiosas contribuições e paciência em me acompanhar em todas as fases deste trabalho.

Às queridas secretárias do Departamento de Psicologia Social do Trabalho, por toda atenção e ajuda que me forneceram ao longo destes dois anos de pesquisa.

À equipe do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT), que desde a graduação acolhem minhas ideias e questionamentos sobre o fazer psicológico.

Aos professores Luís Guilherme Galeão da Silva e Fabiana Augusta Alves Jardim por gentilmente aceitarem participar da banca desta pesquisa.

Aos professores José Guilherme Cantor Magnani e Fraya Frehse, por suas inestimáveis contribuições para o aprimoramento deste estudo.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos, que possibilitou a realização deste trabalho.

Vadiagem

“Vida de vadio; malandragem. Contravenção penal que consiste em uma pessoa levar vida ociosa, sendo válida para o trabalho e não possuindo renda própria”.

Fonte: AURÉLIO

“Contravenção relativa aos costumes, consiste em entregar-se, alguém, habitualmente, à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência ou prover a própria subsistência mediante ocultação ilícita.”

Fonte: JUSBRASIL

“Vida de vadio; vida errante. Sinônimos: ociosidade; vagabundagem”.

Fonte: WIKIDICIONÁRIO

RESUMO

A presença de uma explicação psicologizante (e culpabilizante) em relação a setores da pobreza que não encontram lugar na sociedade contemporânea moveu a proposta desta pesquisa. Tal pobreza, não integrada, é vista como composta de indivíduos que, apesar de estarem aptos ao trabalho, não trabalham, evocando representações ligadas ao universo da vadiagem. Com o aporte de estudiosos das ciências humanas e de fontes documentais, verificou-se que, a despeito de particularidades de acordo com a época histórica, os sentidos da vadiagem no Brasil sempre estiveram associados à permanência de certa parcela da população nos espaços públicos, como ruas e praças. Destaca-se, ainda, a pertinência da temática para o contexto brasileiro fundado sob um modelo de cidadania “corporativista”, em que aqueles que escapam da “figura normativa do trabalhador” (TELLES, 2001) são vistos como naturalmente incapazes. Tendo em vista estas questões, o presente estudo tem por objetivo investigar se o discurso da vadiagem está presente entre os frequentadores da Praça da Sé (SP), em relação àqueles que se “deixam ficar” nas imediações do logradouro em período comercial dos dias úteis. A pesquisa foi realizada utilizando como referencial metodológico a etnografia e a análise documental de jornais, e, como ferramentas, a observação participante aliada a conversas informais. As conversas e a convivência no espaço pesquisado mostraram a presença de uma estigmatização de certa plêiade de pedestres que têm em comum o fato de sentar-se ou deitar-se nas muretas ou no chão da praça. Visto como uma gente “acomodada” que “não quer saber de trabalhar”, composta, em sua maioria, por homens negros e pobres, a presença destes no logradouro é vista como fator de degradação, de vergonha e também de perigo. Importante apontar que essas pessoas estavam exercendo atividades visando à sobrevivência, de fato, ninguém ali estava “à toa”. Neste sentido, observa-se a associação da “viração” das classes pobres – identificada às representações de vadiagem – em oposição à norma salarial – identificada à figura do trabalhador. No levantamento documental, foi visto que os sentidos em torno da vadiagem foram sendo associados não apenas àqueles que permaneciam nos espaços públicos, mas também àqueles que exerciam trabalhos informais nestes espaços. Não obstante, verifica-se que fatores como precariedade das ocupações, repressão policial, instabilidade nas trajetórias de trabalho, porosidade nas fronteiras do formal, informal e lícito, acabam por, muitas vezes, tornar indeterminadas as delimitações entre “trabalhadores” e “vadios”. Indeterminação expressa também nas próprias falas dos entrevistados, carregadas de contradições e ambiguidades quanto à adesão ao código do trabalho enquanto processo identificatório. Conclui-se a presença muito forte no imaginário social das “estratégias de culpabilização” (GUARESCHI, 2007), que atribui o sucesso ou o fracasso, exclusivamente, ao indivíduo. E coloca em segundo plano as circunstâncias históricas e sociais, o que acaba por legitimar a exclusão social. Conclui-se, também, a associação do “espaço da rua” (DAMATTA, 1997) como lugar onde vivem os malandros, os pilantras, lugar, por princípio, de desordem moral e violência: preconceito, historicamente, arraigado como visto nas notícias de jornais. Neste cenário, é crucial a exposição pública de certa conduta de ser “trabalhador”, em que determinados rituais e regras acabam por diferenciar o trabalhador formal, do informal e, ambos, dos “acomodados”, “maloqueiros”, “pilantras”, “nóias” etc.

PALAVRAS-CHAVE: Vadiagem; Trabalho; Praça da Sé; Psicologia; Psicologia Social do Trabalho; Etnografia

ABSTRACT

The existence of a psychologizing (and blame-inducing) explanation for sectors of poverty which have no place in contemporary society has motivated this research. Such unintegrated poverty is seen as comprised of individuals who, despite being able to work, do not work, thus evoking representations linked to the world of vagrancy. With the aid of scholars from the human sciences and documentary sources, it was found that, in spite of characteristics which vary according to specific historical periods, the meanings of vagrancy in Brazil have always been associated with the permanence of a certain part of the population in public spaces, such as streets and squares. It should also be emphasized that the subject at hand is pertinent for the Brazilian context, which is based on a model of “corporate” citizenship, in which those who do not conform to the “normative representation of the worker” (TELLES, 2001) are seen as naturally incapable. In view of these issues, this study aims to ascertain if the discourse on vagrancy is present among the passersby in Praça da Sé (in the city of São Paulo) in relation to those who “hang out” around the square during the business hours of working days. The methodological framework for the research was ethnography and the documentary analysis of newspapers, with the use of participant observation as well as informal conversations as research devices. The conversations and the coexistence in the space under research have shown the stigmatization of a certain plethora of pedestrians who share the habit of sitting or lying down on low walls or on the square floor. Seen as “sluggish” people who “just don’t want to work”, the presence of this mostly poor, black and male population in the square is seen as a degrading, shameful and also dangerous factor. It is important to note that such people were engaged in subsistence activities; in fact, no one was there “at leisure”. In this sense, one notes the association between the “toughing it out” of the poor classes with representations of vagrancy, as opposed to the salary norm which is associated with the representation of the worker. The documentary survey found that the meanings revolving around vagrancy have been associated not only with those who stayed in public spaces, but also with those who performed informal work in such places. Nonetheless, factors such as job precariousness, police repression, instability in work trajectories and a thin line between formal, informal and lawful activities often blur the distinction between “workers” and “vagrants”. Such blurring is also manifest in the discourse of the interviewed subjects themselves, which are full of contradictions and ambiguities with regards to the adherence to the code of work as an identity process. It was thus concluded that “blame-inducing strategies” (GUARESCHI, 2007), which ascribe success or failure exclusively to individuals, have a very strong role in the social imaginary, relegating historical and social circumstances to the background and ultimately legitimizing social exclusion. It was also concluded that the association of the “street space” (DAMATTA, 1997) with a place inhabited by rogues and crooks and of inherent moral disorder and violence is a historically rooted prejudice, as seen in newspaper articles. In this scenario, public display of a certain “worker” conduct is key, whereby certain rituals and rules eventually help differentiate formal workers from informal ones and both these categories from those who are “sluggish”, “con artists”, “rogues”, “crackheads” etc.

KEYWORDS: Vagrancy; Work; Praça da Sé; Psychology; Social Psychology of Work; Ethnography

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 1 | O tablado retangular da Praça da Sé..... | 47 |
| Figura 2 | A “roda de pregação”..... | 48 |
| Figura 3 | Início das muretas..... | 51 |
| Figura 4 | As muretas..... | 52 |
| Figura 5 | O setor ajardinado da Praça da Sé separado pelas muretas..... | 52 |
| Figura 6 | Fim das muretas e uma das entradas da estação Sé do metrô..... | 53 |
| Figura 7 | Ao fundo, a “ilha” da Praça da Sé..... | 56 |
| Figura 8 | Madureira em sua “banca”..... | 57 |
| Figura 9 | Com Madureira em sua “banca”..... | 57 |
| Figura 10 | Estatística da delegacia regional de polícia..... | 65 |
| Figura 11 | Colônia correccional..... | 66 |
| Figura 12 | Transcrição de detalhe do texto Estatística da delegacia regional de polícia..... | 66 |
| Figura 13 | Transcrição de detalhe do texto Colônia correccional..... | 67 |
| Figura 14 | Delegacia de repressão à vadiagem..... | 67 |
| Figura 15 | Transcrição de detalhe do texto Delegacia de repressão à vadiagem | 68 |
| Figura 16 | O problema da mendicância..... | 69 |
| Figura 17 | Transcrição de detalhe do texto O problema da mendicância..... | 69 |
| Figura 18 | Transcrição de detalhe do texto Autuados em flagrante por vadiagem..... | 70 |
| Figura 19 | Autuados em flagrante por vadiagem..... | 70 |
| Figura 20 | Transcrição de detalhe do texto Falsa mendicância..... | 71 |
| Figura 21 | Falsa mendicância..... | 72 |
| Figura 22 | Vadiagem..... | 75 |
| Figura 23 | Transcrição de detalhe do texto Vadiagem..... | 76 |

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 24 | O que acontece na Praça Dom José Gaspar..... | 77 |
| Figura 25 | Trecho extraído do texto O que acontece na Praça Dom José Gaspar | 78 |
| Figura 26 | Transcrição de trecho do texto Procurador geral pede abertura de inquérito..... | 79 |
| Figura 27 | Procurador geral pede abertura de inquérito..... | 79 |
| Figura 28 | Transcrição de trecho do texto As jóias do trânsito..... | 80 |
| Figura 29 | As jóias do trânsito..... | 81 |
| Figura 30 | Ambulantes, nova “Blitz”..... | 82 |
| Figura 31 | Transcrição de trecho do texto Ambulantes, nova “Blitz”..... | 83 |
| Figura 32 | Equipe especial da polícia para vigiar o centro..... | 84 |
| Figura 33 | Transcrição de trecho do texto Equipe especial da polícia para vigiar o centro..... | 85 |
| Figura 34 | Algo está errado..... | 87 |
| Figura 35 | Transcrição de trecho do texto Algo está errado..... | 88 |
| Figura 36 | Praça da Sé, o retrato de uma cidade insegura..... | 89 |
| Figura 37 | Transcrição de trecho do texto Praça da Sé, o retrato de uma cidade insegura..... | 90 |
| Figura 38 | Transcrição de trecho de texto Polícia defende a “operação cata-pobre” no Centro..... | 90 |
| Figura 39 | Polícia defende a “operação cata-pobre” no Centro..... | 91 |
| Figura 40 | Desemprego não é vadiagem..... | 92 |
| Figura 41 | Transcrição de trecho do texto Desemprego não é vadiagem..... | 93 |
| Figura 42 | Defensoria quer soltar moradores de rua..... | 93 |
| Figura 43 | Câmara aprova fim da contravenção da vadiagem..... | 94 |
| Figura 44 | Mapa da Praça da Sé..... | 98 |
| Figura 45 | Vista aérea da Praça da Sé..... | 98 |
| Figura 46 | A Catedral da Sé..... | 99 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 47 | Tablado da Praça da Sé..... | 99 |
| Figura 48 | O setor arborizado da Praça da Sé. | 99 |
| Figura 49 | O setor ajardinado da Praça da Sé separado pelas muretas | 100 |
| Figura 50 | O setor ajardinado da Praça da Sé..... | 100 |
| Figura 51 | Um caleidoscópio..... | 101 |
| Figura 52 | Mapa com as regiões (em destaque) da Praça da Sé visitadas em campo..... | 103 |
| Figura 53 | O mapa do trabalho da Praça da Sé..... | 105 |
| Figura 54 | Cadeira de engraxate-sapateiro..... | 112 |
| Figura 55 | Cadeira de engraxate..... | 112 |
| Figura 56 | Os jogos da loteria, a “esperança do sonho” de Madureira..... | 117 |
| Figura 57 | Grupo de não-transeuntes..... | 127 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|--|----|
| Tabela 1 | Quadro-síntese das incursões de campo da pesquisa de julho a outubro de 2012..... | 58 |
| Tabela 2 | Quadro-síntese das incursões de campo da pesquisa de novembro de 2012 a outubro de 2013..... | 59 |

SUMÁRIO

| | | |
|---------------------|---|----|
| | APRESENTAÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO I | INTRODUÇÃO | 19 |
| 1.1 | A figura do vagabundo nos primórdios da modernidade: breves apontamentos..... | 19 |
| 1.2 | A vadiagem no Brasil da Colônia à República..... | 22 |
| 1.2.1 | A ideologia da mobilidade pelo trabalho..... | 26 |
| 1.3 | Circunscrevendo o tema..... | 29 |
| CAPÍTULO II | SOBRE O TRABALHO DE CAMPO | 40 |
| 2.1 | Apontamentos acerca do método etnográfico..... | 40 |
| 2.1.1 | Trabalho de campo: “processo de convivência entre pessoas”..... | 43 |
| 2.2 | Sobre o trabalho de campo na Praça da Sé..... | 44 |
| 2.2.1 | A escolha da Praça da Sé..... | 44 |
| 2.2.2 | Saindo de casa e indo a campo: os caminhos trilhados..... | 45 |
| 2.2.3 | Chegando à Praça da Sé. E agora?..... | 46 |
| 2.2.4 | Caminhando e observando: as peripécias do caminho | 46 |
| 2.2.5 | Sentada nas muretas | 51 |
| 2.2.6 | Frequentando a “banca” do Madureira..... | 55 |
| 2.3 | Explorando os jornais: notas sobre a análise documental..... | 60 |
| CAPÍTULO III | A VADIAGEM RETRATADA NOS JORNAIS | 62 |
| 3.1 | Dos anos 1927 a 1960: um problema de polícia..... | 63 |
| 3.2 | Dos anos 1961 a 1980: um problema de trabalho..... | 73 |
| 3.3 | Dos anos 1980 a 2013: um problema do passado..... | 85 |

| | | |
|--------------------|--|----------------|
| CAPÍTULO IV | CALEIDOSCÓPIO DO TRABALHO NA PRAÇA DA SÉ..... | 96 |
| 4.1 | Um pouco da história da Praça da Sé..... | 96 |
| 4.2 | As múltiplas “Praças da Sé”..... | 101 |
| 4.2.1 | “Estou aqui para trabalhar, a minha relação é com os clientes”..... | 104 |
| 4.2.2 | A “viração” dos trabalhadores da Praça da Sé..... | 112 |
| 4.2.3 | Quando o trabalho é “meio regular, meio irregular” | 117 |
| | | |
| CAPÍTULO V | APROFUNDAMENTO SOBRE OS “ACOMODADOS” DA PRAÇA DA SÉ..... | 126 |
| 5.1 | “Falar em Praça da Sé, é falar em maloca”..... | 126 |
| 5.2 | Os sentidos do “acomodar-se”..... | 131 |
| 5.2.1 | “Tem gente que tem vontade de trabalhar, tem gente que não tem”: o “acomodar-se” por uma questão de escolha..... | 133 |
| 5.2.2 | “Eles sabem que não vão passar fome e aproveitam desta situação”: o “acomodar-se” por uma questão de “mordomia”..... | 140 |
| 5.2.3 | “Não saio daqui por um trabalho que pague pouco”: o “acomodar-se” como resistência..... | 146 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 154 |
| | REFERÊNCIAS..... | 161 |

APRESENTAÇÃO

São muitos e misteriosos os caminhos que nos levam a querer estudar um determinado assunto em detrimento de outros tão interessantes, mas parece que sempre tem um que se instala na gente como uma coceirinha atrás da orelha. Quando era criança, achava que meus pais não eram crianças que nem eu e a minha irmã porque eles trabalhavam; ser adulto significava para mim, trabalhar. Só pensava que coisa chata que era esse tal de trabalho que roubava os meus pais de mim o dia inteiro e ainda no dia seguinte o dito cujo queria mais e mais. Repetia comigo que nunca ia trabalhar, para não ter que crescer e ser eternamente criança, mas a gente cresce e aprende: o trabalho é o que dignifica o homem e lhes dá uma identidade; ele é sofrido, mas nada como um descanso merecedor após um dia de labuta. E tudo o que a gente sonhava, tudo o que a gente questionava, tudo o que a gente gostaria de ser é transformado em devaneios ingênuos de uma criança. Entretanto, o estranhamento de uma vida ditada pelo trabalho continuou presente em mim. Essa é a minha pulga atrás da orelha.

Olhando por esse prisma meu percurso acadêmico, em grande parte, se faz inteligível. Em minha iniciação científica, estudei a Flaskô, uma fábrica onde os trabalhadores, em virtude do processo de falência ocuparam-na para não perderem seus postos de trabalho. Embora a reivindicação central daqueles operários fosse por mais trabalho e não por mais ócio e preguiça (LAFARGUE, 1983), me chamou a atenção, na época, uma medida tomada pela gestão dessa fábrica ocupada. A gestão da fábrica decidiu pela redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas semanais sem alteração salarial e na produtividade. O objetivo dessa decisão era assegurar aos trabalhadores o usufruto do tempo liberado para atividades de lazer, convivência social e familiar, ao invés de atividades ligadas ao trabalho (DINIZ, 2007).

Já no final da minha graduação, participei (juntamente com uma colega) de uma atividade de extensão universitária desenvolvida no Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT-USP), realizada no período de 2010 a 2011, com a temática do desemprego e geração de renda em segmentos populares, tendo como base o Projeto Desemprego (FARINA & NEVES, 2007). No primeiro momento, o projeto tinha por objetivo investigar o fenômeno do desemprego e formas alternativas de geração de renda junto aos usuários de um

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ¹, num município da região metropolitana de São Paulo; posteriormente, foi realizado em uma praça pública do mesmo município, visando fomentar a discussão do tema em espaço público (DINIZ & BATISTA, 2011). Neste contexto, os homens que frequentavam a Praça afirmavam-se como trabalhadores em oposição às mulheres e jovens que também ocupavam a Praça, associados por esses às representações de vadiagem. Neste sentido, a responsabilidade pela situação de trabalho, ou pela falta dele, era relegada ao indivíduo que ou não se esforçou o suficiente para procurar emprego ou não queria se qualificar ou ainda não aceitava “*trabalho pesado*”, em um mercado de trabalho que “*há empregos para todos aqueles que realmente querem trabalhar*”. Percebemos também que esse discurso moralizante recaia também em relação ao mundo do trabalho. O que é considerado trabalho para os transeuntes da Praça com quem conversamos seria somente aquele que apresenta registro na carteira de trabalho, enquanto os “bicos” ou até trabalhos como de “manicure” e “vendedor ambulante”, seriam considerados como menos dignos do que o emprego formal. De modo que essas duas experiências deixaram alguns questionamentos em mim.

A proposta de redução da jornada de trabalho na Flaskô tinha por finalidade desenvolver melhorias não somente nas condições de trabalho, mas especialmente em dotar de sentido uma vida dentro e fora do trabalho. Como nota Antunes (1999, p. 177).

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela **omnilateralidade humana**, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre **tempo de trabalho** e **tempo de não-trabalho**, de modo que, a partir de uma **atividade vital** cheia de sentido, autodeterminada, **para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente**, e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. [...] Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e **decisivamente**) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo².

Neste espaço, todos se identificavam enquanto trabalhadores, sendo a principal reivindicação a preservação dos empregos, mas também se questionava a forma como o

¹ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. É responsável pela prestação de serviços e programas assistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, dentro de uma perspectiva que se propõe a favorecer a autonomia e a cidadania através do desenvolvimento, da justiça e da equidade social (Brasília, 2007).

²Grifo do autor.

capital organizava o trabalho, em que determinações externas aos operários eram impostas àqueles que propriamente executam o trabalho. No caso da Fluskô, observou-se uma tendência na direção contrária das novas configurações experimentadas no mundo do trabalho e das organizações, em que o trabalhador precisava estar sempre disponível, sob o risco de ser visto como alguém que não se identificava com a empresa, que não era proativo, empreendedor etc. Na fábrica ocupada, se questionava a todo instante os aspectos da organização e das condições do trabalho como mediadores dos comportamentos individuais dos operários. Nota-se que quando as decisões da gestão de uma organização são tomadas coletivamente, abrem-se mais possibilidades de visões igualmente coletivas sobre o mundo do trabalho em detrimento das “explicações psicologizantes” (OLIVEIRA, 1997). Já no caso da praça me espantou a forte presença da estigmatização como vagabundos de um segmento da população que se deixava ficar nas imediações do logradouro. Naquele contexto, o vagabundear significava o ato de não procurar se qualificar para conseguir um emprego ou a recusa a determinados trabalhos, de modo a demonstrar a valorização de um tipo de trabalho – o assalariado regulado pelo Estado – e uma tendência à individualização das questões relativas ao mundo do trabalho.

Robert Castel (1998) mostra em sua obra seminal que a modalidade de trabalho que hoje estamos submetidos, o trabalho assalariado, já foi (e não há muito tempo) algo não só posto à margem da sociedade, mas considerado uma atividade indigna. Se hoje o trabalho aparece como um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p. 29); e digno é qualificativo para referir-se aquele que é trabalhador, é porque se percorreu um longo e conflituoso caminho para chegar a esse ponto. Na construção desse caminho, o autor destaca um grupo específico que foi duramente reprimido nas sociedades pré-industriais: aquele que não trabalha apesar de poder trabalhar, no sentido de estar apto ao trabalho, ao mesmo tempo em que está cortado de todo apoio relacional, o chamado **vagabundo** (CASTEL, 1997). Os considerados vagabundos desafiavam a coesão social, pois se referiam a pobres que não trabalhavam, pois não tinham possibilidade de fazê-lo em uma sociedade onde a condição de assalariado ainda estava muito atrelado às tutelas tradicionais. A repressão à vagabundagem, uma das obsessões do Antigo Regime, representa o “paradigma da regularização de uma organização do trabalho dominada pelo princípio da obrigaçãõ” (CASTEL, 1998, p.186).

De maneira semelhante, no Brasil, na época da Colônia, verifica-se a estigmatização de homens livres e pobres que não encontravam um lugar na rígida dicotomia senhor-escravo, vistos pela elite como a “encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho” (KOWARICK, 1994, p.43). Com a abolição da escravidão, o trabalho deixava de ser cativo para ser livre, de modo que a coerção física do trabalhador passava a ser predominantemente ideológica, resultando em uma intensificação da repressão à vadiagem. Neste contexto de obsessão pelo progresso, passa a se questionar a permanência daqueles que desafiavam às regras contratuais do mercado emergente – pobres que se deixavam ficar nas ruas supostamente sem qualquer ocupação econômica, designados como “vadios” (FREHSE, 2011b). Novamente observa-se a estigmatização da população pobre que não se encaixava na ordem social dominante e era penalizada por isso.

Castel (1998) aponta que, historicamente, os indivíduos rotulados de vagabundos são, em sua maioria, trabalhadores errantes em busca de uma ocupação que se esquivava, de modo que a construção de um paradigma negativo dessa categoria como a-social e perigosa, refere-se a uma construção, um discurso do poder.

É primeiro um ato dos responsáveis encarregados da gestão dessas populações e que é o instrumento desta gestão [...] **que fazer com indivíduos que suscitam problemas inextricáveis, por não estarem em seu lugar, mas que não têm, em parte alguma, um lugar na estrutura social? A condenação do vagabundo é o caminho mais curto entre a impossibilidade de suportar uma situação e a impossibilidade de transformá-la profundamente**³ (CASTEL, 1998, p. 137).

Da mesma maneira, Martins (1984) destaca: “a ideologia relativa ao vadio é sobre o vadio, mas não é a do vadio. É o „outro“ da camada dominante, que tece a ideologia da vadiagem, que constrói a concepção que o identifica e rejeita ao mesmo tempo” (Folha de S. Paulo, 05/05/1984, p. I-4). Mas seria essa uma questão do passado, a de estigmatizar e culpar os setores marginalizados pela sua própria pobreza? Minhas experiências anteriormente relatadas me dão pistas de que talvez essa pecha da vadiagem esteja presente ainda hoje, mas sob diferentes formas. Seria a auto-responsabilização do trabalhador desempregado uma dessas formas? Ou ainda, a estigmatização daqueles que estão inseridos no circuito informal do trabalho?

³Grifo do autor.

Segundo Kowarick (2002), a questão social que atravessa a nossa história e ganha distintas entonações ao longo do tempo e do espaço refere-se, justamente, a uma anulação daqueles que são percebidos como diferentes e inferiores, em que é acentuado um imaginário social que associa a pobreza à criminalidade, de modo que é preciso moralizá-la em seus hábitos, comportamentos e costumes. Telles (2001) complementa, notando que o ato de trabalhar para o pobre afasta a pobreza como um estigma-evidência do fracasso do indivíduo em lidar com as adversidades da vida – de modo que o trabalho e a pobreza aparecem como dois modos antinômicos de existir socialmente. Neste sentido, há uma distinção no interior da mesma pobreza, entre os pobres honestos – trabalhadores que conseguiram, apesar das adversidades, garantir uma vida digna para a família, terem a casa limpa e bem cuidada – dos “pobres de tudo” – favelados que não têm um lugar fixo, vivem a vagar pelas ruas, não conseguem um emprego regular e vivem à deriva das circunstâncias (TELLES, 2001).

Símbolos de uma vida digna e “bem sucedida”, símbolos que constroem a figura do “pobre, porém honesto”, casa e família montam um universo moral no qual a “rua”, lugar dos que vivem sem eira nem beira, é percebida como espaço da desordem moral, da família desunida, da sujeira, da violência e do crime, no que traduzem a seu modo a associação entre pobreza, desordem moral e violência (TELLES, 2001, p. 83).

Observa-se, assim, que a temática da vadiagem está relacionada a uma estigmatização daqueles que são marginalizados da sociedade; refere-se a trabalhadores pobres em busca de uma inserção, mesmo que precária. E que esse aspecto atravessa a nossa história com diferentes entonações e colorações, mas o resultado parece ser o mesmo: repressão àqueles que desafiam um determinado modo de existir imposto socialmente, cujo estatuto de trabalhador tem seu papel central. Diante dessas considerações e tendo como hipótese que existe no Brasil uma associação entre espaço público, pobreza e vadiagem, este estudo tem por **objetivo**: investigar se o discurso da vadiagem, que, dentre outros aspectos, “culpa os pobres por sua pobreza” (KOWARICK, 2002, p.27) está presente entre os frequentadores da Praça da Sé, localizada na área central da cidade de São Paulo, em relação àqueles que se “deixam ficar” (FREHSE, 2011b) nas imediações do logradouro em período comercial dos dias úteis.

Capítulo I INTRODUÇÃO

1.1 A figura do vagabundo nos primórdios da modernidade: breves apontamentos

A temática da *vagabondage* aparece no início da época moderna na forma de literatura que versa sobre o mundo do crime e da miséria, suscitando enorme interesse entre a população da época. Em um contexto de aumento de pauperismo e desagregação das estruturas feudais europeias, massas de miseráveis ganhando a vida com trabalhos ocasionais, esmolas e práticas de crimes passam a ser paisagem recorrente, de forma que esses grupos começam a ser vistos como figuras perigosas à ordem pública.

A sociedade urbana produziu argumentos para uma valorização social da riqueza e para que esta pudesse ser tratada como um sinal da graça de Deus. Consequentemente, a miséria constituía a prova da falta da ajuda divina e talvez até sua ira. No plano societário, o pobre era tratado como alguém que substituíria a ordem social e era socialmente perigoso (GEREMEK, 1995, p.11).

Nas sociedades do Antigo Regime, há uma diferenciação entre os pobres por enfermidade ou por desgraça, isto é, aqueles que não suprem suas necessidades básicas (velhos indigentes, órfãos e portadores de deficiência de todos os tipos), por isso, isentos da obrigação do trabalho, dos pobres por dissipação, os vagabundos ou “indigentes válidos”, aqueles que são capazes de trabalhar, mas não trabalham. O primeiro grupo corresponde ao que Castel (1997, p. 21) irá chamar de “**indigência integrada que não é marginalidade**”, cliente em potencial da assistência social; já o segundo grupo, que em termos de pobreza não diferia em nada do primeiro, recebia um tratamento distinto e era completamente marginalizado, era o “**desfilado por excelência**” (CASTEL, 1998, p. 43), ou seja, aquele que sofre um duplo processo de desligamento, de ausência de trabalho e de isolamento relacional⁴.

O personagem tipo da zona de grande marginalidade, ou de desfiliação é o vagabundo. Ele não trabalha, apesar de poder trabalhar, no sentido de estar apto ao trabalho. Ao mesmo tempo, ele está cortado de todo apoio relacional. É o errante, o estrangeiro que não pode ser reconhecido por ninguém e se encontra rejeitado, de fato, por toda parte. Consequentemente, sobre ele recaem medidas repressivas

⁴Para Castel (1998), “a vagabundagem aparece menos como uma condenação *sui generis*, do que como o limite de um processo de desfiliação, alimentando, na origem, pela precariedade da relação com o trabalho e pela fragilidade das redes de sociabilidade [...]. A maior parte dos classificados como vagabundos na época, representa o que hoje chamariamos de desempregados subqualificados em busca, de modo mais ou menos convincente, de um emprego” (p.128-129). Esse ponto será retomado mais adiante.

cruéis, do rechaçamento à exposição à morte, em casos extremos (CASTEL, 1997, p. 24).

Essa classificação era o ponto de partida para todas as ações da Igreja e do Estado da época, em que a primeira categoria fazia parte das ações de caridade das classes abastadas; já a segunda, considerada inútil para a comunidade, era duramente castigada e estigmatizada. Segundo a doutrina da época, que embasava as ações de cunho assistencial, a causa da miséria e da mendicância era a ociosidade, de forma que o único remédio possível era o trabalho forçado. Este tipo de instrumentalização da caridade levou a uma diferenciação entre bons e maus pobres, critério alvo de medidas assistenciais ou repressivas, respectivamente.

Castel (1998) chama a atenção para essa última categoria (os maus pobres), como aquela que coloca a “questão social ⁵” de forma aguda, ou seja, trata-se de grupos de indivíduos cuja existência ameaça a coesão de uma sociedade. Isso fica mais claro quando analisamos quem eram esses considerados vagabundos – trabalhadores que viviam a instabilidade do emprego perambulando à procura de alguma ocupação – de forma que, colocava-se em questão a condição do assalariado numa sociedade ainda muito atrelada às formas de trabalho inseridas nas tutelas tradicionais do Estado Absolutista. Sobre o problema que essa “indigência válida” colocava, Castel (1998) aponta,

A incapacidade de se auto-sustentar por parte das pessoas que podem trabalhar suscita, em contrapartida, o problema fundamental que, historicamente, o mendigo válido foi o primeiro a apresentar. Este representa a transição concreta para reintroduzir, na categorização geral do infortúnio, esta forma específica e essencial da desgraça do povo: a decadência da miséria trabalhadora ou, pior ainda, dos miseráveis que não têm trabalho (p. 93).

Assim, o vagabundo nas sociedades pré-industriais representa a “essência negativa do assalariado” (CASTEL, 1998), quer dizer, é um assalariado “puro” no sentido de que só tem a força de trabalho para vender, mas não encontra uma relação de assalariamento para vendê-la. A organização das sociedades pré-industriais não permitia o desenvolvimento de um processo de acumulação capitalista, além do mais, as regulamentações das profissões impediam tanto a formação de um mercado para a livre circulação de mercadorias quanto para

⁵A “questão social” refere-se “ao ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro[...]. Essas diferenciações e segmentações (sociais, econômicas e civis) podem ser tomadas [...] como a contraface de uma destituição de direitos [...]. Trata-se de uma destituição [...] que, ao mesmo tempo que gera fragmentação e exclusão, ocorre em um cenário de encolhimento de legitimidade dos direitos sociais.” (TELLES, 1996 apud KOWARICK, 2002, p. 15).

a formação de um mercado de trabalho. Com isso, as ocupações que escapavam às regulações dos ofícios pertenciam à esfera “da polícia dos pobres” (CASTEL, 1998), que compreendia a disciplina dos costumes.

Se o trabalho é assunto de polícia, o papel de uma boa polícia aplicada aos pobres que não trabalhavam é o de forçá-la a trabalhar. O tratamento da vagabundagem, como foi visto, representa a forma limite dessa exigência que se exhibe então como pura coerção, o imperativo categórico do trabalho sem mesmo a possibilidade de ter acesso ao trabalho: um código coercitivo do trabalho (CASTEL, 1998, p. 176).

Dessa forma, em meio a sintomas de uma desconversão da sociedade feudal, o tratamento dado à vagabundagem diz sobre tentativas de organização do trabalho dominado pelo princípio da obrigação (CASTEL, 1998). Importante destacar também o aspecto de construção da criminalização desta categoria, tida como a-social e perigosa, o que Castel (1998) irá chamar de “paradigma negativo do vagabundo”, no qual a condenação indiscriminada daqueles que não encontram lugar na estrutura social ao mesmo tempo em que revela um processo pelo qual uma sociedade expulsa determinados membros também o oculta ao transformá-lo simplesmente em uma “questão de polícia”.

Em síntese, nas sociedades pré-industriais o trabalho se dava por duas modalidades de trabalho: o trabalho regulado (inserido em tutelas tradicionais) e o trabalho forçado (inserido na esfera da polícia dos pobres), ambas vistas como situações indignas. E é da perenidade das formas de trabalho regulado que irá desenvolver as condições para uma situação assalariada moderna, o trabalho “livre”, na qual o recrutamento forçado dos “desfiliados” ocupou um lugar central nas primeiras concentrações industriais.

As grandes concentrações de trabalhadores sempre supuseram o trabalho forçado [...] Privados de escravos, pelo menos em suas metrópoles, e também do equivalente de reserva de índios onde se abastecer a mão-de-obra, as sociedades do Ocidente, cristãs além do mais, tiveram que resolver um problema difícil: encontrar e mobilizar trabalhadores para certos tipos de tarefas que ninguém aceitaria, se pudesse fazer outra coisa ou não fazer absolutamente nada. Independentemente mesmo das motivações morais que sempre incitam a punir pobres coitados, supostos viciosos e perigosos, compreende-se a concentração de interesse sobre algumas categorias de *outcasts*, vagabundos, condenados a trabalhos forçados [...] para executarem um tipo de trabalho que qualquer homem de bem só pode recusar⁶ (CASTEL, 1998, p. 207).

⁶Grifo do autor.

Nota-se que os indivíduos estigmatizados como vadios referem-se a uma determinada parcela da pobreza que é apta ao trabalho, no sentido de não possuir limitações físicas ou mentais, porém não trabalha. Ou melhor, não trabalha em determinados tipos de ocupações e sob certa disciplina de trabalho, no limite, condenava-se a andança de trabalhadores (CASTEL, 1998). É interessante pensar que mesmo em uma época em que o trabalho (assalariado) era visto como algo indigno (bem diferente do que ocorre hoje), era condenado àquele que supostamente não trabalhava, demonstrando que a temática da vagabundagem remete menos a uma questão de não trabalho e mais a uma imposição de certo modo de vida para certas categorias da população: uma disciplinarização dos pobres. Como Castel (1998) aponta, é preciso compreender que as políticas concernentes aos vagabundos é a mesma dirigida à massa do povo que está separada da franja desfiliada somente por frágeis fronteiras, a qual o autor irá chamar de os “vulneráveis”.

1.2 A vadiagem no Brasil da Colônia à República

No Brasil, o tema da vadiagem (ou da vagabundagem) se consolida num contexto de liberalismo econômico, na virada do século XIX para o XX, que está relacionado à maneira como o país ingressou no mundo do trabalho⁷. Convém apontar, entretanto, que já na sociedade escravocrata havia uma pecha da vadiagem em relação a homens livres e libertos que não encontravam lugar na rígida dicotomia senhor-escravo.

Como aponta José de Souza Martins (Folha de S. Paulo, 05/05/1984, p. I-4), ao tecer comentários sobre a obra “Desclassificados do Ouro” de Laura de Mello e Souza, a desigualdade da sociedade estamental não era restrita à sabida desigualdade do escravo, mas também se dava entre a população livre e liberta do século XVIII. Para esta população, Laura de Mello e Souza propõe o termo “desclassificado social”, ao invés de marginal, no sentido que a sociedade da época não classificava apenas pelo trabalho, mas também pela “qualidade” da pessoa, sua origem, seu sangue. De forma que a principal categoria de (des)classificação da época era a mestiçagem.

⁷Para a legislação vigente na primeira República, vagabundagem significava o fato de um indivíduo não ter ocupação regular e ficar vagando pelas ruas da cidade procurando o quê fazer, já a vadiagem envolvia não só a ausência de ocupação lícita, mas também de prover a subsistência por meio de atividades ilícitas ou que ofendiam a moral e os bons costumes. (FREHSE, 2011b).

Quer dizer, a pecha da vadiagem não dizia respeito somente à questão do trabalho, mas também à posição ocupada na estrutura social determinada pela cor da pele, pela etnia, pelo pertencimento a certas famílias etc. O que parece reiterar o que Castel (1998) destaca. Para ele, a pobreza não é determinada apenas pelo aspecto econômico, mas também pela densidade da inserção relacional. Tal como nas sociedades pré-industriais, o vadio aqui designa o indivíduo duplamente excluído das relações de trabalho ao mesmo tempo em que dos suportes relacionais. Assim, esses “vadios” encarnavam uma humanidade nova estranha à sociedade estamental, o que os excluía e os lançava à condição de pessoas desenraizadas⁸. Entretanto, essa exclusão não significava que eles não eram inseridos socialmente, ao contrário, ela estabelecia justamente a maneira como essa inclusão era feita.

Os vadios, os inúteis, eram utilizados. O próprio governo determinava caçadas periódicas aos vadios, para depois remetê-los aos presídios de povoamento, às regiões de fronteiras e forçá-los ao trabalho [...] Os vadios, os desclassificados, dispersavam-se por inúmeras categorias e infrações: feiticeiros, prostitutas, ladrões, assassinos, falsários e extraviadores de ouro e diamantes, ciganos, bandidos, garimpeiros. Se os desclassificados eram utilizados, ao mesmo tempo eram temidos porque não estavam inseridos na ordem que classificava as pessoas. Eram livres, mas não eram iguais [...]. **É nesse sentido que a ideologia relativa ao vadio é sobre o vadio, mas não é a do vadio. É o „outro“, a camada dominante, que tece a ideologia da vadiagem, que constrói a concepção que o identifica e rejeita ao mesmo tempo**⁹ (FOLHA DE S. PAULO, 05/05/1984, p. I-4).

Frehse (2011b) também aponta,

No Brasil escravista, as classificações “mendigo”, “vagabundo” designavam indivíduos de várias matizes e origens sociais sem inserção estável na divisão de trabalho da ordem senhorial-escravocrata. A denominação popular para esse tipo humano, livre ou liberto, desprovido de vínculos de pertencimento, era o “vadio”, um tipo de categorização que [...] a partir de fins do século XIX passou a ser claramente estigmatizada (p. 126).

Outro aspecto a se destacar, refere-se à herança do trabalho manual como coisa de escravo, de forma que a concepção de trabalho para os homens livres dessa época era a de algo cativo, degradado e não compensador. Mais uma vez, retifica-se que a questão da vadiagem não diz respeito estritamente ao não-trabalho, mas à condenação daqueles que

⁸Entendo o termo “enraizamento” tal como proposto por Jardim (2004), a saber: “trata-se das mediações pelas quais se constrói o sentido de **pertinência social** e, mais que isso, contrói-se a compreensão do presente e das relações que este estabelece com o passado e com o futuro” (p. 15). Grifo da autora

⁹Grifo meu.

recusam (por variados motivos) realizar determinados tipos de trabalhos ainda mais sob o jugo de uma coerção alheia; questionando-se, assim, os valores do que é considerado certo e errado, norma e desvio, trabalho e ócio, pobreza e riqueza... É intrigante pensar que o que considerado trabalho “de verdade”, e, conseqüentemente, o que é ser um trabalhador, é ditado por uma senhoria ociosa. O que parece incomodar a elite da época é o fato de alguns pobres (os chamados vadios, mendigos, as prostitutas...) não saberem o “seu lugar”.

O ponto central era que as relações de produção baseadas no trabalho livre só poderiam ter se desenvolvido se ocorressem transformações no modo senhorial-escravista de dominação, cujas raízes culturais e políticas caracterizavam-se pela intolerância, em face da própria condição de liberdade de todos aqueles que não eram escravos nem senhores. [...] Os livres, na medida em que o cativo fosse o referencial do processo produtivo, só poderiam conceber o trabalhador organizado como a forma mais degradada de existência. [...] Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela "escola do trabalho", sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho (KOWARICK, 1994, p. 42-43).

Já na virada do século XIX ao XX observa-se maior intensificação da repressão à vadiagem¹⁰, relacionada à localização de práticas ditas “modernas” no Brasil ao longo desse período. Sobre essas novas práticas, Frehse (2011b) comenta: “é um conjunto de transformações socioeconômicas e técnicas que acarretaram a difusão geográfica de mercadoria, de modos de agir e de relacionar-se tributários, justamente, da concepção de que tudo e todos seriam transitórios, moda-„modernos“ ” (p.19). Neste contexto, a rua passa a ser o elemento central da modernidade em que os comportamentos corporais e as interações sociais são reduzidos a duas regras de civilidade¹¹: a passagem regular e a impessoalidade

¹⁰É dessa época (1890) que a vadiagem passa a ser um ilícito penal definida como “deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes” (http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s). Importante frisar que, embora o projeto de lei para a revogação do artigo 59 da Lei das Contravenções Penais do Código Penal brasileiro de 1941, que tipifica ainda hoje o delito da vadiagem, esteja em tramitação no Congresso Nacional (www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=14878), esse ainda é considerado contravenção e, assim, passível de pena. Com isso, aquele que se entregar “habitualmente o à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”, pode ter que cumprir a pena de “prisão simples, de quinze dias a três meses”, podendo em alguns casos ser “internados em colônia agrícola ou em instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano” (Brasil, 1941).

¹¹“Regras da civilidade moderna, prenhes da possibilidade histórica de se transformarem em normas, com a consolidação histórica da modernidade. E isso se considerarmos „norma“, com Goffman, como um meio de regulação de comportamento individual que é inseparável de um conjunto mais amplo de normas morais, o qual regula o modo como as pessoas perseguem objetivos, não dizendo nada sobre se as pessoas lhes obedecem ou não” (FREHSE, 2011b, p. 43).

(FREHSE, 2011b). Essa ordem de “circulação” pelas vias da cidade passou-se a se aliar “à noção de trabalho, enfatizando a „inutilidade“ da permanência das ruas, o „não ter o que fazer“”. (FREHSE, 2011b, p.395).

Circular pelas vias centrais aparece nas crônicas e notícias como equivalente a não deixar-se ficar ali, sinal de que se trabalha. Circular é, pois, trabalhar, uma condição que autoriza moralmente inclusive o comportamento corporal que contrapõe a circular: o ficar nas ruas momentaneamente (FREHSE, 2011b, 395-396).

Nesse contexto de obsessão com o progresso, jornalistas, políticos, cronistas, juristas etc. exigiam intervenções drásticas nas cidades para que elas estivessem propícias a receber as benesses da modernidade, de forma que o vadio, o desempregado, o criminoso, o mendigo, o inválido, o louco retratavam trabalhadores pobres que ocupavam as ruas da cidade numa lógica que desafiavam as regras contratuais do mercado emergente (TELLES, 2001). “Não por acaso a redenção modernizadora do país será pensada nos termos da reforma urbana exigida para organizar os espaços da cidade, disciplinar seus usos, moralizar seus costumes e retirar a população das trevas da ignorância” (TELLES, 2001, p.37-38).

Assim, o chamado vadio, para os grupos dominantes da época, designava “depreciativamente gente que nas ruas se deixaria ficar supostamente sem qualquer ocupação econômica” (FREHSE, 2011b, p. 311), “gente de rua” que exerciam “atividades sociais ligadas aos (neg)ócios do trabalho braçal” (FREHSE, 2011b, p. 550). De forma que, “a distância em relação ao trabalho braçal nesse espaço permanece (na São Paulo do século XX) um critério crucial para a definição de posições sociais, ou no mínimo, morais” (FREHSE, 2011b, p. 549). Para a autora (FREHSE, 2011b), a ideologia da vadiagem dessa época estaria, então, vinculada à “**ideologia da mobilidade pelo trabalho**” (MARTINS, 1998), no sentido de serem

importantes catalisadores de pressão política sobre o trabalho braçal e a sociabilidade nele implícita. Em meio à depreciação social desse tipo de (des)ocupação nas ruas, deixar-se ficar ali envolvido em tais atividades tende a confundir-se cada vez mais com pobreza socioeconômica (p.550).

Importante destacar para o presente estudo a vinculação entre o espaço da rua e a temática aqui abordada. Observa-se que o contexto de intensificação de repressão à vadiagem diz respeito a um projeto de modernidade que passa a associar hábitos, costumes e comportamentos de uma parcela da população, que tinha a rua como referencial principal,

como práticas de não-trabalho. Ou seja, a figura do vagabundo se dá sob certa forma de apresentação pública que remete a não circulação pelas ruas da cidade. No entanto, foi visto que essa parcela da população estigmatizada como vadia, referia-se, na verdade, a trabalhadores que executavam atividades braçais no espaço da rua, não se tratava de uma gente ociosa; a permanência nos espaços públicos é que passara a ser condenada. De modo que referir-se, neste contexto, à vadiagem remete a uma criminalização de certas condutas de uma “gente de rua” (FREHSE, 2011b), que não mais se encaixava aos recém-modelos ditados pela modernidade do que é ser um (não) trabalhador. Por fim, nota-se que os sentidos acerca da vadiagem não são algo estanque, mas estão sob a determinação dos valores morais de determinada época e sociedade.

1.2.1 A ideologia da mobilidade pelo trabalho

A **ideologia da mobilidade pelo trabalho** está relacionada às transformações das relações de trabalho nas fazendas de café e a incorporação de imigrantes, entre os anos de 1886 e 1914. Pelas distintas modalidades de exploração da força de trabalho, dadas pelo trabalho escravo e para o trabalhador livre, corporificado no imigrante, o advento do trabalho livre foi vivido de forma oposta pelo imigrante e pelo escravo. O primeiro, expulso da propriedade, tornara-se livre, ou seja, estava despojado de toda propriedade que não fosse a sua força de trabalho; já o segundo, ganhou exatamente a propriedade da sua força de trabalho.

Para o escravo [...] a liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho. [...] Para o homem livre, despojado dos meios de produção, ao contrário, o seu trabalho passa a ser condição da liberdade. [...] É claro que está se falando aqui, tanto num caso como no outro, de uma liberdade muito específica: a liberdade de vender sua força de trabalho (MARTINS, 1998, p. 17).

Assim, as mudanças ocorridas na abolição da escravidão implicaram a transformação do próprio trabalhador. Isso foi condição para que se passasse de uma coerção física do trabalhador, para uma coerção predominantemente ideológica. Nessas novas relações de trabalho, não havia lugar para o trabalhador que considerava a liberdade como negação do trabalho. Desse modo, a abolição não representou apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador escravo pelo imigrante.

Daí, derivou-se uma modalidade singular de trabalho livre, mas não necessariamente assalariado, o chamado colonato¹². Segundo Martins (1998), o sistema de colonato consagrou uma premissa (de interesse do fazendeiro) de trajeto de trabalho: empregado para autônomo e, por fim, patrão. Essa autonomia do trabalhador, que o autor irá denominar de “ideologia da mobilidade pelo trabalho”, embora fosse ideologicamente difundida pela burguesia cafeeira da época, era sabotada na prática. “Autonomia do trabalhador e reprodução ampliada do capital passaram por uma combinação ideológica contraditória, atendendo à hegemonia dos interesses burgueses, que responde por uma das bases conservadoras do pensamento da classe operária” (MARTINS, 1998, p. 129).

Essa contradição expressa, na própria forma como se deu o advento do trabalho livre no país, como meio para preservar a economia colonial, conforme exposto acima.

Isso significa que a combinação da produção da mercadoria e da produção direta dos meios de vida, na economia do café, constituía uma combinação necessária e contraditória. Sem uma é impossível tentar entender e explicar a outra; sem a segunda é impossível realizar a primeira. Em consequência, isto é, o que importa no que tem de repercussão ideológica, a reprodução da força de trabalho não era plena e exclusivamente mediada pelo comércio de mercadorias. Assim, o imigrante aparentemente não trabalhava apenas para os outros, mas também para si mesmo (MARTINS, 1998, p. 132).

O imigrante expulso de seu país de origem encontrou no Brasil uma possibilidade de preservar seu estilo de vida camponês, de modo que, o trabalho autônomo passou a ser seu mais forte desejo. A autonomia suposta na ideologia do trabalho, na crise de 1929, com a proliferação de pequenas propriedades e nos anos cinquenta, com a proliferação de pequenas indústrias, ganhou novo suporte e se consagrou no imaginário do operariado brasileiro. No entanto, o que está por detrás dessa suposta autonomia é o cerne da questão,

Essa autonomia é uma espécie de pedra fundamental da ideologia do trabalho, sobretudo porque ela encobre e obscurece o conteúdo principal da relação entre patrão e empregado. Por meio dela, o trabalho não é considerado **principalmente** como uma atividade que enriquece a burguesia. Ao contrário, o trabalho é considerado como uma atividade que cria a riqueza e, ao mesmo tempo, pode liberar o trabalhador da tutela do patrão. O trabalhador é sempre considerado um patrão potencial de si mesmo, sobretudo porque a condição de patrão é essencialmente

¹²O sistema colonato combinava um sistema misto de remuneração – parcela monetária fixa para os tratos culturais (1); pagamento monetário variável proporcional pela colheita (2); pagamento monetário variável por dia de serviço ou tarefa (3); pagamento não monetário, equivalente a possibilidade do colono e seus familiares usufruírem dos frutos da terra da fazenda por ele cultivadas (4) – e de trabalho, combinando o trabalho permanente e o temporário. Além de mesclar o trabalho do colono com o trabalho temporário de sua família, nos momentos de pico de trabalho nas fazendas. (TESSARI, 2013)

concebida como produto do trabalho árduo e das privações materiais do próprio patrão, quando era trabalhador. [...] A riqueza, no sentido de capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é produto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma “virtude” universal. A capacidade de criar riqueza através do trabalho é concebida como uma virtude **socializada**, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo¹³ (MARTINS, 1998, p.133).

Assim, na medida em que a riqueza é vista como produto de trabalho do próprio patrão e não como resultado da exploração do trabalho de outrem, o enriquecimento é visto como fruto, necessariamente, do trabalho árduo e sofrido, legitimando, assim, a própria exploração do trabalho (do proletariado pela burguesia). Contudo, Martins (1998) destaca a dimensão ambígua da ideologia do trabalho, que tem como base um ponto de vista sobre o trabalho não estritamente burguês. Esse fato, segundo o autor, teria como resultados o paternalismo burguês e os princípios da “paz social” e do corporativismo inscritos nas relações de classe no Brasil.

Na medida em que a exploração burguesa é ocultada pela ênfase nas virtudes do trabalho do burguês como base da riqueza, temos, em decorrência, que a solidariedade é considerada mais importante do que a exploração. A concepção é a de que as pessoas que **trabalham** estão naturalmente unidas entre si **porque** trabalham. [...] Tal solidariedade enfatiza antes o que é comum a pessoas vinculadas a classes sociais diferentes e opostas, obscurecendo o que é comum e característico de cada classe. Na verdade, há uma comunidade utópica suposta na ideologia do trabalho [...] ela [...] está essencialmente em tensão contra a concepção estritamente burguesa de que é necessário trabalhar pelo trabalho. Enquanto para o burguês o trabalho é meio e fim, para o proletário subjugado pelas concepções burguesas o trabalho é apenas meio. O trabalhador, no contexto aqui analisado, concebe o trabalho como veículo de libertação, não só como meio de exploração. [...] A essência dessa ideia é a de que só o trabalho redime¹⁴ (MARTINS, 1998, p. 134).

Por fim, essa forma ambígua de conceber a condição e a superação da condição operária estaria, para Martins (1998), fortemente relacionada pela recente origem do trabalho livre no Brasil e pelas suas raízes na crise do campesinato e do trabalho cativo, fato esse de grande importância na determinação da consciência do trabalhador e do caráter das relações de classe. Segundo o autor, Martins (1998), esse fato está no cerne do entendimento de uma noção ideológica de trabalho presente na sociedade brasileira, referência fundamental para o entendimento das relações de classe no país até hoje.

A ideologia da mobilidade do trabalho, segundo Martins (1998), dialoga com a ideologia da vadiagem no sentido de ser mais um instrumento de coerção ao trabalho

¹³Grifo do autor.

¹⁴Grifo do autor.

também de deslegitimação de certo modo de vida de uma parcela da população brasileira da época que escapava às normas e valores de uma “ética do trabalho” (WEBER, 2004). Além do mais, penso que essa discussão se faz bastante atual na medida em que remete ao discurso do empreendedorismo, muito em voga nos dias de hoje. Tal discurso prioriza as estratégias individuais frente à situação de desemprego e à precarização do trabalho funcionando como um mecanismo ideológico; neste contexto, o trabalhador torna-se seu próprio patrão é transmitido como oportunidade de ter sucesso, desconsiderando aspectos para além do âmbito individual (RODRIGUES, 2008).

1.3 Circunscrevendo o tema

Spink (2009; 2011) comenta que tradicionalmente, a Psicologia sustentou suas teorias (e práticas) segundo uma concepção de trabalho emprestada dos países de capitalismo avançado, baseado no emprego pleno, registrado e visível. Essa “visão utilitarista do trabalho” (SATO & SCHMIDT, 2004), em que o trabalho só tem valor enquanto meio para um fim (a obtenção de lucro) está posta também no trabalho de psicólogos em diversos ambientes profissionais, contribuindo para o “psicologismo” das questões ligadas ao trabalho.

O caráter utilitarista está claramente posto, tanto para o trabalho humano em geral como para o trabalho dos psicólogos e psicólogas, em particular, ou seja, trabalhar é um meio para a busca de eficiência e produtividade do negócio [...] A psicologia abraça esse ramo de atividade e explica-se a si mesma e aos outros através de uma ideologia profissional que considera que psicologia é ciência, que a ciência é neutra e boa para todos, indistintamente. (SATO & SCHMIDT, 2004)

Além disso, para Prilleltensky, citado por Sato e Schimidt (2004), a psicologia vê o mundo do trabalho desprovido de conflitos e, caso estes emerjam, são considerados problemas individuais que apenas se expressam no espaço de trabalho.

Segundo Sato (2011), mais recentemente a Psicologia têm olhado para situações de trabalho que expressam a criatividade e o esforço para manter a sobrevivência, segundo os cânones da ética do trabalho, de um segmento pobre da população que não conta com tal emprego regular, estável e protegido. Interessante pensar nesse fato em um país como o Brasil que nos últimos anos há mantido uma média de 50% de emprego formal e 50% de trabalho informal, ou seja, com um elevado padrão de informalidade no mercado de trabalho. De

forma que há todo um universo de formas adotadas para “criar” trabalho individual e coletivo que escapam das relações de trabalho formais no espaço urbano (SATO, 2011; SPINK, 2011).

Com isso, Spink (2011) propõe um modelo para pensar o mercado de trabalho no Brasil, composto por quatro elementos, centro-formal, periferia-formal, periferia não-formal e centro não-formal. Nesse quadro, a formalidade é entendida “como atividades que geram rendimento no âmbito da economia registrada obedecendo à legislação, fornecendo proteção social ou contribuições para o seguro”¹⁵ (p.16). Esta pode ser dividida em: “área central do trabalho formal” – manufaturas, serviços, setor público e terceiro setor – e a “periferia formal do setor formal” – consultores, empresas de serviços, cooperativas, associações, comércios locais, microempresas e pequenos negócios” (SPINK, 2011). Já no lado da não-formalidade, “há a “periferia do não-formal”- atividades geradoras de renda que são voluntariamente não formais e às vezes irregulares e aquelas atividades sujeitas a tentativas de regularização – e a “área central da atividade não-formal”, onde as pessoas têm poucas alternativas fora desse setor e sua presença será quase permanente” (SPINK, 2011).

A elaboração deste modelo para Spink (2011) tem como objetivo mostrar que o centro-formal é muito menos representativo do que o centro não-formal nas sociedades brasileira e latino-americanas. Além do mais, a Psicologia, ao postular como norma a relação de assalariamento, ignorando toda a realidade de trabalho de um segmento expressivo da população, “oferecem-se elementos para interpretar-se o que é considerado patológico ou marginal; e uma série de imagens, preconceitos e estereótipos criados e vinculados a ele” (SATO, 2011, p.239). O que Sato (2011) irá chamar do “estigma da informalidade”.

Dessa forma, é preciso estar atento ao se pensar nas relações de (não) trabalho no Brasil em que a informalidade está associada à não-regulação do trabalho pelo Estado, de forma que o “se virar” da população pobre está relacionado às poucas possibilidades de nossa sociedade transformar-se numa sociedade salarial¹⁶ (SATO, 2011). Como mostra pesquisa

¹⁵ Original em língua espanhola. SPINK (2011). Tradução minha.

¹⁶A concepção de “sociedade salarial”, tal como cunhada por Castel (1998), “supõe não apenas uma força de trabalho majoritariamente empregada de maneira permanente e regular quanto à legislação vigente, mas também percursos profissionais protegidos por contratos coletivos que levem à ascensão social e econômica ou, pelo menos, garantam certos direitos aos que nessa trajetória forem alijados do mercado de trabalho” (KOWARICK, 2002, p.16).

acerca dos sentidos do desemprego para trabalhadores desempregados, em que a “condição do desemprego” abarca uma série de situações que escapam ao “pensamento oficial”, estando mais relacionada a uma “**instabilidade**(e **invisibilidade**) na sobrevivência e na convivência social do que à simples ausência de contrato formal ou registro na carteira de trabalho” (ACKERMANN *et al.*, 2005, p.2)¹⁷. Do mesmo modo, Spink (2011) afirma,

Usar ideias tradicionais de desemprego (trabalho não remunerado) em um contexto no qual não existem amplos mecanismo de apoio aos desempregados e onde as pessoas têm que “se virar” de alguma maneira não retrata um panorama muito preciso [...] Portanto, em qualquer momento e através de muitos espaços e lugares, um número muito significativo dos brasileiros estão lutando para sobreviver e encontrar a forma de “se virar” [...]: encontrando formas de complementar os baixos rendimentos através do cultivo de alimentos, buscando trabalhos instáveis e desempenhando todos os tipos de atividades econômicas que são invisíveis às estatísticas oficiais¹⁸ (p. 7-8).

Nesse sentido, Kowarick (2002) problematiza o conceito de “desfiliação” de Castel (1998), que “denota perda de raízes e concerne ao universo semântico dos que foram desligados, desatados, tornando-se desabilitados para os circuitos básicos da sociedade” (KOWARICK 2002, p.20). No caso brasileiro, o desenraizamento social e econômico (marcado pelo enfraquecimento dos laços comunitários e por uma inserção precária no universo laboral), não decorre de uma crise da sociedade salarial, uma vez que no Brasil as garantias do (não) trabalhador sempre foram restritas e frágeis, mas reside na dificuldade em expansão dos direitos da cidadania; de forma que, para Kowarick (2002) seria mais pertinente falar em “desenraizamento do assalariamento formal”.

Em outros termos: houve perdas não tanto nas práticas de lutas do mundo fabril e sindical, mas nas experiências de regularidade quanto aos rendimentos provenientes de trabalho contínuo, assalariado ou autônomo e, para boa parcela, à segurança conferida pela previsibilidade da aposentadoria por tempo de serviço. Nesse sentido, penso ser possível afirmar que está ocorrendo um vasto processo de desenraizamento do mundo do trabalho, na medida em que para muitos ele se tornou informal, instável e aleatório (KOWARICK, 2002, p. 21).

Do mesmo modo, para o âmbito dos laços comunitários, Kowarick (2002) fala em “desenraizamento no âmbito da sociabilidade primária” marcado pela fragilidade dos direitos

¹⁷Grifo dos autores.

¹⁸ Original em língua espanhola. SPINK (2011) .Tradução minha

sociais e também dos direitos civis básicos. Diante de tal conjectura, a noção de desenraizamento, para o autor, induz a complementar o conceito de “marginalidade pela desfiliação” (CASTEL, 1997). Neste sentido, os segmentos desenraizados são marcados por uma situação de destituição de direitos, que denunciam uma “cidadania **privada, inexistente, confinada, de terceira classe, excludente** ou **hierarquizada, concedida**, em suma, da **subcidadania** ou da **cidadania lumpen**¹⁹” (KOWARICK, 2002, p.23). Assim, para o autor, a questão da exclusão social no Brasil está relacionada a uma estigmatização da camada pobre da população que não é reconhecida como portadora de direitos. Essa discriminação da parcela pobre da população sempre esteve presente em nossa história, de forma que, com o aumento do desemprego e precarização das relações de trabalho, acentuou-se a associação entre pobreza e delinquência.

A anulação daqueles que são percebidos como diferentes e inferiores constitui uma questão social que atravessa nossa história e continua a ser elemento constitutivo das relações sociais fortemente hierarquizadas e estigmatizadas imperantes na nossa sociedade [...] Em termos simples: acentua-se um imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e uma condição de vida que estariam nas raízes da crescente violência que impregna o cenário das grandes cidades brasileiras. Essa associação é uma marca das representações que sempre se fizeram acerca da pobreza, a qual precisaria ser domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos. Em contrapartida, há uma forte matriz discursiva que opõe os "trabalhadores pobres" aos "bandidos". A entonação dessas percepções variou no tempo e no espaço, mas penso ser correto afirmar que fundamentalmente a partir da década de 1990, com o aumento do desemprego e subemprego, da favelização e da própria criminalidade, estruturou-se um conjunto de discursos e práticas que operou uma assemelhação da situação de pauperismo com o comportamento delinquente (KOWARICK, 2002, p.23-24).

Nesta mesma direção, Jardim (2004) fala de uma “cultura do trabalho” sobre a qual a identidade de trabalhador é afirmada segundo uma distinção entre os pobres honestos e trabalhadores, de um lado, e os vadios e os marginais, de outro, o que estaria relacionada à forma como o trabalho assalariado se deu no Brasil.

A **cultura do trabalho**, desse modo, resulta da maneira por meio da qual as relações assalariadas assentadas sobre a forma de **emprego** se instalaram entre nós, operando uma distinção entre os **pobres** e os **trabalhadores**, conferindo aos últimos o estatuto de cidadãos e lançando aqueles que estavam excluídos do vínculo empregatício na indistinção da pobreza (cf. Telles, 2001). A cultura do trabalho revela o conjunto de esforços práticos e morais realizados para que a identificação com o universo da ordem seja mantida, operando uma nova distinção, desta vez no interior da mesma

¹⁹Grifo do autor.

pobreza, entre os **pobres honestos e trabalhadores** e os **vadios** ou **marginais** (JARDIM, 2004, p. 254)²⁰.

Para Jardim (2004), os “outros” do trabalhador diz muito sobre os valores que se baseiam a cultura do trabalho no Brasil, valores muito ancorados no universo da vida privada, em oposição ao mundo da rua. Dessa maneira, o “pobre- de- tudo” seria aquele que não tem emprego regular e vive à deriva, enquanto o “pobre honesto” seria aquele que apesar de todas as adversidades da vida, conseguiram ter uma vida bem sucedida e digna pelo fruto do seu trabalho regular (TELLES, 2001).

A **cultura do trabalho** aparece, então, como as práticas e os valores que tornam possível a identificação com o mundo da ordem e também como a maneira pela qual os indivíduos logram manter alguma autonomia sobre seu destino: pensando nestes termos, **há uma escolha a ser feita** e o valor moral do indivíduo se revela em persistir em sua adesão aos valores do trabalho, a despeito das adversidades enfrentadas (JARDIM, 2004, p. 256)²¹.

Jardim (2004) constata não só uma preocupação em não ser identificado com o universo da vadiagem, mas também uma culpabilização do trabalhador desempregado pela sua situação. Como apontam Sato & Schmidt (2004), o dever de trabalhar²² está na base da vivência de muitos sofrimentos psíquicos, entendidos enquanto problemas da esfera individual.

Sendo a impossibilidade de cumprir com esse dever entendida como um problema cuja gênese é individual – preguiça, vadiagem, falta de qualificação, etc. –, o desemprego é tomado como algo que diz respeito à esfera privada e sua superação é responsabilidade dos indivíduos isoladamente, denunciando a força da ideologia burguesa do trabalho (SATO & SCHMIDT, 2004, p. 367).

De fato, é o que se observa em diversos estudos em Psicologia Social tais como Ackermann *et.al.* (2005), Costa (2005; 2011), Neves *et. al.* (1998) em que a questão da vadiagem aparece como um dos fatores de explicação do não cumprimento do dever de

²⁰Grifo do autor.

²¹Grifo do autor.

²² “O trabalho, na visão preponderante, é um dever. Trabalhar é condição *sine qua non* para viver. Não é, apenas, para viver materialmente, mas para que alguém seja socialmente confiável. Ser confiável é ter o testemunho de outro que lhe atribui existência social”. (SATO & SCHMIDT, 2004, p. 366-367)

trabalhar, atribuída a inércia do indivíduo que não se esforça para se tornar empregável²³. Segundo Costa (2005), os empregáveis referem-se àqueles indivíduos que são definidos por sua empregabilidade, no sentido de possuir os atributos necessários e adequados que são definidos pelo empregador. Os in-empregáveis, por sua vez, são definidos por sua in-empregabilidade, ou seja, pela ausência das capacidades necessárias para conseguir um posto de trabalho. Importante destacar que em ambos os casos, é de responsabilidade exclusivamente de o indivíduo possuir ou não os atributos necessários para ser um (des)empregado (COSTA, 2005, 2011; RODRIGUES, 2008). É o que Jardim (2004) aponta como o “discurso da empregabilidade”.

Discurso ideológico que divide entre “os que sabem” e “os que não sabem” constitui-se em poderoso instrumento de desagregação dos trabalhadores e remete ao nível individual os problemas de um sistema econômico que não pode gerar empregos para todos (COSTA, 2005, p. 23).

Sobre este aspecto, Forrester (1997) questiona: “é preciso ‘merecer’ viver para ter esse direito”? (p.12-13). Ou seja, é preciso mostrar-se útil – empregável – à sociedade para merecer viver?

Esse mérito – esse direito à vida –, mais precisamente passa, portanto, pelo dever de trabalhar, de ser empregado, que se torna então um direito imprescritível, sem o qual o sistema social nada mais seria do que um amplo caso de assassinato. Mas o que ocorre com o direito de viver quando este não mais opera, quando é proibido cumprir esse dever que lhe dá acesso, quando se torna impossível aquilo que é imposto? (FORRESTER, 1997, p. 13).

Para a autora, vivemos numa nova era em que o trabalho não passa de uma “entidade desprovida de substância” (FORRESTER, 1997, p. 8), mas, teimamos em achar que o mundo que deformou o trabalho na sua forma perversa do emprego é o mesmo de hoje.

²³ Alguns autores afirmam que vivemos numa era de intensificação da força de trabalho, causada pela reestruturação produtiva ocorrida nos anos de 1990, em que o velho regime taylorista-fordista não se mostrou mais suficiente para conter as transformações da forma de acumulação capitalista fortemente impactada pelas novas tecnologias de comunicação, aliada a uma situação de desemprego estrutural. Era preciso uma forma de gestão que reduzisse os custos de produção e flexibilizasse as formas de acumulação. Dessa forma, verifica-se um aumento da informalidade com a recuperação de formas “atípicas” de contrato, temporário, subcontrato, terceirização, entre outras, em que o contrato por tempo integral se tornou algo do passado. O modelo toyotista rompe com os pilares do fordismo, baseado em uma produção em massa homogeneizada e verticalizada, para uma lógica de multifuncionalidade e horizontalização da hierarquia no trabalho. É como se todos agora fossem chefes de si mesmos. De forma, que é exigido um novo tipo de trabalhador “participativo” e inventivo, comprometido com a empresa, ou seja, o trabalhador como um corresponsável do processo de trabalho. O que em geral se verifica é um aumento da carga de trabalho, em que um indivíduo realiza várias atividades ao mesmo tempo, além dos “convites” a dar constantes sugestões de melhorias na organização do trabalho (ANTUNES & ALVES, 2004).

Neste “novo” mundo, a norma é o desemprego, a exclusão do assalariado, de milhões de pessoas que são dispensáveis à reprodução do sistema, mas, mais nefasto ainda, é o sofrimento que ele gera.

O fenômeno **atual** do desemprego já não é mais aquele designado por essa palavra, porém, em razão do reflexo de um passado destruído, não se leva isso em conta quando pretende encontrar soluções e, sobretudo, julgar os desempregados [...] na verdade, nunca se discute aquilo que se designa pelos termos “desemprego” e “desempregado”; mesmo quando esse problema parece ocupar o centro da preocupação geral, o fenômeno real é, ao contrário, ocultado. [...] um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional [...] ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos²⁴ (FORRESTER, 1997, p. 11).

Estes “excluídos”, entretanto, são vistos e julgados pelos mesmos critérios da época em que havia emprego em abundância, de forma que eles são alvo da indiferença e de preconceitos relacionados à moral cívica baseada no trabalho pelo restante da sociedade. Neste contexto, as próprias vítimas se culpam pela sua situação de miséria e a sua infelicidade social aparece como uma punição.

Essas críticas que lhe são feitas e que eles próprios se fazem se baseiam em nossas percepções defasadas da conjuntura, em velhas opiniões outrora sem fundamento, hoje redundantes e ainda mais pesadas, mais absurdas, sem nenhuma ligação com o presente. Tudo isso – que não tem nada de inocente – os leva a essa vergonha, a esse sentimento de ser indigno, que conduz a todas as submissões. A abjeção desencoraja qualquer outra reação de sua parte que não seja uma resignação mortificada (FORRESTER, 1997, p. 12).

Lafargue (1983) já alertara, na segunda metade do século XIX, para o “vício” que o trabalho estava se tornando entre os próprios trabalhadores, que estavam “cegos” pelo discurso apologético ao trabalho da burguesia.

Trabalhem, trabalhem dia e noite. Trabalhando, fazem crescer sua própria miséria e sua miséria nos dispensa de impor-lhes o trabalho pela força da lei [...] Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que ficando cada vez mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista (LAFARGUE, 1983, p. 34).

Castel (1998) afirma que a “nova questão social” refere-se ao enfraquecimento da condição salarial, em que o não trabalho é mais que desemprego, mas revela um perfil de

²⁴ Grifo do autor.

“trabalhadores sem trabalho”, os “inúteis para o mundo”, aqueles que ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, o homólogo do vagabundo moderno. Os “supérfluos” (FORRESTER, 1997) para o mundo que não servem nem mais para serem explorados. O desaparecimento do trabalho está relacionado a uma nova era da economia de mercado pautada pelos “mercados virtuais” que não precisam mais de empregos, em que o não-trabalho dos não-assalariados representa uma fonte de mais-valia para as grandes empresas, uma vez que essas pessoas, nessas condições, estão dispostas a aceitarem tudo para ter um posto de trabalho.

Mas, diferentemente do sonhado fim do trabalho obrigatório, enquanto uma libertação para os homens, segundo seus próprios interesses, o desaparecimento do trabalho representa uma ameaça: ele continua “necessário de maneira muito ilógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo a produção, mas, precisamente, à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar, e para os quais o trabalho seria a única salvação” (FORRESTER, 1997, p. 112).

Seria preciso renunciar à noção de trabalho que nós temos e buscar outro modo de distribuição e de sobrevivência que não fosse em função de uma remuneração de emprego (FORRESTER, 1997). Ou como Lafargue (1983) aponta, o fim das misérias individuais e sociais só vai ocorrer no dia em que o proletariado,

pisoteie os preconceitos da moral cristã, econômica e livre-pensadora; é preciso que volte aos seus instintos naturais, que proclame os Direitos à Preguiça [...] É preciso que ele se obrigue a não trabalhar mais que três horas por dia, não fazendo mais nada, só festejando, pelo resto do dia e noite [...] o trabalho só se tornará um condimento humano, uma paixão útil ao organismo humano, uma paixão útil ao organismo social, quando for sabiamente regulamentado e limitado a um máximo de três horas por dia [...] (LAFARGUE, 1983, p. 37-38).

Já, Sato & Schmidt (2004) lançam a interessante pergunta, “será que haveria sofrimento relacionado à ausência de emprego numa sociedade na qual o tempo livre, a preguiça e o ócio fossem virtudes?” (p. 368). Em uma situação em que o “normal virou marginal e o marginal virou normal” (SPINK, 2009, p. 229), a produção de teorias psicológicas que dão visibilidade as múltiplas formas do “se virar” da maioria dos brasileiros acaba por questionar a ideologia burguesa de trabalho, base do sofrimento no desemprego e pelo “discurso da vadiagem” (KOWARICK, 2002) em que os pobres são culpados por sua pobreza.

A tarefa é clara, mas exigente: compreender o dia-a-dia das pessoas “inviabilizadas”, que trabalham no imenso cotidiano das micro cadeias produtivas e das práticas informais na nano economia (SPINK, 2007), sendo afogadas por relações econômicas perversas, e acompanhar as lutas das tentativas solidárias de criar outras inserções econômicas: ademais, questionar sobre quais seriam os conceitos, as práticas e as teorias que buscam assumir o desafio de outro desenvolvimento cotidiano e uma compreensão mais coletiva de dignidade e de cidadania; e, finalmente, responder à pergunta sobre o trabalho decente, não com base em uma versão idealizada de trabalho assalariado e estável, mas a partir daquilo que temos –queiramos ou não (SPINK, 2009, p. 230).

Observa-se que a temática da vadiagem apresenta algumas particularidades na sociedade brasileira. Se, por um lado, ela não deixa de constituir-se numa medida disciplinadora praticada em outras sociedades, por outro, ela faz parte de uma longa história de desrespeito aos direitos de cidadania da população pobre deste país. Segundo Telles (2001), o Brasil nunca passou por uma revolução igualitária nos modelos clássicos, de modo que se impediu a construção de um princípio de equivalência que confere ao outro – as classes populares – identidade e estatuto de sujeito legítimo portador de direitos. Para a Telles, (2001), essa é a matriz da incivilidade brasileira: base para a compreensão do imaginário que vê a pobreza como algo natural e sinônimo de inferioridade. “Neste modelo de cidadania “corporativista”, só é cidadão aquele que tem sua existência regulamentada pelo Estado, enquanto aqueles que estão de fora – desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores temporários etc. – são transformados em “pré-cidadãos”, sujeitos à pura repressão” (TELLES, 2001).

Trabalho e pobreza transformaram-se, assim, em dois modos antinômicos de existência social. Diante da figura normativa do trabalhador que dá provas da sua capacidade para a vida em sociedade e, portanto, tem o privilégio da proteção do Estado, a figura do pobre é inteiramente desenhada em negativo sob o signo da incapacidade e impotência (TELLES, 2001, p. 27-28).

Assim, a afirmação da identidade de trabalhador tem um peso muito forte no Brasil, enquanto aquilo que confere ao indivíduo ser considerado um cidadão e assim ser respeitado pela sociedade e também pelo Estado. Como será visto nas notícias de jornais (Capítulo III), em que aqueles que escapavam dessa “figura normativa do trabalhador” (TELLES, 2001) eram alvo de preconceito e de repressão policial, muitas vezes, pagando com a própria liberdade. O que afigura, hoje, é que todos parecem estar querendo “fugir” dessa pecha, pois poucos têm de fato um emprego (formal) ou as possibilidades são muito reduzidas. Daí a presença dos valores informados por uma “cultura do trabalho” e do

“emprego” (JARDIM, 2004), em que o discurso do trabalhador *versus* vadio constitui-se uma forma, mesmo que precária, de negação da situação de extrema vulnerabilidade que a maioria dos trabalhadores pobres neste país está submetida.

Por fim, entendo que a manutenção da “figura normativa do trabalhador” (TELLES, 2001) identificada à relação de assalariamento, constitui-se em um fator agravante de sofrimento individual nos dias de hoje marcado pela multiplicação de novas formas de trabalho precário (ANTUNES & ALVES, 2004) e pelo enfraquecimento da condição salarial, em que o desemprego não é algo mais atípico, mas decorrência dos novos modos de estruturação do emprego à luz da reestruturação produtiva dos complexos industriais e pela busca de competitividade (CASTEL, 1998).

Em síntese, foi visto que a questão da vadiagem está relacionada ao advento da modernidade no Brasil, em que o espaço da rua e seu novo protagonista, o transeunte, transformaram as relações sociais da época. Neste contexto, o não-trabalho era associado a não-circulação, de forma que aquele que permanecia com regularidade nas ruas da cidade passa a ser mal visto e questionado em sua “utilidade”. “A gente tida como “vadia” referia-se às pessoas que tinham a rua como local para exercer seus (neg)ócios e sociabilidades ali implícitas” (FREHSE, 2011b). Evidencia-se, já neste momento, que a repressão à vadiagem aludia ao tratamento dispensado aos pobres que exibiam uma forma de apresentação pública, o “deixar-se ficar” (FREHSE, 2011b), com o intuito de “disciplinarizar” seus costumes, de “civilizá-los” através do trabalho regular. Como afirma Bull (2010),

pode-se perceber que, tal como na Europa, o tratamento dispensado aos pobres que permaneciam nas ruas no Brasil configura-se como um misto de punição; correção e tentativa de inclusão forçada no compartilhamento de valores morais predominantes e tinha o trabalho imposto como o principal meio para atingir esses objetivos (p. 28).

No Capítulo III, ver-se-ão os traços desse preconceito arraigado no Brasil, em que pelo menos desde a década de 1920, vários indivíduos são presos sob alegação de prática de vadiagem. Destaque também para as inúmeras operações “limpeza” no centro de São Paulo em que “moradores de rua”, “marreteiros”, guardadores de carro, cambistas etc. eram enquadrados por vadiagem ao não apresentarem a carteira de trabalho assinada, revelando não

apenas uma estigmatização das camadas pobres, mas o preconceito com o trabalho informal “de rua”²⁵. Quer dizer, a temática da vadiagem envolve não apenas uma forma de apresentação pública no espaço da rua, o “deixar-se ficar”, mas também o envolvimento em atividades de “pessoas **de** rua” (FREHSE, 2011a) – “morador de rua”, “meninos de rua” – e por “pessoas **da** rua” (FREHSE, 2011a) – aposentados, desempregados, comerciantes de rua, prostitutas, artistas de rua etc.

Não é óbvio que um estudo com a temática da vadiagem acabe por se aproximar do tema do trabalho informal o que penso constituir-se num dado de extrema importância. De modo que compreendo ser importante trazer à tona os diversos sentidos que compõem as imagens do que é “ser trabalhador” e “ser vadio”, imagens essas que não são estanques, mas variam de acordo com o contexto histórico e também por interesses políticos. Penso que quanto maior o conhecimento sobre esse imaginário social que se constitui numa escala de valores a qual os indivíduos são classificados, menores serão as chances de a Psicologia produzir teorias que acabem por reproduzir velhos (e novos) preconceitos.

²⁵ Compreende as atividades em que os trabalhadores vendem produtos e serviços nos espaços públicos (ITIKAWA, 2006).

CAPÍTULO II SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

O delineamento desse estudo é de caráter qualitativo, de forma que este capítulo refere-se à descrição da incursão de cunho etnográfico realizada em uma praça pública, localizada na cidade de São Paulo, durante os anos de 2012 e 2013. Para tanto, serão feitas considerações gerais sobre a etnografia e sobre seus pontos de contato com a Psicologia Social. Por fim, tecerei breves comentários sobre o segundo aporte metodológico utilizado nesta pesquisa que se refere ao levantamento documental de fontes de jornais utilizando como palavra-chave o termo vadiagem.

2.1 Apontamentos acerca do método etnográfico²⁶

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito de vagabundo, cheio de curiosidade malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aqueles que chamamos “flâneur” e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar.
(“A alma encantadora das ruas”, JOÃO DO RIO)

A escolha do método etnográfico está relacionada à necessidade de este estudo se aproximar do universo cotidiano das pessoas e à sua dinâmica de organização, como o arranjo dos agrupamentos, suas regras e interações. Requer-se, ainda, o conhecimento daqueles que habitam a Praça da Sé, quem são, qual é o vínculo com o logradouro – trabalho, lazer, sociabilidade, moradia – e como enxergam os outros grupos que também frequentam aquele espaço. Além do mais, é sabido da riqueza e da pertinência dessa abordagem nos estudos de Psicologia Social, em que o estudo da subjetividade é pensado como aquilo que faz sentido para as pessoas em determinado contexto material no qual as interações sociais se desenrolam, ou seja, as “expressões das pessoas são contextualmente referidas” (SATO & SOUZA, 2001, p. 32). Por isso, a aproximação etnográfica se faz adequada.

Segundo Rockwell (2009), a etnografia foi desenvolvida a partir das condições históricas de confrontação entre os europeus e os povos colonizados, em que se rompeu com o evolucionismo e a Antropologia cunhou seus traços característicos. Um acontecimento

²⁶ Para escrever este capítulo, contou-se com o aporte de duas disciplinas cursadas na pós-graduação: *A dimensão cultural das práticas urbanas*, ministrada pelo Prof. Dr. José Guilherme Magnani (FFLCH-USP) e *O trabalho de campo na pesquisa qualitativa em Psicologia*, ministradas pela Prof^a. Dr^a. Leny Sato e pela Prof^a. Dr^a. Marilene Proença Rebelo de Souza, em 2012. Uma de suas primeiras versões foi publicada como artigo na revista Ponto Urbe, do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (DINIZ, 2013).

importante foi a transferência de conceitos derivados das sociedades ditas primitivas para o contexto das sociedades europeias, de forma que a “tarefa básica da etnografia continua sendo a de documentar o não-documentado, ser cronista de realidades não descritas²⁷ (ROCKWELL, 2009, p. 106). Esta transferência fez com que a antropologia se encontrasse com outras disciplinas sociais, entrando em polêmicas com as metodologias utilizadas na época para o estudo de fenômenos sociais, dentre elas, a psicologia, acusada de eliminar o contextual, a cultura e o significativo, do objeto estudado (ROCKWELL, 2009). Assim,

A etnografia oferecia a observação da interação social em situações consideradas naturais e um acesso a fenômenos não documentados e difíceis de incorporar à pesquisa e ao laboratório. Os antropólogos [...] mostravam uma tendência a encontrar ordem onde outras disciplinas só viam anormalidade e desvio, e manifestavam, por último, uma sensibilidade à linguagem e às concepções dos sujeitos. Armados com conceitos e instrumentos forjados nas ilhas, os etnógrafos entraram no campo das sociedades complexas por meio do estudo das situações particulares da vida cotidiana, em esquinas, bairros e comunidade, em manicômios, cárceres, tribunais, clínicas e escolas. (ROCKWELL, 2009, p. 107).²⁸

Como aponta Merleau-Ponty (1984), “o emparelhamento da análise objetiva com o vivido talvez seja a tarefa mais específica da antropologia, distinguindo-a de outras ciências sociais”. No mesmo sentido, Magnani (2009) afirma,

a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e, assim, tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

Para Magnani (2009), este *insight* é típico da abordagem etnográfica, pois depende de um determinado investimento entre o pesquisador e o pesquisado precedido e preparado por uma prolongada e contínua presença em campo e uma atitude de atenção viva, de forma que “não é a obsessão de detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá” (p.136). Como metodologia, ela abrange as estratégias de campo e inserção de campo, de modo que ela não pode ser vista como um conjunto de técnicas (observação participante, entrevistas, conversas informais) desvinculadas de escolhas teóricas (MAGNANI, 2009). Como aponta Rockwell (1987), o trabalho teórico permite maior

²⁷ Original em língua espanhola. ROCKWELL (2009). Tradução minha

²⁸ Original em língua espanhola. ROCKWELL (2009). Tradução minha

explicitação das nossas conceituações utilizadas e um melhor acercamento do mundo empírico.

Outro aspecto salutar da etnografia refere-se ao seu pressuposto da totalidade (MAGNANI, 2002, 2009). Nesta abordagem, a totalidade como pressuposto é constituída tanto pela forma como é percebida pelos atores sociais quanto como é percebida e descrita pelo pesquisador (MAGNANI, 2009). Assim, a totalidade não é dada de antemão, mas se constrói na relação negociada entre o investigador e a comunidade pesquisada. A importância de um arcabouço teórico anterior ao campo, por sua vez, permite que a construção da totalidade não resulte em fragmentação, mas siga certos padrões de regularidades. “As perguntas iniciais, no trabalho etnográfico, provêm de polêmicas teóricas e de que a descrição etnográfica não é um reflexo da cultura estudada, mas sim um objeto construído.” (ROCKWELL, 2009, p. 102).²⁹

Uma **totalidade** consistente, em termos da etnografia, é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se, para aqueles, constitui o contexto da experiência diária, para o segundo, pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade. Posto que não se possa contar com uma totalidade dada, postula-se uma, nunca fixa, a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais do que generalidades e platitudes a respeito do objeto de estudo (MAGNANI, 2009, p.138)³⁰.

Desse modo, a etnografia se dedica a compreender crenças, valores, desejos e comportamentos dos sujeitos por meio de uma experiência vivida. Suas características principais são documentar o não-documentado; obter como produto de trabalho analítico sempre uma descrição; permanecer, longamente, no campo; interpretar e integrar conhecimentos locais à elaboração da descrição; construir conhecimento, descrever realidades particulares buscando relações relevantes às inquietações teóricas mais gerais (ROCKWELL, 1991 *apud* SATO & SOUZA, 2001).

²⁹Original em língua espanhola. ROCKWELL. (2009). Tradução minha.

³⁰ Grifo do autor.

2.1.1 Trabalho de campo: “processo de convivência entre pessoas”³¹

Segundo Andrada (2010), há dois principais pontos de contato entre a Antropologia e a Psicologia Social: o olhar na direção do outro com o intuito de lê-lo na sua complexidade, e as relações, em campo, entre pesquisador e pesquisados enquanto um processo de negociação. Nesta perspectiva, a pesquisa de campo passa a ser vista como um “processo de convivência entre as pessoas” (SATO & SOUZA, 2001). No mesmo sentido, Spink (2008) defende a noção de Psicologia Social como prática social de conversa e de debate, em que o pesquisador é apenas mais um membro da comunidade estudada e se caracteriza por “conversas espontâneas em encontros situados” (p. 72), o que o autor irá chamar de “pesquisador conversador no cotidiano”.

No cotidiano, pessoas que se encontram pela primeira vez normalmente buscam se conhecer, incluindo aqui os psicólogos sociais quando não estão se esforçando para serem psicólogos sociais. Buscam, em outras palavras, chegar mais perto, conhecer o outro e trocar figurinhas para ter uma visão mais objetiva um do outro, conhecer seus pontos de vista e de onde falam; ou seja, uma objetividade construída intersubjetivamente (SPINK, 2008, p.72).

Para Sato & Souza, (2001), o que irá nortear a qualidade da pesquisa não são apenas o rigor e as regras metodológicas, mas fundamentalmente a qualidade do relacionamento entre pesquisador e pesquisado. Como argumenta Rockwell (1987), talvez, o rigor da etnografia não se caracterize por normas prévias ao campo, uma vez que a interação etnográfica é social e depende do outro lado da relação. Depende mais da descrição do processo de como foi feita a pesquisa. Ao pesquisador é necessário um exercício de contínua atenção a si mesmo e a maneira como está sendo realizada a pesquisa em campo, uma vez que é “sua relação com as pessoas do local e dele com as teorias e hipóteses que gerarão os achados” (SATO & SOUZA, 2001, p.40).

Assim, descrever, em detalhe, como foi feito o trabalho de campo, as estratégias utilizadas, as dificuldades, as falhas, os pontos de apoio, as “dicas” dadas pelas pessoas do local etc., nos parece tarefa central para esta abordagem metodológica. Esses apontamentos

³¹ Sato & Souza (2001)

foram registrados sistematicamente nos Diários de Campo³² a tempo suficiente de não se perder os detalhes do vivido em campo, em geral, dentro do intervalo de um dia após a incursão.

2.2 Sobre o trabalho de campo na Praça da Sé

2.2.1 A escolha da Praça da Sé

A Praça da Sé – onde está localizado o marco zero do município de São Paulo – é considerada um dos pontos mais importantes da capital, tendo em seu entorno, a subprefeitura da Sé, uma estação de metrô, uma unidade do Poupatempo – Departamento da Prefeitura responsável pelo atendimento ao cidadão –, o tribunal de justiça do Estado de São Paulo, além de uma movimentada região comercial. Além disso, esta Praça é conhecida por sua diversidade cultural e social em que circulam milhões de transeuntes, engraxates, policiais, moradores de rua, pedintes, pregadores religiosos, executivos, comerciantes, pessoas simplesmente sentadas nos bancos ou encostadas nos degraus da igreja etc. De modo que a Praça da Sé se configura como um lugar de passagem, de lazer, de conversa e também de trabalho³³.

A escolha de um local de pesquisa é baseada na possibilidade de avaliar nossas hipóteses e, em particular, responder à nossa pergunta de pesquisa. De forma que escolhi uma praça a partir da hipótese, anteriormente apresentada, das associações entre espaço público, pobreza e vadiagem. Além do mais, o centro histórico da cidade de São Paulo, onde está localizada a Praça da Sé, se caracterizou por abrigar em seu entorno um importante centro do comércio informal ambulante na cidade (FREHSE, 2011a), alvo de muitas prisões por vadiagem num passado recente (como será visto no capítulo seguinte). Outro aspecto importante, refere-se ao fato de a Praça da Sé ser um local privilegiado para a permanência diária de tipos variados de não-transeuntes, de “pessoas de rua” até “pessoas da rua” (FREHSE, 2011a). Vimos, anteriormente, que o período de maior repressão da vadiagem está relacionado ao advento da modernidade do país, cenário em que se enfatizou a inutilidade da

³² Sobre este documento do trabalho de campo, ver Magnani (1997): “O (velho e bom) caderno de campo”.

³³ No capítulo IV, onde será descrito o trabalho de campo realizado na Praça da Sé serão fornecidas mais informações sobre o logradouro.

permanência da “gente de rua” (FREHSE, 2011b).

2.2.2 Saindo de casa e indo a campo: os caminhos trilhados

Para Spink (2003), a curiosidade pode ser definida como aquele sentimento de que as coisas podem ser diferentes, constituindo-se uma característica fundamental da noção coletiva de mudança e também para o fazer da pesquisa. Quando nós, psicólogos sociais, ficamos curiosos sobre um tema, um campo, um “campo-tema”³⁴ (SPINK, 2003), estamos propondo que este seja relevante e que mereça ser estudado. A construção de um tema de pesquisa, neste sentido, é sempre algo construído, quer dizer, não é algo dado, tampouco óbvio, mas algo que o pesquisador tem a pretensão de fazer “disciplinariamente presente” (SPINK, 2003). Na construção de um “campo-tema” e no seu desenvolvimento no processo de pesquisa, Spink (2003) lembra que o psicólogo-pesquisador é apenas mais um membro competente dentro de uma ecologia de saberes, composta por outras pessoas, também competentes, interessadas no mesmo assunto.

Declarar-se parte de um campo-tema é demonstrar a convicção ética e política de que, como psicólogos sociais, pensamos que podemos contribuir e que estamos dispostos a discutir a relevância de nossa contribuição com qualquer um, horizontalmente e não verticalmente (SPINK, 2008, p.76).

Quer dizer, a ciência, por si mesma, não detém o conhecimento, mas é apenas mais **um** conhecimento, que pode (e deve) dialogar com os demais e, assim, compor um saber mais rico e democrático. O fazer da pesquisa e, no limite, a construção de um conhecimento são sempre negociados e debatidos com os demais atores sociais. A pesquisa, desse modo, se caracteriza por “conversas espontâneas em encontros situados” (SPINK, 2008, p.72) em que não cabem métodos planejados *a priori* de um tema já definido e fechado, mas um saber-fazer que vai sendo construído no desenrolar da pesquisa. Como aponta Spink (2003), “não há métodos bons ou ruins; há simplesmente maneiras de estar no campo-tema [...] método, nada

³⁴ A visão clássica que ainda se tem de campo na psicologia social remete a uma visão da antropologia tradicional, em que o campo é um lugar, e que ao sair desse lugar se sai do campo. Spink (2003) propõe outro olhar acerca do campo, em que esse não é mais visto como um lugar, mas sim como a situação atual de um assunto. Como aponta Spink (2003): “ser parte do campo-tema não é um final de semana de pesquisa participante e muito menos uma relação de levantamento de dados conduzido num lugar exótico, mas é, antes de mais nada, a convicção moral que, como psicólogos sociais, estamos nesta questão, no campo-tema, porque pensamos que podemos ser úteis” (p.27). A partir desta perspectiva, o trabalho de campo tem início juntamente com a nossa curiosidade sobre algum assunto, em que o fazer pesquisa nada mais é que uma reflexão sobre uma experiência que achamos que mereça ser estudada.

mais é de que a descrição do ‘como’, ‘onde’ e ‘o que’ ” (p. 36).

2.2.3 Chegando à Praça da Sé. E agora?

Apesar de já estar em campo a partir do momento que me vinculei a temática (SPINK, 2003), é sempre difícil o primeiro momento do trabalho de campo. Saí de casa para a Praça da Sé com a intenção de realizar “conversas espontâneas em encontros situados” (SPINK, 2008), com os transeuntes e não-transeuntes do local sobre meu tema, mas não sabia bem ao certo como. Estava receosa em iniciar essa conversa, visto que a temática da vadiagem é algo delicado de se falar, quer dizer, porque estava “fazendo pesquisa” com aquele indivíduo, estaria eu querendo insinuar que ele é vadio, vagabundo? Como bem apontam Sato & Souza (2001), “nunca teremos certeza se nossas reais intenções serão apreendidas pelas pessoas do local e apenas o tempo de convivência poderá dizer” (p. 36). Assim, logo na primeira ida a campo, fui com a intenção muito clara de só observar, andar pela Praça, mapear alguns locais; minha ideia não era ainda conversar com ninguém antes de apreender minimamente as regras do local. “Nesse primeiro momento, a pesquisa se concentra em nós mesmo e o que nos guia é uma curiosidade inicial, a necessidade de nos situarmos no local, cuja vinculação com os objetivos de nossa pesquisa é menos direta” (SATO & SOUZA, 2001, p. 36).

2.2.4 Caminhando e observando: as peripécias do caminho

Assim, nas primeiras incursões, saí com o objetivo de conhecer o campo. Percorri toda a Praça treinando meus olhos de pesquisadora, tentando estranhar o familiar. A caminhada é um recurso valioso para o início do trabalho de campo. Além de constituir-se ferramenta para a primeira delimitação da paisagem, ela permite ao pesquisador treinar e dirigir seu olhar. Magnani (1996) nos alertam que essa caminhada deve obedecer a um ritmo mais lento que o do usuário e mais regular que o do passeante, pois deve permitir ao pesquisador uma observação contínua, seguindo o fluxo do seu andar e parar.

Devia-se estar atento principalmente à materialidade da paisagem: relação entre espaços vazios e construídos, disposição das edificações e equipamentos, escala, volumetria, ruídos, cores, cheiros. Não se tratava de buscar o inusitado, o inesperado mas, ao contrário, o reiterativo, o padrão, a norma. A delimitação prévia do percurso e a cobertura do trajeto em sua totalidade sem interrupções é condição para se captar a diversidade de uma rua, por exemplo, sem se deixar levar pela fragmentação que, à primeira vista, ela parece exhibir. Deve haver uma ordem, um ritmo, regras. Os

usuários obedecem a essa ordem sem, necessariamente, dar-se conta disso, pois o padrão está internalizado. Ao pesquisador cabe identificar tais regras (MAGNANI, 1996, p. 16- 17).

Nessa primeira etapa, estava considerando a Praça da Sé como comumente o transeunte, o turista, o visitante a conhece: refere-se ao tablado retangular juntamente com o setor arborizado ao fundo, conforme a figura abaixo:



Figura 1: O tablado retangular da Praça da Sé

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA, 18/07/2012

Pois bem, apesar do meu planejamento prévio, fui abordada já na primeira incursão por um moço que estava próximo de mim e aconteceu a primeira conversa em campo. O fato de eu permanecer parada, não transitando na Praça da Sé, fez com que diversas pessoas se aproximassem de mim em várias idas a campo, e muitas conversas se deram dessa maneira. Mas onde ficar parada numa praça como a Sé, um dos principais entrocamento viário de São Paulo em que milhares de pessoas transitam de um lado para o outro, além de uma movimentada região comercial no entorno? Será que as pessoas não vão estranhar essa atitude? Diante de tantos questionamentos e incômodos, identifiquei meu primeiro ponto de

apoio, a “roda de pregação”³⁵. Nesse lugar me senti autorizada a ficar parada para fazer minhas observações, e também menos vulnerável às regras daquele local, ainda muito desconhecidas por mim. Importante apontar que, nesse momento do trabalho de campo, tinha uma visão sobre a Praça da Sé ancorada no senso comum, pelo menos da classe média paulistana, em que estava receosa em ser assaltada ou mesmo em ser abordada por um desconhecido, por isso a roda de pregação se mostrou como um apoio para mim.



Figura 2: A “roda de pregação”.

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA, 18/07/2012

O trecho abaixo do Diário, ilustra esse momento:

Saí da Catedral e sentei em suas escadarias. Estava receosa, esperando, a qualquer momento, alguém chegar e me pedir dinheiro ou qualquer coisa assim, ao mesmo tempo, que passava pela minha cabeça como iria proceder para conversar com as pessoas. Uma sensação forte de incômodo se apoderava de mim. Permaneci por meia hora sentada ali tentando observar os arredores, ensaiando o próximo lugar para aonde iria. Levantei e fui andando em direção aos fundos da Praça, não sabia aonde ir, não tem bancos na Praça da Sé, ali parece ser um lugar de passagem, pelo menos

³⁵ A “roda de pregação”, como é denominada pelas pessoas na Praça da Sé, acontece sempre no mesmo lugar previamente delimitado com uma fita crepe colada no chão. Trata-se de evangélicos que utilizam o espaço da Praça da Sé para orar, ler partes da bíblia e para discorrer sobre assuntos variados, em geral, relacionados à moral e aos bons costumes. Os pregadores geralmente estão em duplas, sendo um deles o protagonista que fica no centro da roda clamando com o público, e o segundo que lê em voz alta passagens da bíblia quando solicitado pelo primeiro. Sempre estão rodeados de pessoas que, em sua maioria, permanecem a tempo de o pregador pedir uma “contribuição para realizar a benção”. Os pregadores enchem de som a praça e não há como não escutá-los. Foi em torno deste ambiente que muitas das conversas se desenrolaram.

para nós, turistas. Decidi, então, parar na roda de pregação, tive a sensação que ali estava autorizada a ficar e, assim, continuar observando. (DIÁRIO DE CAMPO, 11/07/2012)

Amparada pelas delimitações desse espaço pude “puxar conversa” com as pessoas que estavam ali ao lado, constituindo-se como importante estratégia de aproximação com o campo. Como relata Sato & Souza (2001),

Nem sempre percebemos, mas o pesquisador também acaba por construir uma rotina em sua estada no campo, a qual parece construída para nos organizarmos, para criarmos pontos de apoio. Nessa organização de uma rotina, dividimos nosso tempo, construímos e conquistamos espaços materiais e simbólicos, conquistamos um lugar para nos movermos no local. Ela é criada a partir de possibilidades dentro da rotina, da divisão dos tempos e de espaços do local, dando-se no seu interstício e, portanto, induzida pelo relacionamento com as pessoas, pelo funcionamento, pelas regras e rotina do local, por nossa curiosidade e objetivos (p. 33).

Novamente no Diário,

Assim que cheguei à Praça, fiz o mesmo das últimas vezes: fui direto em direção à roda de pregação. A roda de pregação constituiu-se de um lugar que posso ficar parada, fingindo assistir aos pregadores, quando, na verdade, estou observando a Praça e, em especial, esperando alguém vir falar comigo; o que tem acontecido com certa frequência. Não sei se é a melhor forma, mas foi a que encontrei até agora. (DIÁRIO DE CAMPO, 20/08/2012)

Nessa etapa do trabalho do campo, eu conversei com diversas pessoas, não apenas com as que trabalhavam na Praça, pois naquele momento eu estava no processo de conhecer a Praça, observar que grupos a frequentavam e, o mais importante, eu estava buscando uma forma de me inserir naquele espaço, tanto que a maneira como eu abordava as pessoas foi também se aprimorando durante o trabalho de campo. Além do mais, o fato de eu conversar com distintos grupos que frequentam a Praça da Sé – desde o morador de rua até o policial – foi essencial para o posterior aprimoramento do meu objeto de pesquisa e para as estratégias de colher informações. Como apontam Sato & Souza (2001),

Diferentemente de outras estratégias e desenhos metodológicos, onde se conta com um protocolo norteador dos comportamentos a serem adotados na coleta de dados em que muitas vezes padronizam-se as falas, a forma de apresentação dos pesquisadores aos sujeitos pesquisados, na pesquisa etnográfica é o pesquisador, a cada pesquisa, a cada dia com cada pessoa que vai, paulatinamente, construindo as estratégias para colher informações (Rockwell,s.d), ou como aponta Peirano(1995), ao referir-se a Evans-Pritchard, não há „cânones possíveis na pesquisa de campo“ ” (p. 37).

E também Rockwell (1987),

É necessário recordar que na etnografia as observações ou entrevistas se definem mediante um processo contínuo, durante a permanência em campo, e nem sempre coincidem com os planos pré- estabelecidos; em grande medida as possibilidades vão sendo dadas a partir dos pontos de entrada. (p.10).³⁶

Nesse primeiro momento, iniciava a conversa dizendo que estava **fazendo um trabalho de faculdade e gostaria de conhecer mais sobre a Praça**. O interessante é que, muitas vezes, eu não despendia muito esforço em direcionar a conversa para o meu tema, pois logo aparecia a questão da degradação da Praça da Sé e do centro em geral que são associados à presença de uma “gentarada” que fica por ali. Já, nessa etapa de campo, apareceu um aspecto que se mostrou relevante para o desenvolvimento deste estudo: a associação da Praça como lugar habitado por grupos estigmatizados. Em todas as etapas do trabalho de campo, o tema parecia estar colado ao logradouro, o que já se constitui num importante dado. Muitas vezes também, ocorreu de as pessoas virem conversar comigo e começarem a contar suas histórias de vida, de trabalho, de modo que quando perguntavam no que eu trabalhava eu falava da minha pesquisa. Esse é outro dado relevante, pois nem sempre, no campo, as pessoas se dirigem ao pesquisador, o que já informa sobre a natureza das interações sociais específicas da Praça da Sé. Até mesmo, em outras praças, isto não é regra, como compara Frehse (2011a) em relação ao Largo da Sé da cidade de Lisboa, em Portugal, em que ela podia passar horas sem ser abordada por ninguém. Como mostram os trechos do Diário,

Levantei-me das escadarias da Catedral e, conforme ia descendo, um senhor chegou perto de mim e disse para não dar atenção a qualquer um na Praça (um morador de rua tinha se aproximado de mim minutos antes). [...] **Caminhei com esse senhor por mais uns metros, paramos em frente a base da polícia e Dorival [nome do senhor que me abordou] mostrou seu documento de identidade e começou a contar sua história de vida.** (DIÁRIO DE CAMPO, 13/07/2012)

Fiquei observando a roda de pregação por cerca de meia hora, nesse ínterim veio um homem conversar comigo, ele era de Curitiba e estava, ali, resolvendo uma questão da faculdade de gestão ambiental que ele faz. **Nisso, ele pegou sua carteira da faculdade, e me perguntou o que eu fazia ali.** Falei que era estudante também, no que ele me interrompeu dizendo que ele era “acadêmico”, não estudante. Continuei dizendo que estava ali fazendo uma pesquisa de mestrado, no que ele não entendeu, depois falei que estava fazendo pesquisa, no que ele também não entendeu, ele só entendia que eu fazia “estágio”. (DIÁRIO DE CAMPO, 20/08/2012)

³⁶Original em língua espanhola. ROCKWELL (1987). Tradução minha.

2.2.5 Sentada nas muretas

A Praça da Sé, nos dias de semana e em horários comerciais, é muito movimentada, mas, em minhas caminhadas pela Praça, notei que havia uma região específica em que as pessoas ficavam paradas. Esta “região das muretas” destoa do resto da paisagem pela quantidade de não transeuntes que, aparentemente, não estão exercendo nenhuma atividade e também pela sua composição, predominantemente, de homens mulatos ou negros. Naquele momento, me instigava saber quem eram aquelas pessoas, algumas pareciam que eram moradoras de rua, mas tantas outras aparentavam ser de uma classe social baixa, mas que não dormiam na rua, além de senhores de mais idade. Mas, acima de tudo, meu interesse por essa região deu-se pelo fato de que, em várias das minhas conversas no campo, os entrevistados reclamavam do estado de abandono da Praça e apontavam para as muretas como o lugar da “gentarada”, dos “vagabundos”, “desocupados”, “pilantras”, “maloqueiros”, “nóias” etc.

A região das muretas compreende a lateral leste da Praça que separa, fisicamente, o tablado retangular do setor ajardinado com bancos de Praça, espelhos d’água, estátuas e entradas da estação do metrô Sé.

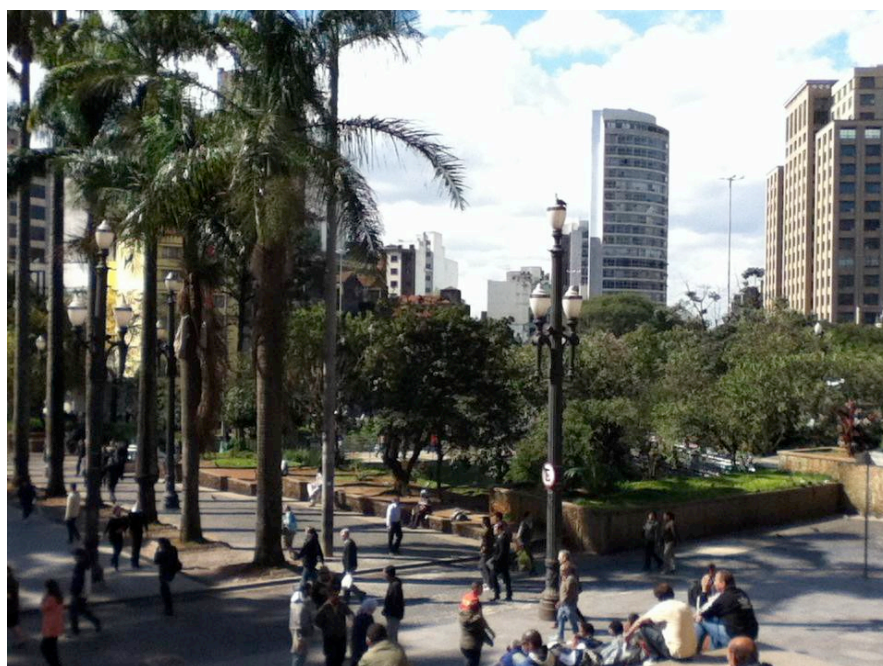


Figura 3: Início das muretas

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA, 18/07/2012



Figura 4 - As muretas

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA, 17/10/2013



Figura 5 – O setor ajardinado da Praça da Sé separado pelas muretas

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA, 17/10/2013



Figura 6 – Fim das muretas e uma das entradas da estação Sé do metrô

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA, 17/10/2013

Desse modo, passei a frequentar essa região por entender que seria pertinente para meu objeto de estudo, e, também, para tentar compreender quem eram aquelas pessoas, o que elas estavam fazendo ali e qual era a relação delas com a Praça da Sé. Após algumas tentativas frustradas de permanecer naquele espaço sem passar por situações, no mínimo, constrangedoras, como ser confundida, algumas vezes, com uma prostituta, um colega de pós-graduação que já tinha feito um trabalho com pessoas em situação de rua na Praça da Sé, se ofereceu para me acompanhar nessa empreitada, pelo menos, algumas vezes, até eu me senti segura e pronta para estar lá. Assim, muito do trabalho de campo, nesse período, foi feito em dupla.

Importante destacar que meu colega é negro e homem, tal como a maioria das pessoas que ficam sentadas ou encostadas nas muretas pela Praça, e eu sou branca de classe média, de modo que pude notar que sua presença não chamava a atenção tal como a minha, muitas vezes, a única mulher. Mesmo na presença do meu colega, um homem me disse para eu tomar cuidado, pois as pessoas podiam pensar que eu era casada com meu colega ou “já sabe, né...”. A associação da mulher com a prostituição naquele espaço, predominantemente masculino, parece ser algo bastante disseminado, seja na fala de senhores condenando as

moças que “se entregam” ou como forma de alerta para eu não correr o risco de ser confundida com uma.

Logo na primeira vez que ficamos parados por cerca de uma hora nas muretas, percebemos que algumas pessoas andavam de um lado para o outro com grandes sacos pretos nas mãos, outras com objetos como sapatos, roupas, pacotes de macarrão e outras ainda passavam nos oferecendo óculos de sol, cartão de ônibus, câmbio de dinheiro etc. Fiquei espantada com a presença daquela feira clandestina de permuta de mercadorias que não tinha percebido nas minhas idas a campo, quer dizer, ali onde os transeuntes e não-transeuntes com quem conversei apontaram como o lugar dos “vagabundos” e dos “desocupados”, eu encontrei trabalho. A “feira do rolo”³⁷, como é chamada pelos seus integrantes, será retomada mais adiante na parte de análise dos dados, neste momento gostaria de destacar a importância de um “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), que nos propõe olhar a cidade não apenas como um pano de fundo onde se desenrolam as práticas cotidianas dos seus moradores, mas como parte constitutiva e determinante destas práticas, em que os moradores por meio de suas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos, dão vida a metrópole, tomados como atores sociais.

Ao partir dos próprios arranjos desenvolvidos pelos atores sociais em seus múltiplos contextos de atuação e uso do espaço e das estruturas urbanas, este olhar vai além da fragmentação que, à primeira vista, parece caracterizar a dinâmica das grandes cidades e procura identificar as regularidades, os padrões que presidem o comportamento dos atores sociais. Supõe recortes bem delimitados que possibilitam o costumeiro exercício da cuidadosa descrição etnográfica (MAGNANI, 2002, p. 25).

Após descobrirmos a existência da “feira do rolo”, continuamos frequentando a “região das muretas” e notamos que muitas das pessoas que estavam ali se conheciam, se chamavam pelo nome e também, para nós, alguns rostos começaram a ficar familiares, sugerindo a existência de uma rede de sociabilidade. No entanto, foram poucas as vezes que conseguimos conversar com as pessoas que estavam ali, pois encontramos certa dificuldade

³⁷ A “feira do rolo” é um comércio de permuta de mercadorias de origens diversas, tanto lícitas quanto ilícitas, que se diferencia do comércio ambulante, pois como me explica o engraxate-sapateiro Gabriel: “o „rolo” é quando se troca as coisas ou quando é produto roubado”. Ela é composta por pessoas que estão desempregadas, por aposentados, por jovens e também por trabalhadores que fazem um “bico” como forma de complementar a renda. Essa “feira” ocorre todos os dias da semana na Praça da Sé, em especial na região das muretas, e abrange o Pátio do Colégio onde está localizada uma igreja que faz doações de cesta básica e roupas que são vendidas ou trocadas pelos “roleiros”.

de nos inserir e também pela presença constante da Guarda Civil Metropolitana que dispersavam as pessoas dali. Nessa conversa, assim como nas demais, “puxei assunto” da maneira que foi possível no momento. Tentava direcioná-la a para o meu tema, apenas evitava usar a palavra pesquisa que, naquele contexto, não parece ser algo muito bem visto. Por fim, foi curioso que diversas vezes antes mesmo de dizer sobre meu trabalho, as pessoas perguntavam se eu estava fazendo alguma pesquisa ou, na maioria das vezes, se eu era jornalista. Como vemos no trecho do Diário,

Um ponto a registrar é que o Lucas adivinhou que eu estava fazendo pesquisa logo no início da conversa. Não agüentei a curiosidade e perguntei por que ele achava isso, e ele me respondeu: “você está fazendo tantas perguntas”. Demos risada e continuamos a conversa em que contei sobre meu tema de pesquisa. (DIÁRIO DE CAMPO, 06/12/2012)

Muitas vezes tive dificuldade em explicar que estava realizando uma pesquisa, as pessoas ficavam curiosas com o fato de não portar um questionário tampouco com um gravador. Outro aspecto que parecia não fazer sentido era que o meu trabalho era aquele, ou seja, que eu estava sendo paga para realizar aquela pesquisa, mesmo após eu explicar, muitas pessoas me perguntavam, “mas no que você trabalha”? A realidade de uma bolsa de fomento de pesquisa e também de uma faculdade pública parece ser algo muito distante da vida da maioria das pessoas com quem conversei. As poucas que conheciam o que era a Universidade de São Paulo era porque já tinham sido entrevistadas por outros pesquisadores. Creio que esse fato denuncia um (não) lugar que a Universidade de São Paulo ocupa na vida cotidiana dessas pessoas. Importante ressaltar esse aspecto pelo risco do pesquisador obter “informações caricaturais”, quer dizer, aquilo que as “pessoas do local informarem somente o que consideram que „o pesquisador branco, culto e erudito deseja ouvir...ou, nestes tempos de revolta, aquilo que ela [s] acha [m] que o pesquisador branco, rico e dominador precisa ou deve ouvir’ ” (SATO & SOUZA, 2001, p. 36 apud ZALUAR, 1986, p. 119).

2.2.6 Frequentando a “banca” do Madureira

Um dos nortes para um adequado trabalho de pesquisa, na perspectiva etnográfica, é “seguir o que as pessoas do local indicam” (SATO & SOUZA, 2001, p. 37), de forma que, em uma das minhas conversas me sugeriram que eu fosse “entrevistar um tal de Madureira” engraxate-sapateiro que fica “numa outra praça” com “muitos anos de Sé” e que saberia me informar mais sobre os “desocupados” que frequentam a Praça da Sé. Assim,

aceitei a sugestão e fui atrás desse senhor, que acabou não só se tornando um “informante privilegiado” (SATO & SOUZA, 2001, p.36) da minha pesquisa, me fornecendo valiosas informações só disponíveis aos “nativos” do local, como me fez ampliar o espaço que estava considerando como “Praça da Sé”.

O Madureira faz parte de um grupo de trabalhadores que perdeu o alvará para realizar suas atividades de forma legal (tal como os engraxates que ficam no setor arborizado da Praça), após a gestão da prefeita Marta Suplicy. Eles trabalham hoje apenas com um registro da época em que eles estavam autorizados a exercer suas atividades naquele local; “a outra praça” parece denotar a distância existente entre os engraxates com alvará e os sem alvará. Essa região, refere-se ao “remanescente triangular do antigo Largo da Sé” (FREHSE, 2013, p.141) e, na verdade, é uma continuação da Praça da Sé. Além dos engraxates-sapateiros há diversas atividades, como a venda de cigarro trazidos do Paraguai e a venda e troca de objetos de várias procedências.



Figura 7 – Ao fundo, a “ilha” da Praça da Sé

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA, 17/10/2013



Figura 8 - Madureira em sua “banca”. 17/10/2013

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA



Figura 9 - Com Madureira em sua “banca”

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA, 17/10/2013.

Passei, então, a frequentar a “ilha” da Praça da Sé, como Madureira denominou, nesta última etapa do trabalho de campo. O fato de eu estar com o Madureira também me possibilitou realizar algumas conversas com os grupos de difícil acesso, como os moradores de rua e os “roleiros”. Importante lembrar que estive nas muretas onde ocorre a “feira do rolo” por alguns meses, mas foi só ao me inserir numa rede de conhecidos, no qual Madureira

faz parte, é que consegui estabelecer esses contatos. Como me disse Madureira após eu fazer o comentário de que ele deveria ter bastante conhecimento sobre a Praça da Sé, pois ele estava lá há mais de 13 anos: “bastante conhecimento não, eu tenho vivência”. De fato, a sensação que eu tive no trabalho de campo quando estava com ele, era que eu estava “vivendo a Praça da Sé”. A Praça da Sé, de uma, passou a ser várias, a que acolhe, a que ameaça, a caótica, a com regras definidas, a de quem mora, a de quem está de passagem, a de quem trabalha formalmente, a de quem trabalha informalmente, a de quem trabalha ilegalmente etc., como será detalhado no capítulo seguinte.

Tabela 1

Quadro-síntese das incursões de campo da pesquisa de julho a outubro de 2012

| Data | Horário | Objetivos |
|--------------------------------|----------------|--|
| 11/07/12- Quarta-feira | 13h | Observar e caminhar pela Praça. * Conversa com o Danilo ³⁸ e Pedro. |
| 13/07/12- Sexta-feira | 13h | Mapear o local e tirar fotos. * Conversa com o Dorival e com o Jair. |
| 18/07/12- Quarta-feira | 10h | Conversar com as pessoas na Praça e tirar fotos. *Conversa com o Miranda e com o Valdo. |
| 20/08/12- Segunda-feira | 14h | Conversar com as pessoas na Praça. * Conversa com o Luís. |
| 24/08/12- Sexta-feira | 14h30 | Conversar com as pessoas na Praça. * Conversa com Marina. |
| 29/08/12- Quarta-feira | 15h | Conversar com as pessoas na Praça. * Conversa com Francisco |
| 04/09/12- Terça-feira | 10h | Conversar com as pessoas na Praça * Conversa com Benê |
| 24/09/12- Segunda-feira | 14h | Conversar com as pessoas na Praça *Conversa com Vanderlei |
| 19/10/12- Sexta-feira | 15h | Frequentar a “região das muretas”. |
| 24/10/12- Quarta-feira | 15h | Frequentar a “região das muretas”. |

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

³⁸ Todos os nomes citados são fictícios com exceção daqueles que as próprias pessoas pediram para que citasse o nome verdadeiro delas.

Tabela 2

Quadro-síntese das incursões de campo da pesquisa de novembro de 2012 a outubro de 2013

| Data | Horário | Objetivos |
|--------------------------------|----------------|--|
| 01/11/12- Quinta-feira | 15h | Frequentar a “região das muretas”. |
| 01/12/12- Sábado | 15h | Frequentar a “região das muretas”. |
| 06/12/12- Quinta-feira | 15h | Frequentar a “região das muretas”. * Conversa com o Lucas e com o Frigideira |
| 13/12/12- Segunda-feira | 16h | Frequentar a “região das muretas”. *Conversa com o José. |
| 04/02/13- Quinta-feira | 16h30 | Frequentar a “região das muretas”. * Conversa com o Eriovaldo. |
| 02/05/13- Sexta-feira | 14h | Identificar as pessoas que trabalham na Praça. *Conversa com o Aldo. |
| 17/05/13- Sábado | 14h | Conversar com as pessoas que trabalham na Praça. * Conversa com o Marcos. |
| 24/05/13- Sábado | 14h30 | Conversar com as pessoas que trabalham na Praça * Conversa com o Mário. |
| 22/06/13- Sexta-feira | 11h | Conversar com as pessoas que trabalham na Praça. * Conversa com o Milton. |
| 05/07/13- Terça-feira | 14h | Retornar a conversa com o Osvaldo. * Conversa com o Osvaldo. |
| 06/08/13- Quinta-feira | 16h | Conversar com as pessoas que trabalham na Praça *Conversa com o Madureira e com o Mike. |
| 22/08/13- Quinta-feira | 15h | Frequentar a “banca” do Madureira. * Conversa com o Sérgio. |
| 29/08/13- Quinta- feira | 15h | Frequentar a “banca” do Madureira *Conversa com Madureira, Gabriel e Guto. |
| 19/09/13- Quinta-feira | 15h | Frequentar a “banca” do Madureira. * Conversa com o Gabriel, com o Madureira e com o “Capixo” |
| 26/09/13- Quinta-feira | 15h | Desenhar um novo mapa da Praça. *Conversa com o Madureira, o Gabriel e o Paulínio. |
| 17/10/2013-Quinta-feira | 15h | Tirar fotos da Praça, do Madureira e do Gabriel. |

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Naquele espaço eu virei a “menina que ta estudando a Praça da Sé”, de forma que o Madureira e seu filho iam me apontando aqueles com quem eu deveria conversar, “conversa com esse aí, ele tem 27 anos de Sé”. Em geral, eu começava a conversa perguntando **sobre a Praça da Sé e sobre os grupos que a frequentam e/ou como é trabalhar na Praça** e, a partir disso, tentava direcionar a conversa para a minha temática. Vê-se que o local onde se desenrola a pesquisa, não é um mero pano de fundo, ele lhe é parte constitutivo, como observam Magnani & Torres (2008), “é a prática social de seus habitantes que confere ao espaço urbano sentido e significação” (p. 304). Foi nesse espaço que realizei minha última etapa do trabalho de campo e onde também fiz bons amigos.

Acima, esquematizo as etapas do trabalho de campo, realizadas durante o período comercial dos dias úteis – períodos do dia marcados pela pressão do trânsito e dos transeuntes (FREHSE, 2011a) – bem como os objetivos das incursões.

2.3 Explorando os jornais: notas sobre a análise documental

Como dito anteriormente, esta pesquisa contou com o aporte do levantamento documental, por meio de pesquisa na base de dados do acervo do jornal Folha de São Paulo, disponível pela internet no link <http://acervo.folha.com.br/>, em que utilizei a palavra-chave “vadiagem”. As consultas cobriram as publicações no período de 1921 (data de início do jornal) até o ano de 2013. O material de análise foi selecionado a partir da leitura prévia das notícias encontradas, sendo que o critério de exclusão adotado foi a rejeição de notícias em que o termo “vadiagem” não correspondia à temática do trabalho, como, por exemplo, a vadiagem de animais de rua, dentre outros. Por meio da leitura das notícias pertinentes com a temática, fui apontando em uma folha à parte aspectos que me chamavam a atenção sempre tendo em vista o objetivo da pesquisa. Nesse ínterim, também fui selecionando algumas notícias jornalísticas em particular, que ora ilustravam aspectos bastante recorrentes em relação à temática, ora apontava justamente um ponto de vista distinto em relação aos demais. A coleta de dados teve a duração de cerca de um (1) ano, e ocorreu no período de setembro de 2012 a setembro de 2013.

O intuito dessa retrospectiva histórica da localização da figura do vagabundo, por meio da utilização de jornais, remete à tentativa de recuperar os diversos sentidos que a vadiagem já teve, entendendo que esses sentidos não ficaram para trás, mas eles coexistem de

distintas formas até os dias de hoje. O que hoje nos parece natural, já foi um dia alvo de disputas e conflitos, de forma que a utilização de fontes documentais como o jornal se mostra importante ferramenta de resgate dos sentidos que gravitaram e ainda gravitam em torno do tema da vadiagem. Como aponta Frehse (2011b), as mídias impressas, os jornais, não são apenas veículos de informações, são a “expressão de interesses e portadoras de projetos de classe ou de frações de classe” (p. 55). E é justamente a recuperação dessa construção ideológica em torno do que é a vadiagem que vai me auxiliar a tecer os fios e costurar os múltiplos sentidos e implicações que estão envolvidos na afirmação: “aquele é um vagabundo”.

CAPÍTULO III A VADIAGEM RETRATADA NOS JORNAIS

Foi visto que os sentidos do que é “ser vadio” passou por algumas mudanças ao longo da história, em que, no Brasil escravista, aquele que era considerado como tal referia-se aos indivíduos envolvidos em atividades braçais que escapavam à lógica do senhor-escravo> Já na sociedade pós-escravista, aquele que é associado à vadiagem não se refere necessariamente ao trabalhador braçal, mas àquele que não trabalha, quer dizer, é preciso trabalhar. Importante pontuar que o não trabalhar, no caso, remete à adoção de certo modo de estar (o “deixar-se ficar”) no espaço da rua. Ver-se-á, no período analisado da veiculação de jornais, que os sentidos em torno da vadiagem, ao mesmo tempo em que reitera antigos estereótipos, também cria outros, de modo que os seus significados vão sendo construídos como uma “colcha de retalhos”. Se, nas primeiras décadas do século passado, o “vadio” era visto como um indivíduo que não trabalhava, no decorrer dos anos, a vadiagem vai ser cada vez mais associada ao trabalho informal exercido, principalmente, nos espaços públicos.

Outro aspecto importante a destacar e que as fontes de jornais denunciam é a dimensão da vadiagem enquanto uma contravenção penal, em que inúmeros indivíduos até meados da década de 1980 eram autuados e presos pelo artigo 59 do código penal: vadiagem. Novamente, verifica-se uma mudança no perfil daqueles que são presos, de “vigaristas” e “punguistas” para “camelôs” e “flanelinhas”; o que parece resistir ao tempo é a criminalização de homens negros e pobres. Aliás, a questão dos termos utilizados para se referir aos indivíduos acusados de praticarem a vadiagem é mais um aspecto a ser ressaltado. Penso que a escolha dos termos não é aleatória e pode fornecer pistas sobre o que está em jogo sobre os sentidos da vadiagem na sociedade brasileira, em particular, no estado de São Paulo. Dessa forma, para indicar cada mudança de paradigma acerca dos sentidos da vadiagem, elaborei listas compostas por essas expressões que passarei a chamar de “**palavras-índice**” (SATO, 1991), cujos significados se constituem enquanto indícios que informam sobre a temática estudada. A divisão, em três intervalos do período de tempo, analisados nos jornais foi baseada, justamente, nessas mudanças em torno do que estava sendo considerado como vadiagem que as “palavras-índice” ajudam a ilustrar.

Por fim, gostaria de chamar a atenção para um aspecto relevante enquanto justificativa metodológica do local escolhido para esta pesquisa: a associação entre vadiagem e espaço público. É verdade que essa relação já foi exposta, anteriormente, com a discussão

do advento da modernidade em que a permanência nas ruas passa a significar o não-trabalho, o ponto a destacar aqui é a crescente associação ao espaço público, pobreza, criminalidade que as “operações limpezas”, – conforme eram denominadas as ações policiais de retiradas de pessoas supostamente suspeitas das áreas centrais – da cidade de São Paulo denunciam. Neste contexto, verifica-se a construção de um discurso ideológico que coloca aqueles que utilizam o espaço público para fins de convivência social, lazer e trabalho, no espectro indistinto da “pobreza incivil” (TELLES, 2001). A ideologia da vadiagem, dessa forma, se mostra como um importante mecanismo de responsabilização, e conseqüentemente, de autculpabilização do próprio trabalhador pela sua situação de inserção no mundo do trabalho, auxiliando ainda mais o processo de inferiorização dos pobres, fenômenos que atravessa a história deste país.

3.1 Dos anos 1927 a 1960: um problema de polícia³⁹

O sentido que a vadiagem tem no período pesquisado, de 1927 a 1960, está atrelado a uma contravenção penal, cujas prisões são relatadas em inúmeras colunas da seção policial. É, dessa época, inclusive, a criação de uma “delegacia especializada em repressão à vadiagem”⁴⁰. Os indivíduos presos eram encaminhados às colônias correcionais, posteriormente, chamadas de centros de trabalho educativo, em que ficavam por até 15 meses realizando trabalhos forçados. Tratava-se de colônias penais exclusivas para a “regeneração” daqueles que supostamente se entregavam à vadiagem e à ociosidade. Somente no início da década de 1950, é que as pessoas enquadradas por vadiagem passaram a, primeiro, a assinar um termo de sindicância, documento exigido pela delegacia de polícia, comprometendo-se a conseguir, no prazo máximo de 30 dias, uma ocupação útil e habitual. Caso se recusassem, ou fossem autuados pela segunda vez, eram, então, presas.

É interessante pensar que não é qualquer ocupação que serve para livrar o indivíduo do flagrante da vadiagem, mas apenas aquela que é qualificada pelos adjetivos útil e habitual. Segundo a definição do dicionário Aurélio, habitual refere-se a algo “que se faz ou sucede por hábito; frequente, usual, vulgar, ordinário” (<http://www.dicionariodoaurelio.com/Habitual.html>). Já a palavra útil refere-se àquilo que “tem uso, préstimo ou serventia; que satisfaz uma necessidade; que traz vantagem, proveito ou benefício” (<http://www.dicionariodoaurelio.com/Util.html>). Quer dizer, é preciso uma ocupação que

³⁹ Subtítulos inspirados em Jardim (2009).

⁴⁰ Criada entre os anos de 1931 a 1935 e extinta em meados dos anos 1990. Com a lei 9.099 de 1995, as contravenções passaram a ser analisadas pelos Juizados Especiais Criminais (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm).

esteja dentro da normalidade e que tenha serventia, é de se supor que o que é norma, nessa época, refira-se à relação de assalariamento. Aqui, já começam a aparecer os elementos que vão embasar a construção da imagem de vagabundo para trabalhadores envolvidos em atividades ditas informais.

De qualquer modo, a prática que parece ser fundamental para tipificar a contravenção da vadiagem, nesse período, refere-se ao comportamento daqueles que não têm ocupação legal e honesta de vagar pelas ruas da cidade. Assim, o ato de vadiar diz sobre a exibição de certo modo de estar nas vias da cidade por parte de uma gente, supostamente, desempregada ou que provê seus meios de subsistência de forma ilícita. Importante destacar que, na maioria das vezes, aqueles que eram autuados por vadiagem, também o eram por embriaguez e desordem, de modo a evidenciar uma polícia dos costumes em que era preciso “civilizar” certas categorias da população. A associação da vadiagem ao comportamento delinquente é tema recorrente, como no caso das famílias dos menores infratores, vistas como portadoras de tendências ao “vício” da vadiagem. Neste contexto, o trabalho é percebido enquanto um dever social e fator de prosperidade social, elemento regenerador desses indivíduos e grupos desviantes.

Aqui, é explícita a semelhança com o dilema vivido, nas sociedades pré-industriais europeias, cujo critério fundamental de distinção entre os “maus” e “bons” pobres passava justamente “pela capacidade ou não para o trabalho” (CASTEL, 1998). Da mesma maneira, observa-se uma separação entre os falsos mendigos dos verdadeiros mendigos. Aos primeiros, eram destinadas medidas enérgicas com o intuito de fazê-los desaparecer de circulação, enquanto, aos segundos, cabia a filantropia da assistência social na qual lhes eram ensinados os trabalhos fecundos. Argumentava-se que uma coisa é um indivíduo, por extrema necessidade, apelar para a caridade pública, outra coisa, bem diferente, é ele se utilizar dela como se estivesse no pleno exercício de uma função natural. Parece que o pobre tinha que se envergonhar de sua pobreza e, a todo instante, mostrar aos cidadãos de bem que eles não eram criminosos ou vagabundos.

Palavras-índices

- Desocupados;
- Inimigos do trabalho;
- Vadios incorrigíveis;
- Praga social;

- Malandros;
- Vagabundos;
- Elementos nocivos à sociedade;
- Falsos mendigos;
- Meliantes;
- Espertalhões;
- Desordeiros;
- Indesejáveis;
- Punguistas;
- Parasitas;

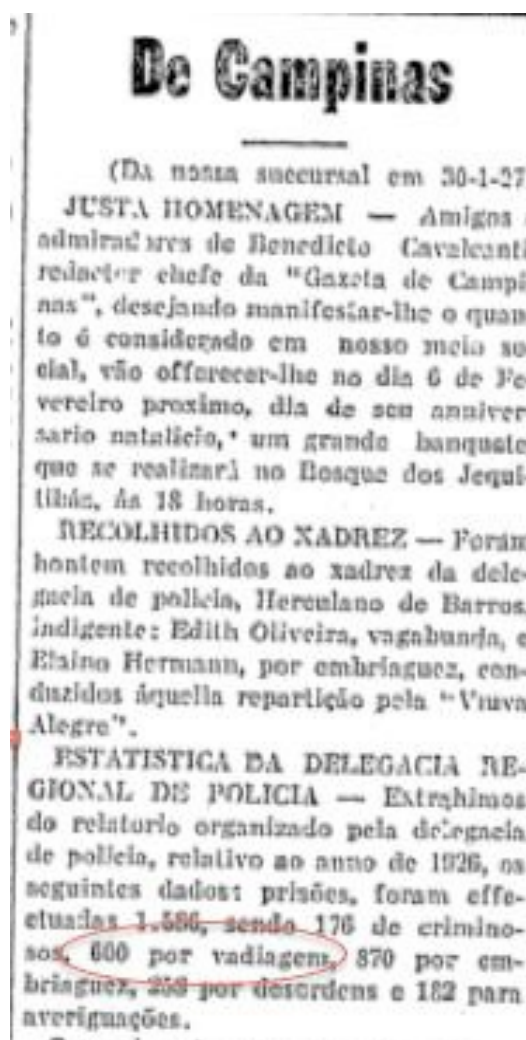


Figura 10 - Estatística da delegacia regional de policia
 Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 01/02/1927, p4516754⁴¹

a

⁴¹ Todas as imagens aqui reproduzidas foram autorizadas pelo Grupo Folha.

FORUM CRIMINAL

Acção penal prescripta — Denúncias improcedentes —
Pronunciado por crime de homicídio — "Sur sis" —
concedido

PRESCRIPÇÃO — O crime foi praticado em 1924. O dr. Eugénio Porto, juiz substituído da 3.ª vara criminal, julgou prescripta a acção penal promovida pela Justiça Pública, contra José Muziz, como incurso nas penas do art. 393 do Código Penal, por haver, no dia 21 de março de 1925, por volta das 22 horas, no Largo do Cambury, ferido levemente a Francisco Domingos.

VAGABUNDAGEM — Não ficou provado que o acusado seja um vadio, nos termos do art. 339 do Código Penal.

António Galichio foi processado por ser um vagabundo, nos termos do art. 2.º parágrafo 1.º e art. 3.º da Lei 145 de 12 de Julho de 1893.

O dr. Mario de Almeida Pires, juiz de direito da 5.ª vara criminal, bom examinando os autos, confrontando os depoimentos das 2 primeiras testemunhas de accusação com as 2 últimas e os da defesa, afirmou que não ficou demonstrado ser o réu um vadio, motivo porque julgou improcedente a denuncia, para absolver o réu.

EXTINÇÃO — A acção penal foi julgada extinta em virtude do casamento do réu com sua vítima.

O dr. Jonathan Fernandes, juiz presidente do Tribunal do Jury, julgou extinta a acção penal promovida pela Justiça Pública contra Casario Galvani, por crime de atentado ao pudor.

O juiz attendeu ao que consta da certidão de fls. 42 do processo, relativamente ao casamento do réu com a vítima, tendo em vista o art. 276 parágrafo unico do Código Penal.

CONDEMNACÃO — Ficou plenamente provado que o acusado é um vagabundo.

O Sr. promotor publico offerreceu denuncia contra o réu Waldemar Barbosa, por crime de vadiagem.

Nos outros está plenamente provado que o réu, de 18 annos de idade completos, não tem nem procura qualquer occupação honesta que lhe dê o necessario para sua manutenção, vivendo, ha cerca de um anno a vagar pela cidade, ociosamente, sem meios de subsistencia, outras que os que consegue estorpear de sua mão a força de mãos trétoas.

Em face do que consta dos autos o juiz da 5.ª vara criminal julgou procedente a accusação, sendo o acusado um vadio nos termos do art. 339 do Código Penal, condemnado

com o art. 2.º parágrafo 1.º da Lei Federal n.º 145 de 12 de Julho de 1893, para condemnal-o a ficar internado no Instituto Disciplinar da Capital, até completar 21 annos de idade, o que se verificará em Janeiro de 1923.

IMPRONUNCIACÃO — O delicto descripto na peça inicial, não ficou demonstrado na formação da culpa.

O dr. Joaquim Mamede da Silva, juiz de direito da 1.ª vara criminal julgou improcedente a denuncia apresentada contra João Gomes, por crime de ferimentos leves, afim de impronuncial-o.

O acusado, segundo consta da denuncia, teria ferido levemente a Sophia Palacios, no dia 31 de julho do anno passado na rua do Gazometro n.º 187.

Esse facto não ficou devidamente esclarecido no processo.

A COLÓNIA CORRECCIONAL — O crime de vadiagem imputado ao accusado, ficou evidenciado nos autos.

O dr. Ataliba Nogueira, Sr. promotor publico, offerreceu denuncia contra Manoel Machado, por crime de vadiagem.

O juiz de direito da 5.ª vara julgou procedente a accusação e, na ausencia de circumstancias agravantes e atenuantes, condemnou o accusado a 15 mezes de reclusão na Colónia Correccional do Estado.

E assim julgou tendo em consideração a prova dos autos que fez certo ser o referido accusado, um vadio, pois como affirmam os depoimentos, ha muitos mezes, o referido réu se acha a vagar pela cidade, sem occupação legal e honesta.

FERIMENTOS LEVES — Os factos narrados na denuncia, não ficaram provados.

O juiz da 1.ª vara criminal, impronunciou George Devol, do crime que lhe foi imputado.

Consta da denuncia, que o réu, no dia 31 de março do anno passado, cerca das 14 horas, na rua Garça em frente o prédio n.º 4, feriu levemente a Rosaria Mittes.

PRONUNCIACÃO — O facto delictuoso narrado na denuncia, ficou plenamente demonstrado na sumaria.

O dr. Joaquim Mamede da Silva, juiz de direito da 1.ª vara criminal, julgou procedente a denuncia para pronunciar o indiciado Theodorche Novicoff, como incurso

Figura 11 - Colônia correccional
Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 02/04/1930, p. 4725823

ESTATÍSTICA DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA. Extrahimos do relatório organizado pela delegacia de policia, relativo ao anno de 1926, os seguintes dados: prisões foram effectuadas 1596, sendo 176 de criminosos, **600 por vadiagem**, 870 por embriaguez, 236 por desordens e 182 para averiguações.

Figura 12 - Transcrição de detalhe do texto Estatística da delegacia regional de policia (FIG. 10)
Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

A COLONIA CORRECIONAL- O crime de vadiagem imputado ao acusado ficou evidenciado aos autos. O Dr. Ataliba Nogueira, 5º promotor público, ofereceu denuncia contra Manoel Machado, por crime de vadiagem. O juiz de direito da 5ª vara julgou procedente a acusação e, na ausência de circunstancias agravantes e atenuantes, condenou o acusado a 15 mezes de reclusão na Colônia Correcional do Estado. E assim, julgou **tendo em consideração a prova dos autos que fez certo ser o referido acusado um vadio, pois como afirmam os depoimentos, ha muitos mezes, o referido réo se acha a vagar pela cidade, sem ocupação legal e honesta.**

Figura 13 - Transcrição de detalhe do texto Colônia correcional (FIG. 11)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

5.753:783\$600 o valor das queixas apresentadas á Delegacia de Repressão á Vadiagem em 1937

Dados extrahidos do relatório do delegado Soares Caiuby

O dr. Amândo Franco Soares Caiuby, que até ha pouco esteve á frente da Delegacia de Repressão á Vadiagem, enviou ao dr. Carvalho Franco, chefe do Gabinete de Investigações, um extenso relatório sobre o movimento daquella especialidade no anno de 1937.

Do minucioso documento, podemos extrahir os seguintes dados, que bem attestam o vulto dos trabalhos executados sob a sua orientação.

No período citado foram registradas 1.835 queixas, num valor total de 5.753:783\$000, sendo apuradas e completamente esclarecidas queixas num total de 4.997:143\$000.

No mesmo lapso de tempo, a Delegacia de Repressão á Vadiagem deteve 1.433 pessoas, sendo por vadiagem 1.114 e para averiguações, 324. Em consequencia foram feitas 1.256 legitimações, identificando-se apenas 188 individuos.

Das 1.835 queixas apresentadas, 754 seguiram inquirido e as restantes 1.121 resolvidas na Delegacia. Foram ultimados e remetidos ao Forum 502 inquiridos, figurando nestes, como indiciados, 578 individuos, sendo 531 homens e 27 mulheres.

Verifica-se, ainda, do documento em questão, que a Delegacia de Repressão á Vadiagem foi obrigada a trabalhar com reduzido numero de funcionarios, pois 20 inspectores, apenas, tinham de fiscalizar os estabelecimentos de automoveis, bondes, estradas de ferro, estações, igrejas, theatros, cinemas, mercados, praças, competições esportivas, enfim, todos os lugares em que houvesse aglomerações.

O relatório enviado pelo ex-delegado dr. Amândo Franco Soares Caiuby põe em relevo o movimento de todas as secções da Delegacia de Repressão á Vadiagem, referindo-se á interessantes dados estatísticos que não podemos reproduzir em virtude da exiguidade de espaço.

Figura 14 - Delegacia de repressão á vadiagem

Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 24/02/1938, p. 7

No mesmo lapso de tempo, a **Delegacia de Repressão à Vadiagem deteve 1.438 pessoas, sendo por vadiagem 1.114** e para averiguações, 324. Em consequência, foram feitas 1250 legitimações, identificando-se apenas 188 indivíduos.

Figura 15 – Transcrição de detalhe do texto Delegacia de repressão à vadiagem (FIG. 14)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Nas primeiras notícias de jornais, (FIG. 10, 11, 12, 13,14, 15) referentes às décadas de 1920 e 1930, observa-se o alto número de indivíduos presos por vadiagem, evidenciando ser uma prática bastante recorrente. Nota-se também que, apesar de sua denominação, a Delegacia de Repressão à Vadiagem não restringia seu campo de ação à contravenção da vadiagem, mas também às contravenções de embriaguez e desordem. Trata-se de delitos que tinham em comum a adoção de certo comportamento considerado inadequado aos bons costumes da época, pelo menos nos espaços públicos e para certo tipo de gente.

O que se constitui prova para um indivíduo ser acusado de vadiagem é o ato de, por muitos meses, vagar pela cidade, sem ocupação legal e honesta. É de se supor que essas autuações tinham, como alvo, a parcela pobre da população, a mesma excluída do mercado de trabalho e do suporte assistencial e vista pela sociedade como composta de indivíduos vadios, desordeiros e tantas outras expressões que as “palavras-índice” desse período ilustram.

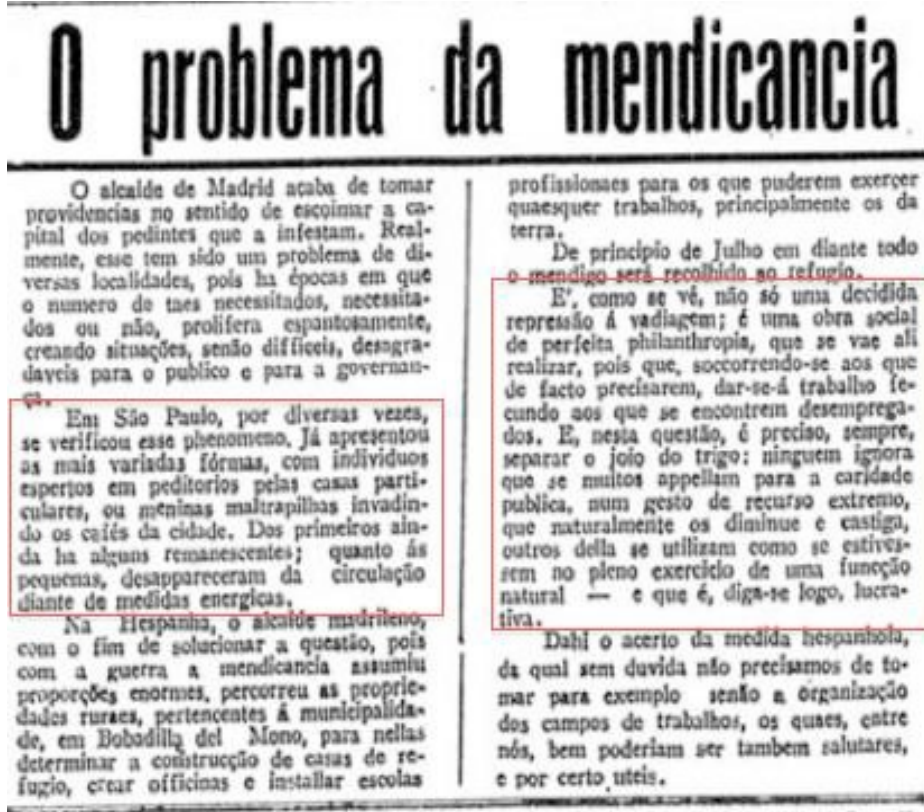


FIGURA 16 – O Problema da mendicância

Fonte: FOLHA DA NOITE, 01/07/1939, p. 13

Em São Paulo, por diversas vezes, se verificou esse fenômeno. Já apresentou as mais variadas fôrmas, com **individuos esperto sem peditórios pelas casas particulares**, ou meninas maltrapilhas invadindo os cafés da cidade. Dos primeiros ainda há alguns remanescentes; **quanto às pequenas, desapareceram da circulação diante de medidas enérgicas.**

É, como se vê, não só uma decidida repressão á vadiagem; é uma obra social de perfeita philanthrofia, que se vai ali realizar, pois que, socorrendo-se aos que de facto precisarem, dar-se-á trabalho fecundo aos que se encontrem desempregados. **E, nessa questão, é preciso, sempre, separar o joio do trigo: ninguém ignora que se muitos appellam para a caridade pública, num gesto de recurso extremo que, naturalmente, os diminue e castiga, outros della se utilizam como se estivessem no pleno exercicio de uma função natural – e que é, diga-se logo, lucrativa...**

Figura 17 – Transcrição de detalhe do texto O problema da mendicância (FIG. 16)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Verificou-se que os indiciados haviam assinado há alguns meses, **termo de sindicância em que se comprometiam conseguir ocupação útil e habitual dentro do prazo de 30 dias. Não cumpriram o compromisso e, em consequência, foram todos autuados em flagrante de vadiagem.**

Figura 18 - Transcrição de detalhe do texto Autuados em flagrante por vadiagem (FIG. 19)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA.



Figura 19 – Autuados em flagrante por vadiagem

Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 15/08/1958, p. 5

Verifica-se que, nas notícias (FIG. 16 e 17), que reprimir a prática da vadiagem é considerada como uma “ajuda filantrópica”, pois se entende que por meio dessa medida irá dar-se “trabalho fecundo” aos desempregados. É interessante essa consideração, pois se vê uma associação entre o fenômeno do desemprego e a presença de determinados hábitos e vícios, como pedir esmolas, perambular pelas ruas etc. Quer dizer, essas práticas vistas como provas de vadiagem não são percebidas como produto do desemprego, mas são, justamente, consideradas as responsáveis de o indivíduo estar sem trabalho.

Observa-se a mudança em relação ao que é considerado como prova de vadiagem. Enquanto nas décadas anteriores, bastava o indivíduo estar “vagando pela cidade sem ocupação legal e honesta”, no final dos anos de 1950, o flagrante de vadiagem só é dado após o indivíduo assinar um termo de sindicância no qual ele se compromete a conseguir (não basta procurar), dentro de um mês, uma “ocupação útil e habitual”. Se ele não cumprir o que se comprometeu, está dada a evidência que se trata de um sujeito vadio.

Diante do trabalho de desprendimento e generosidade de tanta gente, ficamos pensando que **se faz necessário lutar, cada vez mais, para que a nossa raça seja auto-suficiente. É preciso lutar contra a falsa mendicância**, luta que, em boa hora, as próprias autoridades competentes estão realizando. **Há organizações além da OAF**, que fazem obra de assistência eficiente e com orientação certa. Isto é, **procurando trazer para uma vida normal os que dela se afastaram**, por variados motivos. Sem dúvida, são profundos e complexos os problemas, quando se trata de doença mental, de alcoolismo, **de hábitos adquiridos desde a infância na vadiagem. Devemos indicar a todos os mendigos encontrados na rua os endereços em que terão a possibilidade de uma recuperação, tornando impossível o abuso da falsa mendicância, e o degradante espetáculo de homens e mulheres que imploram, na via pública, aquilo que deveriam ter naturalmente, pelo seu trabalho.**

Figura 20 – Transcrição de detalhe do texto Falsa mendicância (FIG. 21)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

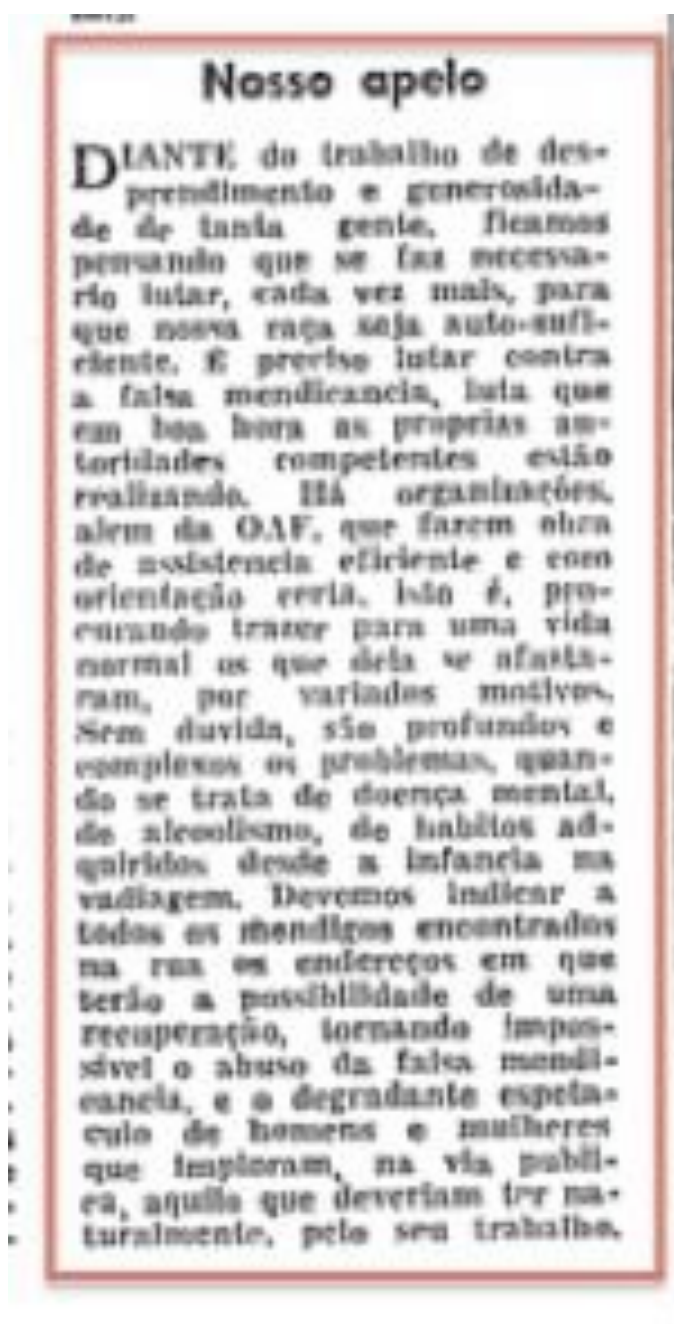


Figura 21 - Falsa mendicância

Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 25/06/1960, p. 4

Nesta notícia, (FIG. 20 e 21), é espantosa a discriminação em relação aos sujeitos acusados de falsa mendicância, o delito é tamanho que estes indivíduos são considerados uma raça à parte do restante da sociedade. A suposta falsa mendicância, como relatei anteriormente, foi uma temática bastante recorrente nesse período e, em menor medida nas décadas posteriores, sendo vista como uma prática, profundamente, deplorável e passível de

duras repressões. Era, por excelência, o “espetáculo” da vadiagem “homens e mulheres que exploram na via pública, aquilo que deveriam ter naturalmente, pelo seu trabalho”(FIG. 20). Nota-se, novamente, que o ato de vadiar está relacionado à adoção de certos comportamentos nos espaços públicos e também a naturalização de certa forma de vida que tem o trabalho (assalariado) como o único modo respeitável de adquirir os meios de subsistência.

3.2 Dos anos 1961 a 1980: um problema de trabalho

Embora ainda haja notícias sobre prisões por vadiagem, começam a aparecer problemas de enquadramento dos indivíduos suspeitos, em que as autoridades jurídicas pedem por mais provas, de modo que a polícia leva os chamados vadios para a delegacia e logo depois é obrigada a soltá-los. Parece que é o início de uma mudança acerca dessa prática, em especial, por parte de organizações como a Ordem de Advogados do Brasil (OAB), que começam a denunciar seu caráter discriminatório, algo que ganhará mais força a partir dos anos de 1980 com o aumento do desemprego e, talvez, pela abertura democrática. No entanto, observa-se certo clamor por mais segurança e por mais polícia por parte da população, de modo que a questão de não conseguir prender os marginais é vista como uma inoperância por parte da delegacia de polícia. Assim, se, por um lado, nota-se a queda no número de prisões por vadiagem, por outro, é significativo o número das operações-limpezas, em especial, no centro da cidade de São Paulo.

Nessas operações percebe-se a perseguição a certos grupos como os moradores de rua, os vendedores ambulantes, os flanelinhas, as prostitutas etc. identificados por vestes maltrapilhas e pela aparência de serem aptos ao trabalho. A Delegacia de Repressão à Vadiagem é chamada para retirar esses grupos de circulação, pois eles atrapalham o trânsito ou importunam o almoço dos que são considerados trabalhadores. Aqui a vadiagem é definida por “estar sem carteira de trabalho assinada e sem provas de independência econômica” (FIG 28) ; alegar que está desempregado ou que não encontra outra ocupação é visto como um alibi que disfarça sua verdadeira identidade de desocupado e oportunista. Nota-se que, tal como no período anterior, vão sendo construídas marcas do que é ser vadio e, em consequência, do que é ser trabalhador. Um caso exemplar é de um funcionário do IBOPE que estava fazendo pesquisa de opinião pública na rua e foi preso por vadiagem, sendo solto só após um representante de a instituição comprovar que ele estava trabalhando para aquele Instituto. Nesse caso, ficam evidentes dois aspectos da imagem construída sobre o vadio: o estar na rua

e o exercer um trabalho sem carteira assinada. Destaque para a questão da rua que vai se consagrando como o espaço por excelência dos vadios, da mesma forma o trabalho vai cada vez mais sendo associado ao emprego formal. Em uma notícia, fica explícito o preconceito por detrás da formulação dessas imagens de vadio e de trabalhador, em que o trabalho de vendedor ambulante é visto como algo não produtivo e que não colabora para o desenvolvimento do país, em comparação ao trabalho em uma indústria. Tal como no período anterior, em que a ocupação tinha que ser útil e habitual, tenta-se também, aqui, estabelecer o que é a norma do trabalho. Como Jardim (2009) aponta,

É ao passo em que a relação salarial se estabelece como norma que o não-trabalho, involuntário e temporário, se estabelece como desemprego, isto é, como “o outro” do emprego; trata-se de uma categoria produzida, portanto, para distinguir os trabalhadores identificados à norma salarial dos vadios e vagabundos, cuja ocupação ocasional será progressivamente impossibilitada (p. 18).

Neste sentido, destaca-se a presença do discurso ideológico da qualificação como a principal medida que vai resolver o problema da vadiagem e da mendicância, tal como ocorre hoje com os desempregados (COSTA, 2005). Embora se verifique um tom mais brando em relação aos moradores de rua, em comparação com o período anterior, em que é ressaltada a questão de assistência social, o trabalhar ainda define quem é considerado útil para a sociedade. Vê-se que a distinção entre os “maus” e “bons” pobres (CASTEL, 1998), permanece em voga. Também se nota a forte estigmatização das pessoas em situação de rua, grupo considerado vagabundo desde as sociedades pré-industriais europeias (CASTEL, 1998), vistos como encarnadoras de uma natureza que tem repulsa ao trabalho. Por fim, observa-se uma mudança no conteúdo das palavras-índices em que alguns termos deixam de ser utilizados, tais como desordeiros, parasitas, enquanto outros começam a ser cada vez mais recorrentes como marginais e delinquentes.

Palavras-índices

– *Vigaristas*; –

Delinquentes; –

Malandros; –

Punguistas; –

Marginais;

–

Desocupados;

- Trombadões;
- Oportunistas.

O CRIME PERANTE A LEI

VADIAGEM

João Gomes Gerico foi preso e ajuizado em flagrante, por vadiagem, no dia 7 de junho corrente. Encaminhado a processo a 11.ª Vara Criminal, foi ele submetido a interrogatório, quando negou, categoricamente, a acusação que lhe é feita. Até aí, nada de especial, pois sabe-se que os réus, em geral, negam as acusações contra eles formuladas. Mas João Gomes Gerico não se limitou a negar: indicou que, ao ser preso, estava trabalhando para o IBOPF, em pesquisa de opinião pública, quanto às emissoras mais ouvidas nesta capital. E tinha mesmo, na ocasião, formulários daquele Instituto.

Diante disso, o magistrado considerou indispensável fazer uma verificação junto àquela entidade, para saber se o réu dizia, ou não, verdade. E o IBOPF compareceu, através de um representante, sr. Alirado Tavares de Toledo, para dizer que, efetivamente, quando o acusado fora preso, estava trabalhando para aquele Instituto, no serviço de pesquisas de rádio-audiências. Precisamente na rua é que se desincumbia de sua tarefa e quando os policiais o haviam detido encontrava-se no desempenho de sua missão de pesquisador. Diante disso, duvida alguma subsistia, quanto à falta imprevista da acusação feita. Mas o magistrado aproveitou a oportunidade para chamar a atenção das autoridades policiais, com relação a ocorrências semelhantes.

Não resta a dúvida, uma vez que o réu deu elementos suficientes para comprovar estar trabalhando, deixar de apurar a veracidade de sua afirmação. Essa necessidade era tanto mais imediata quanto a natureza contratualista imposta ao réu.

Figura 22 - Vadiagem
Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 15/06/1962, p. 12

João Gomes Gericó foi preso e autuado em flagrante, por vadiagem, no dia 7 de junho corrente. Encaminhado o processo a 12ª Vara Criminal, foi ele submetido a interrogatório, quando negou, categoricamente, a acusação que lhe é feita. Até aí, nada de especial, pois sabe-se que os réus, em geral, negam as acusações contra eles formuladas. Mas João Gomes Gericó não se limitou a negar: **indicou que, ao ser preso, estava trabalhando para o IBOPE**, em pesquisa de opinião pública, quanto às emissoras mais ouvidas nesta capital. E tinha mesmo, na ocasião, formulários daquele instituto. Diante disso, o magistrado considerou indispensável fazer uma verificação junto àquela entidade, para saber se o réu dizia, ou não, verdade. **E o IBOPE compareceu**, através de um representante, Sr. Alfredo Tavares de Toledo, **para dizer que, efetivamente, quando o acusado fora preso, estava trabalhando para aquele instituto**, no serviço de pesquisas de radio-audiências. **Precisamente na rua é que se desincumbia de sua tarefa e quando os policiais o haviam detido encontrava-se no desempenho de sua missão de pesquisador.** Diante disso, dúvida alguma subsistiu, quanto a inteira improcedência da acusação feita. Mas o magistrado aproveitou a oportunidade para chamar a atenção das autoridades policiais com relação a ocorrências semelhantes.

Figura 23 – Transcrição de detalhe do texto Vadiagem (FIG. 22)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Veja que a prática de repressão à vadiagem é questionada quando o indivíduo autuado não se encaixa no perfil ordinário daqueles que comumente eram presos. Parece que o problema reside menos no fato do sujeito em questão estar trabalhando – pesquisador do IBOPE –, mas que esse tipo de ocorrência possa se repetir entre seus pares.



Figura 24 – O que acontece na Praça Dom José Gaspar

Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 03/11/1968, p. 18

O Juizado de Menores e a Delegacia de Repressão à Vadiagem devem agir em conjunto para pôr termo ao que ocorre na **Praça Dom José Gaspar**. É grande o número de mendigos

principalmente menores, que agem induzidos pelos pais ou por pessoas que alugam crianças para esse fim. Em toda a Praça, especialmente nas casas comerciais e nos restaurantes, que mantêm mesas ao ar livre, é um nunca acabar de pedir. Se a pessoa está almoçando, **os garotos se aproximam para pedir comida. Engraxates maltrapilhos e sujos oferecem-se, em seguida, para prestar serviço. Mal acaba de sair, vem logo outro pedinte, às vezes para dizer desaforos, se alguém oferece um pedaço de pão, que é imediatamente jogado fora. Podemos concluir que estes pequenos mendigos não estão com fome.** Aproximam-se das pessoas, mais para provocar os que passam ou os que almoçam, do que levados pela fome. **São os próprios profissionais da esmola.** À pequena distância, homens e mulheres que mandam os garotos e garotas pedirem comida ou dinheiro, observam os resultados. **Durante o intervalo desse festival interminável de falsos mendigos, aparecem os vendedores de bilhetes e de bugigangas. Gente forte e saudável, que prefere viver “na moleza”,** desde que a Loteria Federal lançou mais de 50 mil bilhetes no mercado. **Uma nova ocupação de quem não quer muito trabalho,** pois vender “gasparinos” não requer o menor esforço. Não há quem passe pela Praça sem se sentir revoltado. **Resta saber quando a Polícia porá cobro a isso tudo.**

Figura 25 – Trecho extraído do texto O que acontece na Praça Dom José Gaspar (FIG. 24)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

O delegado João Chrysóstomo consultou a Captura e Vigilância, para verificar se havia algum „premiado“ (gíria policial que significa que o consultado tem antecedentes criminais e está condenado). **Da leva anterior de 16 indigentes, o menor havia sido encaminhado para o Juizado, e um maior que provou trabalhar numa agência de limpeza, foi liberado:** os demais foram para o Centro de Triagem e Encaminhamento (CETREN) onde, aliás, já registravam inúmeras passagens anteriores. **Alguns indigentes, embora não trabalhassem, têm aparência de serem aptos ao trabalho,** verificou o delegado João Chrysóstomo, embora fizesse considerações como „o problema não é do âmbito policial, mas da assistência social“. „Estou considerando os indigentes como carenciados, e não esmoleres. Há uma diferença, inclusive prevista pelo Código Penal. O primeiro é autuado pelo artigo 59, Vadiagem, e o segundo pelo artigo 60, são mendigos, que vivem de pedir esmolas“. O que o delegado

Chrysóstomo, há 18 anos naquela delegacia, observou entre os indigentes é que eles estavam com a idéia de voltarem ao CETREN: „Alguns são vadios habituais, que não querem nada com o trabalho. Quem sabe amanhã os recuperaremos. Aí então eles serão úteis à sociedade porque são alcoólatras crônicos.

Figura 26 – Transcrição de trecho do texto Procurador geral pede abertura de inquérito(FIG. 27)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Procurador-geral pede abertura de inquérito

Abandono de mendigos repercute

A instauração de inquérito para apurar a existência de crime e respectiva responsabilidade, no caso do abandono de 21 mendigos em Diadema, por parte de elementos da Polícia Militar, foi requisitada ontem pelo procurador-geral da Justiça, Gilberto Quintanilha Ribeiro.

O chefe do Ministério Público esteve pessoalmente, à tarde, na Secretaria da Segurança Pública, para fazer entrega de ofício ao cel. Erasmo Dias, mas como o titular não se encontrasse na ocasião em seu gabinete, confiou o documento aos seus assessores.

O Serviço de Proteção e Previdência do Degran recebeu, na tarde de ontem, os cinco indigentes que estavam detidos no 11.º Batalhão da PM para prestar esclarecimentos de como ocorreu o chamado "Episódio Camanducaia, Fase II", dada a semelhança entre um caso e outro.

Dos 16 homens que estavam nas dependências do Serviço de Proteção e Previdência do Degran, um menor foi mandado para o Juizado de Menores, e outro indigente, que apresentou carteira de trabalho, foi dispensado. Os demais foram colocados numa viatura e levados para o Centro de Triagem e Encaminhamento (Cetren).

No QG da Polícia Militar, o comandante geral, coronel Francisco Torres de Melo, esclareceu um parágrafo da nota oficial, deixando claro que foram punidos 10 PMs, cinco dos quais expulsos sumariamente. Outros cinco, sendo 1 sargento, 1 cabo e 3 soldados, foram submetidos ao Conselho de Disciplina.

Quanto às afirmações da maioria dos 21 indigentes de que os policiais portavam metralhadoras — uma arma que foi proibida pelo secretário da Segurança —, o coronel Torres de Melo negou que seus homens tenham se utilizado dessa arma:

"Cumpro ordens do secretário Erasmo Dias, sou um militar e, no dia em que o militar não mais cumprir ordens, aí então estaremos todos perdidos."

Com referência às penalidades a serem impostas aos policiais que participaram da "operação", o coronel Torres de Melo reiterou os termos da nota oficial emitida na segunda-feira, dizendo que "o que eu disse na nota será cumprido". Depois, irônico, afirmou:

"Pensei que vocês tinham me procurado por causa da campanha das flores. Na segunda-feira fizemos quatro partos, atendemos a 4.500 telefonemas e consultamos 35 leucos para os hospitais. Não é um caso isolado que manchará o nome da corporação".

Os oficiais e soldados serão sub-

metidos portanto, ao inquérito policial militar (IPM)?

"Isso, IPM mesmo. Mas é uma coisa interna. Acontece em qualquer lugar. O homem é um animal imprevisível. Quanto ao problema da imagem, eu garanto que a PM tem a melhor imagem do mundo. Agora mesmo estou recebendo um telefonema da Alemanha, de parabéns pela campanha de flores. Quer dizer, temos no Estado 54.000 homens, e esses dez não representam nem 0,0000001%."

NA DELEGACIA

Cinco indigentes atravessaram os escuros corredores da antiga 8.ª Delegacia, hoje Serviço de Proteção e Previdência do Degran, ontem à tarde, sob escolta. Eram aqueles que tinham permanecido na noite de segunda-feira no 11.º Batalhão, onde contaram como aconteceu todo o episódio em que os policiais utilizaram cassetetes, armas e até o aerosol de gás lacrimogêneo.

O delegado João Chrysóstomo consultou a Captura e Vigilância, para verificar se havia algum "premiado" (gíria policial que significa que o consultado registra antecedentes criminais e está condenado). Da leva anterior de 16 indigentes, o menor havia sido encaminhado para o Juizado, e um maior, que provou trabalhar numa agência de limpeza, foi liberado; os demais foram para o Centro de Triagem e Encaminhamento (Cetren) onde, aliás, já registravam inúmeras passagens anteriores.

Alguns indigentes, embora não trabalhassem, têm aparência de serem aptos ao trabalho, verificou o delegado João Chrysóstomo, embora fizesse considerações como "o problema não é do âmbito policial, mas da assistência social":

"Estou considerando os indigentes como carenciados, e não esmoleres. Há uma diferença, inclusive prevista pelo Código Penal. O primeiro, é autuado pelo artigo 53, Vadiagem, e o segundo pelo artigo 60, são os mendigos, que vivem de pedir esmolas".

O que o delegado Chrysóstomo, há 18 anos naquela delegacia, observou entre os indigentes é que eles estavam com a idéia de voltarem ao Cetren:

"Alguns são vadios habituais, que não querem nada com o trabalho. Quem sabe amanhã os recuperaremos. Aí então eles serão úteis à sociedade porque são alcoólatras crônicos".

Com referência à punição dos policiais militares envolvidos no episódio, o delegado disse que não tinha qualquer informação. Sabia, no entanto, que, se ficasse encarregado, conduziria o inquérito "como deve ser":

"Quem faz paga, doa a quem doer..."

Figura 27 – Procurador geral pede abertura de inquérito

FONTE: FOLHA DE S. PAULO, 22/12/1976, p. 17

Mais uma vez a problemática da falsa mendicância, num caso comprovada pelo ato de jogar um pedaço de pão fora e no outro pela “aparência de ser apto ao trabalho”. O fato de se recusar a comida oferecida ou não estar trabalhando apesar da aparência são evidências mais que suficientes para tratar-se de indivíduos “fortes e saudáveis que preferem viver na moleza” ou de “vadios habituais, que não querem nada com o trabalho”. Em ambos os casos, são pessoas que causam revolta por atrapalharem a vida cotidiana dos homens de bem, expondo, nas vias públicas, a sua inutilidade. Até mesmo o jogo nas casas lotéricas é considerado como uma nova forma de ocupação “daqueles que não querem muito trabalho”. Para todas essas questões, só resta mesmo acionar a polícia para dar um “cobro a tudo isso”.

Seus gestos são estudados e ágeis. Muitos são egressos de outros ofícios, já fracassados. **E a maior parte incorre no artigo de vadiagem (sem carteira de trabalho assinada e sem provas de independência econômica).**

Figura 28 – Transcrição de trecho do texto As jóias do trânsito (FIG. 29)

Fonte: ARQUIVOS DA AUTORA

As jóias do trânsito

O Código Penal (decreto-lei nº 1004, de 21 de outubro de 1969, publicado pela Editora Jalevi Ltda.), cujo prefácio é assinado pelo ministro Luiz Antonio da Gama e Silva, proíbe algumas atividades, no que se refere a trabalhos estranhos, artimanhas e comportamentos. Os agenciadores de carros da Alameda Barão de Limeira, transversais, e outras ruas, por exemplo, estão enquadrados em vários dispositivos da lei.

Já foram objeto de uma reportagem, recentemente, mas todos os dias, no raiar do sol, retornam aos seus pontos favoritos, tumultuando o trânsito mais ainda: os incautos, ingenuos ou despreocupados atendem aos seus sinais nervosos ("psiu-psiu") e assovios. Esses camelôs, oriundos de todas as partes do País, trabalham para agências de carros, nas imediações da estação de trem.

As agências fazem qualquer negócio, dependendo do estado do veículo e seu ano. Quando um carro freia, os outros de trás têm problemas de batida. Ontem, de manhã, na esquina da Rua Marechal Rondon, quase aconteceu um engavetamento, porque um automóvel do interior do Estado parou de repente, diante de ambulantes, que lhe acenavam desesperadamente. Um dos ambulantes queria comprar o carro, a que denominam "jóias".

O forasteiro não estava interessado e partiu às pressas, com medo das buzinas (e palavras impúblicas) dos motoristas de trás.

O Código Penal prevê, entre outras coisas, os "crimes contra a paz pública", página -2, capítulo 76. Evidentemente, tais agenciadores (e sem documentação legal), estão atentando contra o sossego dos outros, postados melancolicamente entre o meio-fio e a rua, propriamente dita. Os chauffeurs que cruzam sempre a Barão de Limeira já os conhecem, mas os desavisados freiam, talvez pensando que seja um pedido de socorro, um fiscal do trânsito etc. O argot é sempre o mesmo. "Patrão, quer vender a jóia?"

Seus gestos são estudados e ágeis. Muitos são egressos de outros ofícios, já fracassados. E a maior parte incorre no artigo de vadiagem (sem carteira de trabalho assinada e sem provas de independência econômica). Essa atividade não deca de ser um atentado à segurança dos cidadãos, em junção ao capítulo das colisões. ("Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem", página 124, artigo 132 do CP). A saúde é a saúde mental, pelo aborrecimento e pelas buzinas (poluição sonora).

O artigo 133 (página 127), prevê detenção de três meses a um ano — se o fato não constitui crime mais grave — para quem "expuser" a vida ou a saúde de outrem a perigo "direto e iminente".

O capítulo IV fala da "periclitacão", envolvendo vigilância e autoridade. Mas o artigo 187, da rubrica "Do Estelionato e Outras Fraudes" é mais incisivo: "Abusar em proveito próprio ou alheio, da inexperiência ou da simplicidade ou inferioridade mental do próximo..." etc. etc. Reclusão: até três anos. Quem vende o carro nessas condições geralmente está em situação aflitiva e recebe o dinheiro à vista (consciente de ser lesado, antes, na via pública e, depois, no escritório da agência). No capítulo III do artigo 292 (crimes contra a segurança), o CP refere-se à "transmissão de falso aviso acerca do movimento de veículos, interrompendo ou embaraçando o funcionamento dos meios de comunicação".

Frisa "linha férrea, material rodante ou de tração". A pessoa que expuser a perigo o transporte público (no caso, os ônibus, que seguem os automóveis) merece detenção de um a cinco anos, além de multas. A polícia poderia, pelo menos, verificar a documentação dos adventícios: afinal de contas, o que é que fazem na vida, perante a Justiça do Trabalho?



Psiu-psiu, patrão! Quer vender? (crimes contra a paz).

Figura 29 – As jóias do trânsito

Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 09/11/1973, p. 14

Ambulantes, nova “blitz”

Cerca de sessenta fiscais da Administração Regional da Sé, escoltados por quinze investigadores da Delegacia de Repressão à Vadiagem, percorreram as ruas da cidade, a pé, apreendendo mercadorias comercializadas por vendedores ambulantes sem licença, contra os quais a Prefeitura realiza a “Campanha contra os Marreteiros”.

Os investigadores fizeram mais de vinte detenções de “suspeitos”, que seriam puníveis. O comando de fiscalização, iniciado às 14 H 30 no pátio do Colegió, teve três horas de duração e foi encerrado na avenida Duque de Caxias.

A primeira apreensão ocorreu na esquina da avenida São João com rua Líbero Badaró, onde um senhor de 55 anos e perna amputada — e que informou ocupar o local há mais de dez anos — teve cerca de três mil cruzeiros em mercadorias recolhidas. Sua licença está vencida há pouco mais de vinte dias.

“Eu já entrei com toda a documentação — disse Roque de Almeida — mas que posso fazer, se eles demoram mais de três meses para liberar a licença. Em dez anos isso nunca me aconteceu”.

terá que pagar mais Cr\$ 500.00, de multa, para reaver sua mercadoria.

PROTEÇÃO AOS INVALIDOS

O administrador regional da Sé, Victor David, que coordenou o comando da fiscalização, juntamente com o delegado José Otávio Godinho, no entanto, garante que a campanha pretende “apenas afastar os vadios que fazem concorrência desleal aos vendedores ambulantes portadores de defeitos físicos, estes sim com direito à licença da Prefeitura. Victor David acrescentou que “a legião de marreteiros não é fruto do desemprego ou da miséria, mas de pessoas que são atraídas pela alta rentabilidade desse tipo de comércio”.

Segundo o administrador regional da Sé, “conforme o ponto que o sujeito pegar, ele pode ter uma retirada de até dois mil cruzeiros por dia — e é lógico que ele não vai querer deixar esse negócio para ir trabalhar em uma indústria. Eu acho que esses marreteiros têm que trabalhar em algo de maior produtividade e que colabore para o desenvolvimento do País”.

Ao caminhar pela avenida Duque de Caxias, Victor David manifestou sua surpresa por encontrar pouquíssimos ambulantes sem licença na área. Para

75

Figura 30 - Ambulantes, nova “Blitz”

Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 20/08/1977, p. 10

Cerca de sessenta fiscais da **Administração Regional da Sé**, escoltados por quinze investigadores da **Delegacia de Repressão à Vadiagem**, percorreram as ruas da cidade, **a pé, apreendendo mercadorias comercializadas por vendedores ambulantes sem licença, contra os quais a Prefeitura realiza a Campanha contra os Marreteiros**”.

O administrador regional da Sé, Victor David, que coordenou o comando da fiscalização, juntamente com o delegado José Otávio Godinho, no entanto, **garante que a campanha**

pretende „apenas afastar os vadios que fazem concorrência desleal aos vendedores ambulantes portadores de defeitos físicos, estes sim com direito à licença da Prefeitura. Victor David acrescentou que a „legião de marreteiros não é fruto do desemprego ou da miséria, mas de pessoas que são atraídas pela alta rentabilidade desse tipo de comércio“. Segundo o administrador regional da Sé, „ conforme o ponto que o sujeito pegar, ele pode ter uma retirada de até dois mil cruzeiros por dia- e é lógico que ele não vai querer deixar esse negócio para ir trabalhar em uma indústria. Eu acho que esses marreteiros têm que trabalhar em algo de maior produtividade e que colabore para o desenvolvimento do País.

Figura 31 – Transcrição de trecho do texto Ambulantes, nova “Blitz” (FIG. 30)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Aqui, se expõe novamente um sentido cada vez mais recorrente acerca da vadiagem, não apenas referente às pessoas em situação de rua e aos desempregados, como também aos inscritos no mercado informal de trabalho. Ou seja, a contravenção da vadiagem também diz respeito àqueles que não apresentam “carteira de trabalho assinada e não tem provas de independência econômica”. Nota-se que se penalizam os que dependem exclusivamente da venda da sua força de trabalho para sobreviver, excluindo aqueles que possuem outras fontes de renda como o recebimento de herança, por exemplo, que não necessariamente trabalham. Neste cenário, o trabalho dos “ambulantes” e “flanelinhas” são vistos como “crimes contra a paz”, só resta perguntar contra a paz de quem. Observa-se, assim, que os sentidos da vadiagem estão intrinsecamente ligados ao que é considerado trabalho em determinado contexto e época, no caso, trabalhador é somente aquele que se encontra em uma relação de assalariamento, e que também ela diz respeito a uma criminalização da pobreza, já que o rico ocioso não é considerado um praticante da vadiagem.

Equipe especial da polícia para vigiar o centro

A partir da próxima semana, 32 policiais treinados em caratê, capoeira e judô estarão agindo no centro da cidade para uma verdadeira caça aos "trombadões". A tarefa não vai ser fácil, principalmente pela desproporção numérica. Na Capital, cerca de 20 mil ladrões agem dia e noite e, destes, 10 mil são os conhecidos "trombadas", maiores ou menores de idade.

Para o diretor do Degran, delegado Maurício Henrique Guimarães Pereira, autor da idéia, o número de policiais é pequeno, "podendo chegar a quarenta, no máximo", mas a técnica a ser utilizada é praticamente infalível, e a equipe altamente especializada.

Os policiais agirão em pequenos grupos, da mesma forma que os "trombadinhas", em trajes civis, da maneira mais discreta possível. Como arma, utilizarão a defesa pessoal e, no máximo, um cassetele. Para cada grupo de 5 ou 6, haverá um investigador armado, para agir "no caso de alguma violência por parte dos "trombadinhas", que podem atirar", segundo o diretor do Degran.

Os policiais ainda estão sendo treinados na Academia de Polícia da Cidade Universitária. Foram selecionados por critérios de idade e saúde, entre os melhores alunos do curso de investigador de polícia. Para cada 3 policiais treinados em defesa pessoal, existirá um policial com treinamento em tiro rápido. Enquanto isso, o Degran está concluindo um levantamento dos locais onde atuam os "trombadas", horários em que costumam agir, as técnicas utilizadas e quais são os "chefes" das equipes de "trombadinhas".

O delegado admite que o problema mais grave é o do menor, que, "apreendido, é entregue ao órgão de recepção competente e, por motivos que não cabe agora discutir, não é mantido lá por muito tempo".

Para Henrique Guimarães, a "violência é sempre do maior, a exploração é do maior, a divisão do fruto do crime não é feita de forma igual entre todos os membros do grupo. O que nos interessa não é o menor, é o maior, o "trombadão", que deve ser autuado em flagrante. A Febem talvez ache uma solução para o menor".

A prisão em flagrante permitirá que os ladrões sejam processados e permaneçam presos. Segundo o titular da Delegacia de Repressão à Vandalagem, do Deic, a grande dificuldade da polícia é autuar em flagrante, principalmente o "trombadinha" que age de forma tão rápida que é praticamente impossível apanhá-lo ou conseguir testemunhas para o ocorrido.

Dessa forma, ao ser preso, o ladrão conta com vários álbis. Um deles é explicar ao juiz que é apenas um desempregado, nunca um desocupado. Se não houver flagrante de roubo, o juiz aceitará a alegação, e a pena aplicável, neste caso, é de apenas 15 dias. Solto, o ladrão está novamente assaltando e roubando, sem medo da Justiça.

"As penas são muito brandas. O ladrão sabe que se for para a cadeia ficará pouco tempo. Se as penas fossem mais rigorosas, as cadeias estariam mais vazias. O preso primário deveria ir para uma Casa de Custódia, que não existe em São Paulo. A Casa de Detenção está lotada.

Figura 32 –Equipe especial da polícia para vigiar o centro

Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 07/11/1979, p. 13

A partir da próxima semana, 32 policiais treinados em caratê, capoeira e judô estarão agindo no centro da cidade para uma verdadeira caça aos "trombadões". A tarefa não vai ser fácil, principalmente pela desproporção numérica. Na Capital, cerca de 20 mil ladrões agem dia e noite e, destes, 10 mil são os conhecidos "trombadas", maiores ou menores de idade.

Dessa forma, ao ser preso, o ladrão conta com vários álbis. Um deles é explicar ao juiz que é apenas um desempregado, nunca um desocupado. Se não houver flagrante de roubo,

o juiz aceitará a alegação, e a pena aplicável, neste caso, é de apenas 15 dias. Solto, o ladrão está novamente assaltando e roubando, sem medo da Justiça.

Figura 33 – Transcrição de trecho do texto Equipe especial da polícia para vigiar o centro (FIG. 32)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Por fim, a diferença entre o desocupado e o desempregado em que o primeiro refere-se aos ditos “trombadões” e são associados à vadiagem. Alegar ser um desempregado, neste contexto, é visto como uma desculpa esfarrapada daqueles que são presos pela Delegacia de Repressão a Vadiagem. Nota-se que estes são chamados indiscriminadamente como ladrões a despeito de não terem passado por qualquer tipo de julgamento jurídico, evidenciando uma associação da prática da vadiagem ao comportamento delinquente.

3.3 Dos anos de 1980 a 2013: um problema do passado

Ainda, nesse momento são empreendidas várias operações “limpeza” no centro de São Paulo em que muitos “marreteiros” e também prostitutas, são autuados por vadiagem ao não mostrarem a carteira de trabalho assinada. Observa-se, tal como no período anterior, o enquadramento, de trabalhadores (“vendedores ambulantes” e “prostitutas”), evidenciando não apenas o preconceito por essas formas de ocupação, mas, uma vez mais, a criminalização da pobreza, como os nomes dessas operações não deixam dúvidas: “operação cata-pobre”; “operação pente-fino” etc. Em uma matéria isso é explicitado: a medida de repressão à vadiagem é necessária, pois, na maioria das vezes “o indivíduo sem ocupação definida acaba por praticar crimes e contravenções” (FOLHA DE S. PAULO, 17/01/1981, p. 26); quer dizer, prender por vadiagem é visto como prevenção ao crime. Neste sentido, começam a aparecer com muito mais frequência inúmeras críticas a essas práticas. Destaca o alto número de pessoas que estão inseridas no setor informal e também de assalariados que não têm carteira assinada, demonstrando ter havido uma mudança na estrutura do mercado de trabalho no Brasil, no qual possuir a carteira de trabalho assinada não é mais prova suficiente de ser um trabalhador.

Apesar de, nas décadas passadas, em que se verificou um movimento de tentar estender a proteção social à mão-de-obra assalariada, no Brasil, nunca houve, de fato, a

generalização da relação salarial estável, cujo mercado de trabalho sempre foi marcado pela presença significativa de pessoas empregadas fora do setor formal. Elas buscam “se virar” por meio da realização de atividades de trabalho à margem da legislação trabalhista (ACKERMANN, 2007). Dessa forma, o que as notícias de jornais demonstram (e é isso o que gostaríamos de destacar) é a construção de um preconceito em relação a quem está envolvido em atividades de trabalho (no espaço da rua) e que escapam do vínculo formal. O fato de essas pessoas serem enquadradas por vadiagem demonstra não apenas que a atividade que elas exercem não é considerado trabalho, mas que elas são vistas como pessoas perigosas. Vê-se o significado que a carteira de trabalho tem na sociedade brasileira enquanto um passaporte para o acesso à cidadania, distinguindo os cidadãos dos “pobres incivis” (TELLES, 2001).

De todo modo, observa-se, ao longo desse período, a mudança de sentido do que seja vadiagem. Começa a haver uma discussão aprofundada no campo do direito sobre “a anomalia do artigo 59”, que “diante da crise econômica, os juízes tendem a considerar que não há vadios, mas desempregados”. A prisão por vadiagem é cada vez mais vista como uma prática profundamente discriminatória, no sentido de servir para a “polícia praticar excessos em larga escala contra pessoas pobres” (FOLHA DE S. PAULO, 29/01/1996, p. 4). Já em 2012, quando é anunciada uma prisão por vadiagem de moradores de rua, o caso é isolado e fortemente condenado pelos profissionais do direito, em especial, pela Defensoria Pública, que vê a detenção por vadiagem como inconstitucional, sendo que, neste mesmo ano, a Câmara aprova o fim da contravenção da vadiagem.

Por fim, nota-se a redução da lista de “palavras-índices” neste período, o que penso ser reflexo do menor número de notícias contendo a palavra “vadiagem”. Não obstante merece destaque os termos descritos abaixo como aqueles que se referem, no contexto mais recente, aos indivíduos enquadrados por vadiagem. Embora esta prática (de prisão por vadiagem) esteja em processo de extinguir-se, entendo que deixou rastros no imaginário social até os dias de hoje. Isso pode nos auxiliar a compreender os preconceitos existentes em relação à população pobre presente na atualidade. Além do mais, verifica-se que, de fato, pouco mudou em termos de garantias aos que escapam da relação de assalariamento que continuam extremamente restritas.

Palavras-índices

– *Desocupados;*

- *Marginais;*
- *Trombadões;*
- *Vagabundos.*

Algo Está Errado

PAUL SINGER

Foi preciso que um intelectual conhecido e respeitado, como o sociólogo Vinicius Caldeira Brant, fosse detido por uma ronda policial para que os inacreditáveis métodos com que se "previne" o crime em São Paulo viessem à luz de forma irreputável. O procedimento consiste em deferir, na rua, as pessoas que não estão portando carteira de trabalho assinada. Levadas até uma delegacia, os detidos são recolhidos a celas superlotadas e sem higiene, onde ficam até que o "infalível" computador da polícia demonstre que nada há contra elas. Enquanto o computador não desfaz as suspeitas, o cidadão fica incomunicável, enquanto a família percorre angustiadamente hospitais, necrotérios e delegacias.

É óbvio que não há lei alguma que dê à polícia este direito. Além de ilegal, este procedimento é lógico, pois são muitos os cidadãos decentes que não têm carteira assinada. Basta alguém não ser empregado para não ter este tipo de salvo-conduto, exigido pela polícia. Na área metropolitana de São Paulo, em 1976, segundo o IBGE, entre as pessoas ocupadas, 329.229 eram autônomos, 138.233 eram empregadores e 39.734 eram auxiliares não remunerados. Eram mais de 700 mil pessoas (há o número deve ser maior) sujeitas a passar uma ou mais noites no xadrez sob suspeita de vadiagem ou de coisa pior.

Mas mesmo os que têm emprego estão sujeitos a este risco, pois não é pequeno o número de assalariados que não possuem carteira assinada. Segundo ainda a mesma pesquisa do IBGE, 316.199 homens e 313.394 mulheres estavam nestas condições em São Paulo, obviamente não por sua culpa. Eram mais outras 630 mil pessoas que estavam sujeitas a serem pilhadas sob a suspeita de vadiagem, desde que se aventurassem a andar pelas ruas...

É importante notar que os empregados que mais frequentemente são vítimas de desídia dos

patrões, que lhes negam o competente registro, são os mais pobres, particularmente as mulheres. De todos os empregados residentes em São Paulo, não possuíam a carteira assinada 12,7% dos homens e 26,3% das mulheres. Estas proporções, no entanto, chegavam a 73,7% dos homens e 92,4% das mulheres que ganhavam até meio salário mínimo. Entre os que ganhavam de meio a um salário mínimo, 29,8% dos homens e 47,3% das mulheres não tinham carteira assinada. A proporção dos que não têm este documento vai decrescendo à medida em que o salário sobe, mas ela é quase sempre duas vezes maior entre as mulheres do que entre os homens. Em suma, os empregadores costumam se aproveitar da humildade e da ignorância dos mais pobres — e entre estes, das mulheres sobretudo — para explorá-las redobradamente, negando-lhes os direitos a aposentadoria, assistência médica, FGTS, férias etc., que só o registro em carteira assegura. E para coroar esta injustiça, a polícia os prende sempre que suas rondas os encontram, já que sua cor, seu sexo e sua aparência os

tornam suspeitos dos piores crimes. O mínimo que se poderia esperar seria que a polícia fosse averiguar junto aos patrões por que seus empregados não estavam registrados, mas não se tem notícia de que esta providência tenha sido jamais tomada.

Não há dúvida de que algo profundamente errado está ocorrendo nesta cidade, que é a mais rica e supostamente a mais adiantada do País. A prevenção do crime se faz com métodos punitivos que atingem o conjunto dos cidadãos, sobretudo os que já são desprivilegiados. E a oficialização de todos os preconceitos, por parte dos que supostamente devem defender os cidadãos e não castigá-los por terem nascido na classe social "errada", com a cor "errada" ou com o sexo "errado". Por quanto tempo ainda será tolerado um procedimento destes por parte de nossas autoridades judiciais e da opinião pública "ilustrada"?

Paul Singer é economista, professor da FEA de São Paulo e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

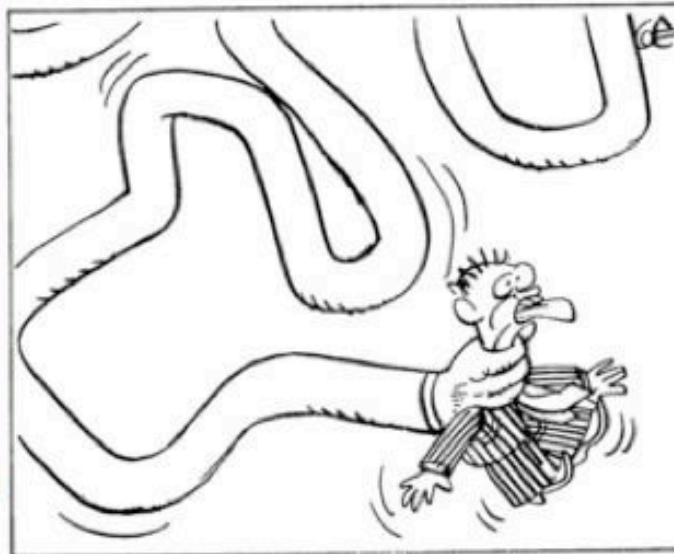


Figura 34 – Algo está errado

Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 20/06/1980, p. 3

Foi preciso que um intelectual conhecido e respeitado, como o sociólogo Vinicius Caldeira Brant, fosse detido por uma ronda policial para que os inacreditáveis **métodos com que se “previne” o crime em São Paulo** viessem à luz de forma irrefutável. **O procedimento consiste em deter, na rua, as pessoas que não estão portando carteira de trabalho assinada.** Levadas até uma delegacia, os detidos são recolhidos a celas superlotadas e sem higiene, onde ficam até que o “infalível” computador da polícia demonstre que não há nada contra elas. Enquanto o computador não desfaz as suspeitas, o cidadão fica incomunicável, enquanto a família percorre angustiadamente hospitais, necrotérios e delegacias. **É óbvio que não há lei alguma que dê à polícia este direito. Além de ilegal, este procedimento é ilógico, pois são muitos os cidadãos decentes que não têm carteira assinada.** Basta alguém não ser empregado para não ter este tipo de salvo-conduto, exigido pela polícia. **Na área metropolitana de São Paulo, em 1976, segundo o IBGE, entre as pessoas ocupadas, 539.229 eram autônomos, 138.235 eram empregadores e 39.754 eram auxiliares não remunerados.** Eram mais de 700 mil pessoas (hoje o número deve ser maior) sujeitas a passar uma noite ou mais no xadrez sob suspeita de vadiagem ou coisa pior. **Mas mesmos os que têm emprego estão sujeitos a este risco, pois não é pequeno o número de assalariados que não possuem carteira assinada.** Segundo ainda a mesma pesquisa do IBGE, 316.199 homens e 313.394 mulheres estavam nestas condições em São Paulo, obviamente não por sua culpa. **Eram mais outras 630 mil pessoas que estavam sujeitas a serem pilhados sob a suspeita de vadiagem, desde que se aventurassem a andar pelas ruas...A prevenção do crime se faz com métodos punitivos que atingem o conjunto de cidadãos, sobretudo os que já são desprivilegiados. É a oficialização de todos os preconceitos,** por parte dos que supostamente devem defender os cidadãos e não castigá-los por terem nascido na classe social “errada”, com a cor “errada” ou com o sexo “errado”. Por quanto tempo ainda será tolerado um procedimento destes por parte de nossas autoridades judiciais e da opinião pública “ilustrada” ?

Figura 35 – Transcrição de trecho do texto Algo está errado (FIG. 34)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Praça da Sé, o retrato de uma cidade insegura

VALMIR SALARO

Andar na região da praça da Sé está se tornando uma aventura perigosa. Assaltantes, "pungistas", "chupacabras", estelionatários e correatores de bolsas (só para citar algumas modalidades criminosas) misturam as eventuais vítimas: se-
nhoras entediadas de jóias valiosas, office-boys carregando cheques e dinheiro, visitantes do Interior interessados na paisagem urbana e funcionários de escritórios.

Só em dezembro do ano passado, o 1.º Distrito Policial (Parque d. Pedro) registrou 942 ocorrências, mais da metade de casos de furtos, além de roubos e estelionatos. Diariamente, policiais militares e civis, que se revezam na região da praça da Sé, prendem dezenas de "suspeitos" para averiguações, chegando muitas vezes a cometer excessos. Para justificar essa violência os policiais alegam que a área tornou-se o "foco de bandidos e muitas vezes demora sorte de pegar um "premiado" (condenado pela Justiça, que está foragido).

As muitas formas de se apropriar do dinheiro alheio

O "office-boy" Roberto Dias Vieira, de 19 anos, passava pela praça da Sé levando um cheque de mais de dois milhões de cruzeiros no bolso de trás da calça. Um punguista (ladrão especializado em furtar di-
nheiro e dinheiro dos bolsos das vítimas), com muita destreza passou o ferro do bolso do rapaz e levou o cheque. Roberto Dias só percebeu mais tarde que havia sido furtado. Esteve no 1.º DP com seu patrão e registrou a queixa. Não soube dar quaisquer detalhes sobre o ladrão.

Mas não só na praça ocorrem furtos. A dactilógrafa Silene Prado Mateus foi vítima de um "espiondo de bar" (ladrão que escolhe a vítima na porta de estabelecimentos, observando quem entra para almoçar ou fazer um rápido lanche). Ela almoçava junto com amigos num bar e colocou sua bolsa no encosto da cadeira. Não notas que o "espiondo" passou perto dela e roubou a bolsa marron de couro com 10 mil cruzeiros em dinheiro e documentos. Na delegacia ela disse que não suspeitou de ninguém.

PREVENIDA

Já a advogada Odete Ferreira da Silva Laruncho, tendo ser assaltada (ela tinha um escritório na região da Praça da Sé e disse ter visto várias vezes a ação de marginais), tomou uma medida que pode ser qualificada de "preventiva". Odete fazia compras na "Drogaria Nova Sé" da praça Clóvis Bevilacqua, quando foi alertada por uma funcionária que dois jovens, um deles levando uma sacola de plástico, a observava com muita atenção. Prevenida, ela tirou as jóias e o relógio escondendo-as nas vestes. Satis e percebeu que estava sendo seguida. Na esquina das ruas Irmã Simpliciana e Venâncio Iriá, viu que os dois rapazes se aproximavam, talvez para assaltá-la.

Odete Ferreira avisou os policiais de uma Rádio Patrulha, enquanto os dois rapazes tentavam se esconder. Eles acabaram presos e revistados. Foram conduzidos ao 1.º Distrito sob a suspeita de tentativa de furto. Como o crime não ocorreu, nada havia contra eles. Permaneceram no distrito para ser identificados oficialmente, porque não possuíam documentos. A história que contaram é semelhante a de qualquer migrante. José Azevedo, 24 anos, pintor, natural de Caruaru e Ricardo Pereira, 19 anos, servente (assim se dita "suspeito" se identificaram) disseram que não pretendiam assaltar a advogada. E garantiram: "A gente nem se conhece".

Ricardo, alegou que levava uma sacola e dentro dela três caixas de jeans, explicos que elas não eram produto de furto, havia ido bancar na loja onde sua irmã trabalhava, para vendê-las aos trabalhadores de construções no Ipiranga. José Azevedo, com aspecto cansado e roupas sujas, disse estar em São Paulo há um ano (residiu algum tempo com um primo em Itaquera) e sempre viveu de "bico" — dorme nos alojamentos da Cetren. Negaram qualquer envolvimento anterior com a Polícia, mas Azevedo confessou que já tivera uma passagem para averiguação na delegacia de Itaquera.

INJUSTIÇAS

A atitude da advogada recebeu apoio de vários comerciantes da praça da Sé, que já foram vítimas de assaltantes ou os viram atacando alguém. A polícia não conseguiu provar que os dois rapazes eram realmente criminosos e por isso os libertou. Algumas vezes os inocentes pagam como no caso da prisão de um rapaz que tocava violão, sentado em um dos bancos ao lado do espelho de água. Os policiais militares desceram da viatura Tálio Móvil e passaram a revistar as pessoas, entre elas o rapaz do violão. Nada foi encontrado com ele, para que pudesse ser qualificado como suspeito. Mesmo assim acabou sendo colocado, junto com seu violão, no "chiqueirinho" da viatura, já lotado.

As "baldas" policiais não foram neutras na praça. Neela, sem que policiais entrassem no Ipiranga perto da "área de lazer To Fratello" local frequentado por todos os tipos de desocupados, segundo a polícia, e revistaram mais de cinquenta homens. Procuravam armas, mace-
tas e outros itens documentais. Cria-



Policia sempre prende os suspeitos, mas eles nunca deixam a praça.

agem quase que livremente no centro da cidade. As cortadeiras, que não possuem a destreza e a rapidez das "chupacabras", preferem rasgar com navalha ou gilete as bolsas. Algumas delas são conhecidas dos policiais do 1.º Distrito e já foram presas várias vezes. Quando saem, atacam novamente.

Sirenes assustam os comerciantes de objetos suspeitos

De repente quando a praça aparenta estar calma, a som estridente das sirenes das viaturas Rádio Patrulha provoca um estranho movimento naquele grupo de homens. A maioria com jornais embaixo do braço e carregando sacolas — que diariamente frequentam um local entre as praças da Sé e a Clóvis Bevilacqua — se desfaça se confundem denominado "bolsa dos religiosos". Ali vende-se tudo, desde relógios, sapatos e roupas, até "walkman" e aparelhos de som, cuja origem a polícia afirma ser suspeita. Os negociantes seriam na verdade receptores de ladrões que negociam os objetos roubados.

"Estamos barganhando", limitam-se a explicar os frequentadores da região, que em certas horas do dia (entre 11 e 12 horas e já a 19 horas) chegam a somar mais de 300. Eles circulam com os objetos que pretendem "barganhar". Um deles oferece um relógio vistoso e colorido por três mil cruzeiros. "É só pagar", diz. Mas se há recusa, propõe uma troca por outro relógio ou por qualquer coisa, a última gravado em fita cassete de Roberto Carlos ou ferramentas para costureiro, por exemplo.

Apesar de esse comércio livre ter se tornado diversificado na praça da Sé — em frente ao espelho de água — são os relógios e correntes que mais interessam os compradores. A polícia não consegue acabar com a "bolsa de relógios", porque quando aparece na praça, o grupo se desfaz rapidamente.

Quando ocorrem prisões e os objetos são apreendidos, não existem meios — diz um investigador do 1.º DP que prefere se manter anônimo nessa história — para incriminar os detidos. Eles são levados ao 1.º DP e submetidos a uma triagem para saber se estão sendo procurados pela Polícia. Se nada constar contra eles, o delegado de plantão tem que liberá-los, e muitos são enquadrados no artigo 29 (vadiagem) da Lei das Contravenções Penais, que determina prisão de 30 dias, e se forem detidos novamente, serão indiciados em inquirição. Caso forem condenados, terão de ir cumprir a pena na cadeia.

Em relação aos objetos apreendidos, é difícil provar que são produtos de roubo. Não há registro, nas delegacias, de que foram furtados e por isso não podem ser guardados no depósito da Polícia.

Estelionatários escolhem vítimas entre os humildes

Vários golpes de estelionato, dizem os policiais, são aplicados na praça. Os criminosos preferem escolher pessoas humildes e em dificuldades financeiras, além daqueles que vêm de cidades do interior — e por isso, deduzem, são facilmente ludados com uma boa conversa. Maria Júlia Costa, 62 anos, solteira, aposentada, caiu no conto do alugada, quando passava na Sé. Um homem, magro e alto, aparentemente 30 anos de idade, bem vestido, aproximou-se dela e disse que tinha um apartamento para alugar. Bem falante, o desconhecido convenceu a mulher a assinar um contrato de locação, cujo imóvel ficava na rua Siqueira Campos, 217, apto. 42.

Marcaram um novo encontro para que Maria Júlia recebesse o documento, e passou 20 mil cruzeiros ao falso corretor de imóveis, consultando horas depois que aquele apartamento já estava alugado. Revoltada, Maria Júlia procurou o 1.º Distrito e registrou queixa. Dificilmente recuperará o dinheiro.

Os estelionatários usam dezenas de artifícios, entre eles os contos da "apostentadoria", da "cascaeta", da "Santa Casa", do "bilhete premiado" e do "bisco" (pacote de papéis capado por cédulas). Todos esses golpes seguem o roteiro do conto do "bilhete premiado", com algumas variações.

Deixam estelionatários: um deles, conhecido por "filá", que se finge de ingenuo, muitas vezes vê "bolsão" como um autêntico calptra, aborrecido a vítima escolhida. Inicia a conversa perguntando se conhece determinada rua, onde, segundo diz, pretende encontrar uma pessoa, cujo nome não revela. A resposta da vítima, pelo menos nesse caso, não tem muita importância.

No meio da conversa aparece o segundo estelionatário conhecido por "grupo". Como quem quer ser difícil começa interrogar o suposto calptra, que acaba contando que tem um bilhete de loteria premiado. Na sua cidade — diz ele ao companheiro e à vítima — ofereceu-lhe uma quantia em dinheiro em troca do bilhete. Mas, orientado por amigos não fez o negócio e veio a São Paulo receber o prêmio. Diz que foi alertado para não ser enganado por pessoas espertas.

O segundo estelionatário, de modo discreto, conversa com a vítima, para que esta induza o "calptra" a lhe assinar o bilhete. Nessa altura, a vítima e o "grupo" se comprometem a receber o dinheiro em nome do calptra, que desconfiado, exige uma "prova de identidade financeira". A vítima entrega o que tem, pensando que ao receber o prêmio do bilhete ganhara muito mais. E quando vai a uma Casa de Loteria, percebe que foi enganada. Emvergonhada, procura a polícia, mas prefere dizer que foi furtada.



Figura 36 - Praça da Sé, o retrato de uma cidade insegura
Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 09/01/1983, p. 6

As batidas policiais são rotineiras na Praça. Nesta semana, policiais entraram no fliperama perto da **área de lazer Tio Pirulito local frequentado por todos os tipos de desocupados,** segundo a polícia, e revistaram mais de cinquenta homens. **Procuravam armas, maconha. Quem tinha documento (Carteira de Trabalho para comprovar que estava empregado) podia sair.** Dessa vez, não ocorreram detenções.

Quando ocorrem prisões e os objetos são apreendidos, não existem meios- diz um investigador, do 1.º DP que prefere se manter anônimo nessa história – para incriminar os detidos. Eles são levados ao 1.º DP e submetidos a uma triagem para saber se estão sendo procurados pela Polícia. Se nada constar contra eles, o delegado de plantão têm que liberá-los, e **muitos são enquadrados no artigo 59 (vadiagem) da Lei de Contravenções Penais, que determina que se não conseguirem emprego num prazo de 30 dias, e se forem detidos novamente, serão indiciados em inquérito. Caso forem condenados, terão de cumprir a pena na cadeia.**

Figura 37 – Transcrição de trecho do texto Praça da Sé, o retrato de uma cidade insegura (FIG. 36)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Dos 193 maiores presos pelos 350 PMs, 50 policiais civis e 6 comissários de menores, apenas dois permanecem na 1. Delegacia Policial: um condenado pela Justiça e **outro autuado em flagrante por vadiagem. Além destes, sete adultos foram indiciados por vadiagem, sendo liberados em seguida.** Os 38 menores estão recolhidos em unidades da FEBEM, para averiguações. Duas armas foram apreendidas. O que não é justo –acrescentou Quartin Morais – é criticar a polícia ora por ter cão ora por não ter cão. A **“operação pente-fino” tem sido insistentemente reclamada por comerciantes, estudantes e cidadãos comuns, que têm direito à segurança mínima ao transitar pelo Centro ou pontos de tradicional concentração de marginais.** Segundo o secretário, a operação iniciada na terça-feira pela polícia – já que se repetirá com frequência – **“visa a unicamente a resguardar a segurança daqueles cidadãos pacíficos e trabalhadores”.** Se há atritos, é contingência natural que pode e deve ser resolvida com a boa vontade de ambas as partes.

Figura 38 – Transcrição de trecho de texto Polícia defende a “operação cata-pobre” no centro (FIG. 39)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Polícia defende a "operação cata-pobre" no Centro

Essas batidas continuarão a ser feitas, em vários pontos da cidade, adianta assessor da Secretaria da Segurança Pública

A operação pente-fino realizada pela Polícia Militar terça-feira, na praça da Sé, durante a qual foram presas 231 pessoas (38 menores) por não portarem documentos, será repetida na noite e em outros pontos da cidade. "A polícia é paga pela população para averiguar pessoas suspeitas, principalmente aquelas que, além das suspeitas físicas, não portarem documentos", afirmou o assessor de imprensa da Secretaria da Segurança, René Marinho Sierra. Ele classificou a operação de "rotineira" e anunciou sua continuidade.

Dos 193 maiores presos pelos 350 PMs, 50 policiais civis e 6 comissários de menores, apenas dois permaneceram na 1.ª Delegacia Policial: um condenado pela Justiça e outro autuado em flagrante por vadiagem. Além destes, sete adultos foram indiciados por vadiagem, sendo liberados em seguida. Os 38 menores estão recolhidos em unidades da Febem, para averiguações. Duas armas foram apreendidas.

Ontem, tanto o delegado do 1.º DP, Geraldo Alves da Cunha, como dois assessores do secretário da Segurança, René Marinho Sierra e o capitão PM Ruffino, defenderam intransigentemente a realização destas operações, que consideram "uma obrigação da polícia". Nervoso, o assessor de imprensa preferiu não responder se o pequeno número de presos compensava as "operações de rotina" (ele não aceita o uso da expressão blitz), "isto é uma pergunta subjetiva".

"E se não tivéssemos feito a operação e as duas armas apreendidas fossem usadas contra você?" — questionou o assessor militar da Secretaria, capitão PM Ruffino. Para ele a operação foi "compensadora, uma vez que não deslocamos policiais de outros setores para realizá-la".

Nenhum dos três concordou com a expressão "operação cata-pobre" utilizada por advogados do fórum no dia da blitz. "A intenção não era esta", disse o titular da 1.ª DP. "Os policiais até se comportaram bem. Não reputo como constrangimento ter sido realizado a Delegacia", continuou Alves da Cunha, para logo em seguida admitir não ser crime a falta de documento. "Mas é uma norma portá-los sempre", afirmou. O delegado Alves Cunha defende a realização de outras blitz como a de antemão.



Quem não tinha documentos era revistado e levado para averiguação



Cunha: sem constrangimento. Compensou, diz o capitão Ruffino

"Foi um desrespeito", diz presidente da OAB-SP

"Criou-se uma situação de desrespeito aos mais elementares direitos das pessoas, indiscriminadamente. Estamos apurando o episódio, através de denúncias que chegaram à Comissão de Direitos Humanos da OAB" — afirmou ontem o presidente da seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, a propósito da operação realizada pela PM na área.

Acrescentou ter recebido dezenas de reclamações, "alarmantes", por telefones e por escrito, algumas de advogados que tiveram seus office-boys detidos quando pretendiam alcançar o Fórum.

Também protestou o presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, Antônio Cláudio Maria de Oliveira, classificando de "deplorável" a atuação da PM. Salientou acreditar que a operação foi efetuada à revelia do secretário da Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, uma vez que "ninguém será preso sem o devido processo legal e os direitos e extremamente sensível".

"Não é através de ações arbitrárias e discrepantes — declarou Maria de Oliveira — que a polícia conseguirá diminuir o índice de criminalidade na cidade." Além disso, "o mais grave é que, em ações desse tipo, as principais vítimas são as pessoas de baixo nível econômico, desprovidas de mal vestidas, e que, pela aparência física desfavorável, são logo classificadas de suspeitas por policiais mal preparados".

Para o governo, "não houve arbitrariedades"

"Não houve arbitrariedades", afirmou o secretário de Imprensa do governo estadual, Quartim de Moraes, ao justificar a "operação pente-fino" realizada na praça da Sé. Segundo o porta-voz, "é impossível promover uma operação de força como essa sem que ocorra um ou outro atrito". De acordo com o secretário de Imprensa, "a população de São Paulo tem a garantia de que a nova polícia, comandada pelo professor Manoel Pedro Pimentel, está rigorosamente orientada no sentido de cumprir sua missão dentro dos padrões de respeito aos direitos humanos".

"O que não é justo — acrescentou Quartim de Moraes — é criticar a polícia era por ter sido feita por não ter sido a "operação pente-fino" tem sido insistidamente reclamada por comerciantes, estudantes e cidadãos comuns, que têm direito à segurança mínima ao transitar pelo Centro em pontos de tradicional concentração de marginais".

Segundo o secretário, a operação iniciada terça-feira pela polícia — já que se repetirá com frequência — "visa a unicamente resguardar a segurança daqueles cidadãos pacíficos e trabalhadores. Se há atritos, é contingência natural que pode e deve ser resolvida com a boa vontade de ambas as partes".

Na praça da Sé, as opiniões divergem

Biblia na mão, Aristóteles Sampaio, de 66 anos, sentado em um banco da praça da Sé, deixa de lado a discussão evangélica para falar da batida policial do dia anterior: "Tem tanto bandido solto por aí, por que pagam os cotados? Bandido não senta aqui

Respeitabilidade Mapa Fiscal

O Boletim Mapa Fiscal, como uma onça, é rápido e ágil em seus movimentos. Ele leva até você, a cada dez dias, informações completas. Em 4 seções: Impostos Federais, Legislação do Trabalho, Direito Comercial/Contabilidade/Assuntos Diversos e ICM-ISS/Legislação dos Estados. Flexível como um felino, o Boletim Mapa Fiscal traz Tabelas Práticas, Agenda de Obrigações, Textos Legais com pesquisa e resumo. E a Edição Extra do Mês, que destaca o mais importante na esfera empresarial.

Assinando o Boletim Mapa Fiscal, você tem acesso automático aos serviços de Consultoria. Fique com a respeitabilidade de um felino. Respeitabilidade Mapa Fiscal.

Solicite maiores informações, sem compromisso, sobre o Boletim Mapa Fiscal:

Nome: _____

Empresa: _____

Cargo: _____

Endereço: _____

Tel.: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

01540 - Rua Miguel Telles Jr., 394 (Cumbuco) Tel.: (011) 269-2794 - Caixa Postal 26.057 Telex 1130323 MPFL BR - São Paulo - SP

UMA EMPRESA DO GRUPO **JOB**

Figura 39 – Polícia defende a “operação cata-pobre” no Centro
 Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 23/06/1983, p. 12

Na primeira notícia, (FIG. 34 e 35), vê-se a opinião indignada de um intelectual diante do entendimento da vadiagem como o ato de não estar portando a carteira de trabalho assinada, visto por ele como a “oficialização todos os preconceitos”, já que esta não seria uma prova de decência das pessoas, recaindo, principalmente, sobre os “desprivilegiados”. Paul Singer discorre sobre o expressivo número de trabalhadores que não possuem carteira assinada e correm o risco de serem detidos pela polícia, e afirma com ironia que foi preciso que um cidadão “respeitável” fosse barrado pelas autoridades policiais para que a sociedade começasse a se questionar sobre essa prática. Esse é um discurso que irá ter novos adeptos ao

longo dos anos, em especial, entre os profissionais da área do Direito, no entanto, ele se mostra bastante dissonante do entendimento dos governantes da época, como se vê nas inúmeras operações policiais no centro de São Paulo.

Nessas operações, observa-se o entendimento do trabalho enquanto um emprego, no qual a carteira de trabalho representa a única evidência de que determinado indivíduo seja um trabalhador e não um “vadio”. Veja que ainda na década de 1980 vale a máxima de que aquele que não conseguir um emprego (não vale qualquer trabalho) dentro do prazo de 30 dias pode ser autuado por vadiagem. É curioso o uso cada vez mais recorrente do termo desocupado, ao invés de desempregado, para se referir aos indivíduos acusados de não estarem trabalhando, já que ser trabalhador, neste contexto, significa estar **empregado** e não simplesmente **ocupado**. Penso que isso ocorre devido à distinção apresentada, anteriormente, entre estes termos, em que desocupado funciona como um qualificativo para aqueles que são vadios habituais e delinquentes; enquanto o termo desempregado refere-se a indivíduos que merecem comiseração dos “cidadãos pacíficos e trabalhadores”, visto que estão à procura de emprego como forma de se sustentar, ou seja, não são acostumados na vadiagem. Quer dizer, se trata de trabalhadores sem emprego, não de vadios.

Desemprego não é vadiagem, diz juiz ao absolver o jovem Antônio

Assinalando que o texto da lei deve ser moldado aos fenômenos sociais, o juiz Dagoberto Romani, da 3ª Vara Criminal, absolveu ontem o jovem Antônio Reinaldo Rosa, de 22 anos, que fora preso em flagrante por policiais do 1º Distrito sob a alegação de vadiagem, dia 1º de fevereiro.

Para o juiz, “a realidade atual de nossa sociedade, mal orientada e desgastada por administrações inéptas, tem criado fenômenos sociais que levam o homem a situações infra-humanas de subsistência”.

O juiz enfatizou que Antonio não deveria ter sido levado aos bancos dos réus, “pois na verdade o vitima da má administração de nossos governos”. Face a onda de desem-

prego, frizou ele, a contravenção de vadiagem em nosso País “tornou-se uma infração totalmente fora de moda e um apêndice da própria estrutura econômica, política e social que atravessamos”.

Figura 40 – Desemprego não é vadiagem

Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 28/03/1984, p. 17

Assinalando que o texto da lei deve ser moldado aos fenômenos sociais, o juiz Dagoberto Romani, da 3ª Vara Criminal, absolveu ontem o jovem Antônio Reinaldo Rosa, de 22 anos, que fora preso em flagrante por policiais do 1º Distrito sob a alegação de vadiagem, dia 1º de fevereiro. Para o juiz, “a realidade atual de nossa sociedade, mal orientada e desgastada por administrações ineptas, tem criado fenômenos sociais que levam o homem a situações intra-humanas de subsistência”. O juiz enfatizou que Antônio não deveria ter sido levado aos bancos dos réus, “pois na verdade é vítima da má administração de nossos governos”. **Face a onda de desemprego, frizou ele, a contravenção de vadiagem em nosso País “tornou-se uma infração totalmente fora de moda e um apêndice da própria estrutura econômica, política e social que atravessamos”.**

Figura 41 – Transcrição de trecho do texto Desemprego não é vadiagem (FIG. 40)

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

PRESOS POR VADIAGEM

Defensoria quer soltar moradores de rua

A Defensoria Pública ajuizou um habeas corpus coletivo em favor dos moradores de rua de Franca (400 km de SP) detidos pela Polícia Militar por “contravenção penal de vadiagem”. Se aceito, o habeas corpus vai be-

neficiar 50 pessoas. Os defensores apontam que a detenção por vadiagem é inconstitucional.

Figura 42 – Defensoria quer soltar moradores de rua

Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 30/05/2012, p. C-5

Câmara aprova fim da contravenção de vadiagem

Outro projeto dobra a
pena ao tráfico de crack

DE BRASÍLIA

A Câmara aprovou ontem projeto que acaba com a vadiagem como contravenção, prevista em lei desde 1941. O autor é o ex-deputado e atual ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A proposta segue para votação no Senado.

Pela Lei de Contravenções Penais, de 1941, é considerado vadiagem “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”.

A pena prevista é de prisão simples de 15 dias a três meses.

“A matéria é de extrema relevância, além de reparar uma das grandes injustiças que ainda se perpetram no nosso ordenamento jurídico”, justifica Cardozo, em trecho do projeto.

“Não é possível conviver mais um único dia com determinações legais dessa natureza, contemporâneas do ordenamento jurídico medieval.”

A proposta já tinha sido apresentada em 2003 pelo então deputado Marcos Rolim, mas na ocasião foi arquivada.

Verifica-se, com o passar dos anos, a consolidação de um entendimento da vadiagem, não mais como uma contravenção penal, mas como uma infração profundamente discriminatória e lesadora dos direitos humanos. não obstante, nota-se que os policiais continuam a efetuar prisões sob a alegação de vadiagem, em especial de pessoas em situação de rua, demonstrando uma associação recente (2012) entre essas pessoas com a prática da vadiagem. Por fim, após 71 anos da última tipificação no código penal de 1941, a Câmara aprova o fim da contravenção da vadiagem.

Esta consulta ao acervo de um jornal deixou evidente que a temática da vadiagem ultrapassa o seu sentido ordinário de ociosidade, mas ela diz respeito a uma forma de **gestão da população pobre**, semelhante ao que ocorria no Antigo Regime europeu. É instigante a analogia que Castel (1997; 1998) apresenta entre o vagabundo das sociedades pré-industriais europeias com o desempregado subqualificado dos dias atuais, no sentido de ambos serem parte de uma pobreza que suscita problema na qual recaem medidas de rechaçamento. Nas notícias expostas anteriormente foi ficando claro que aqueles que eram reprimidos e hostilizados pela sociedade não eram apenas pobres, no sentido de possuírem poucos recursos materiais. Eles tinham, em comum, o fato de questionar os valores e o grau de integração social vigentes, uma vez que ao se inserirem precariamente na estrutura social expunham as falhas dessa mesma sociedade. Nesse contexto, é mais interessante julgá-los e condená-los, afirmando tratar-se de indivíduos preguiçosos, vagabundos, oportunistas do que questionar o que leva uma determinada sociedade a gerar tais situações de marginalidade. Destaque para a particularidade da sociedade brasileira em que a nossa questão social está diretamente vinculada a precarização do trabalho formal, cujos segmentos marginalizados são, historicamente, alvos de desrespeito dos direitos sociais e civis básicos (KOWARICK, 2002).

CAPÍTULO IV CALEIDOSCÓPIO DO TRABALHO NA PRAÇA DA SÉ

4.1 Um pouco da história da Praça da Sé⁴²

A origem da Praça da Sé, localizada na cidade de São Paulo (SP), remete aos final do século XVI, mas, para fins deste estudo, irei fazer breves apontamentos do período a partir do fim do século XIX, pois é nessa data em que a rua passou a ter uma significação moderna em que a não-circulação, associada ao não-trabalho, passa a ser mal vista socialmente.

Em 1870, o Largo da Sé era uma região importante para a cidade de São Paulo por concentrar, em seu entorno, as residências dos membros mais abastados da sociedade da época, e também, por abrigar a Catedral da Sé. Já em 1884 ocorre a primeira reforma do Largo, sendo seu principal foco a catedral, com o objetivo de adequar suas dimensões a cidade que representava o pólo econômico mais importante do país, fruto do surto cafeeiro. No período entre 1898 e 1910, sob a implementação dos intitulados, na época, projetos de modernidade, idealizado por um fazendeiro paulista cujo lema era afastar os resquícios do passado colonial, são demolidos a velha catedral e três quarteirões do entorno. Assim, em 1913, inicia-se a construção de um templo gótico com o objetivo de transformar o antigo Largo da Sé na praça cívica da cidade, em que ícones de modernidade, como pontos de ônibus, relógios, estátuas terão lugar de destaque. Em 1934, é implementado, na Praça, o marco zero da cidade de São Paulo e esta vira o coração da cidade no lugar do Pátio do Colégio, ainda caracterizada por ser um importante ponto de entrocamento viário e pelo oferecimento de serviços e equipamentos culturais.

A partir da década de 1940, a Praça começa a perder seu prestígio para o centro novo, localizado a oeste do vale do Anhangabaú, restando ao local ser um importante ponto de entrocamento viário e de comércio popular. Em 1952, o local passa por uma reforma em que o espaço em frente a Catedral deixa de ser um estacionamento e dá lugar a uma esplanada de piso cercado por palmeiras imperiais, definindo uma área para a circulação de pedestres. Em 1954, a Catedral, embora não totalmente concluída, é inaugurada por conta do aniversário de 400 anos da cidade, juntamente com a estátua do José de Anchieta, bancos e árvores. Em

⁴²Informações retiradas dos textos “Entre largo e Praça, Matriz e Catedral: a Sé dos cartões postais paulistanos” e “Os tempos (diferentes) do uso das Praças da Sé em Lisboa e em São Paulo”, ambos de autoria de Fraya Frehse (1997; 2013).

1969 a Catedral é, enfim concluída, denunciando temporalidades distintas de uma Catedral pensada há meio século representando o *glamour* do local na época, inserida numa praça deteriorada dos novos tempos. É sobretudo a partir da década de 1970, que o centro histórico paulistano deixa de ser o local privilegiado de moradia e de circulação das classes mais abastadas da cidade, passando a ter um papel de “território de transbordo”(MEYER, 1999) e palco de um intenso comércio ambulante.

Entre 2006 e 2007, ocorreu a última reforma com a instalação de rampas e passarelas para pedestres mantendo a orientação da Praça de ser um local de passagem para veículos e pedestres, em que destaca-se a ausência de bancos, restritos ao setor ajardinado da Praça. Em seu aspecto atual, a Praça da Sé é um adro octogonal de aproximadamente 37.500 metros quadrados estendido ao leste e a noroeste da escadaria da Catedral Metropolitana de São Paulo, popularmente conhecida como Catedral da Sé. À frente da Catedral, abre-se um tablado retangular revestido em ambas laterais por palmeiras imperiais, em que se encontram as estátuas de José de Anchieta e do Apóstolo Paulo, além do chamado Marco Zero, medida oficial de todas as distâncias físicas da cidade. Ao fundo deste tablado, encontra-se uma região arborizada da Praça envolta por estabelecimentos comerciais, uma estação de metrô e uma rua que separa este setor da Praça do largo triangular do antigo Largo da Sé. E a leste, a Praça é margeada por muretas que separam fisicamente o tablado retangular do setor ajardinado com bancos de praça, espelhos d’água, estátuas e entradas da estação de metrô. Como se vê nas figuras abaixo:

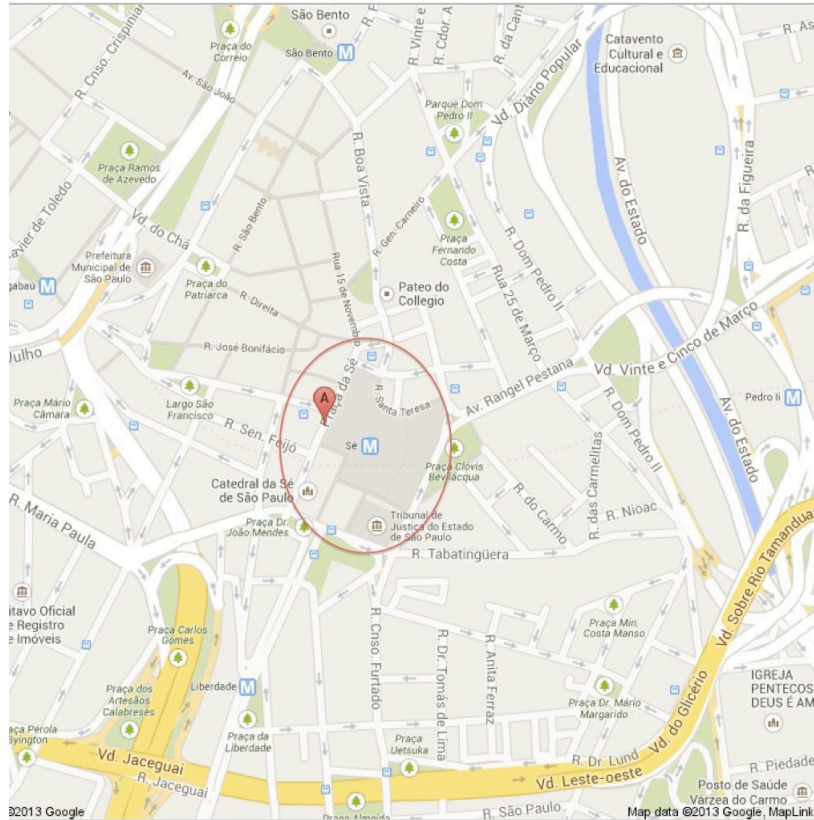


Figura 44 – Mapa da Praça da Sé
 Fonte: GOOGLE MAPS, 17/12/2013



Figura 45 – Vista aérea da Praça da Sé
 Fonte: GOOGLE MAPS, 17/12/2013



Figura 46 – A Catedral da Sé, 18/07/2012

Fonte:ARQUIVO DA AUTORA

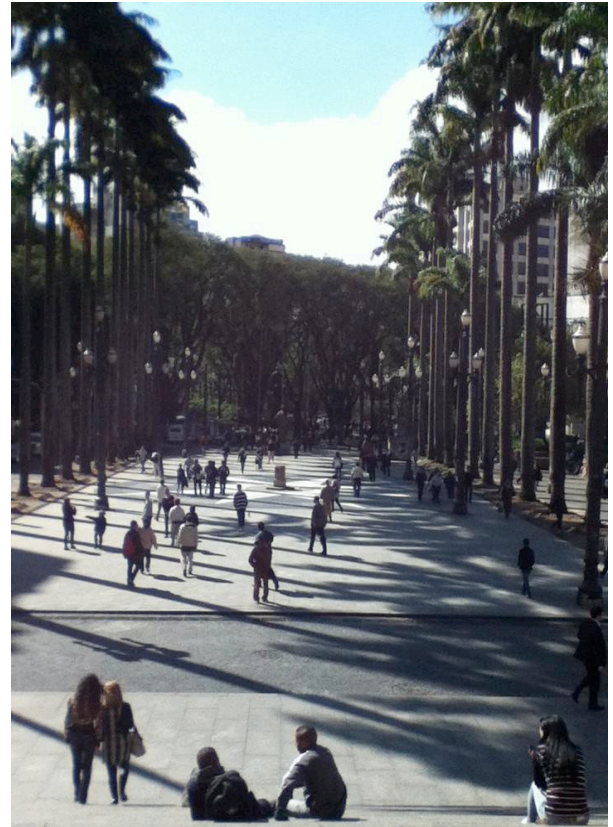


Figura 47 – Tablado da Praça da Sé, 18/07/2012

Fonte:ARQUIVO DA AUTORA



Figura 48 – O setor arborizado da Praça da Sé. 17/10/2013

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA



Figura 49 – O setor ajardinado da Praça da Sé separado pelas muretas, 17/10/2013
Fonte: ARQUIVO DA AUTORA



Figura 50 – O setor ajardinado da Praça da Sé.
Fonte: GOOGLE IMAGENS, 17/12/2013

4.2 As múltiplas “Praças da Sé”



Figura 51 – Um caleidoscópico

Fonte: GOOGLE IMAGENS, 10/01/2014

Durante o trabalho de campo foi ficando claro que a Praça da Sé deve ser pensada como composta por diversos micro-universos que podem ser localizados espacialmente, mas cujos sentidos ultrapassam a sua geografia física. Se de um lado a Praça é agitada pela passagem de turistas e dos transeuntes, “homens, mulheres e crianças que se distinguem pelo comportamento físico de circular com regularidade por espaços públicos como ruas e praças” (FREHSE, 2012, p.14); de outro lado, ela também abriga os não transeuntes – “pedestres que tendem a permanecer fisicamente com regularidade nas ruas e praças públicas dos centros históricos das grandes cidades ocidentais contemporâneas” (FREHSE, 2011a, p. 5)– para fins de trabalho e sociabilidade.

Observa-se uma variedade de atividades sociais ligadas, sobretudo ao trabalho-legal e ilegal –, mas também à mendicância, à moradia, à sociabilidade, ao lazer, ao uso de bebidas e outras drogas etc., associáveis ao comportamento corporal específico dos não transeuntes de deixar-se ficar no tablado retangular da Praça da Sé. Como bem descreve Frehse (2012):

Na escadaria da catedral e no seu entorno, especialmente diante das muretas, destacam-se a venda clandestina de café, de sorvete, de laranja, de canjica; ademais, a permuta, também clandestina, de roupas, sapatos, perfumes, telefones celulares e demais objetos – alguns roubados –, na popularmente chamada feira do rolo. Isso tudo, afora pedidos de esmolas; o arranjo de “programas” entre prostitutas e seus clientes. Em meio a essas atividades todas, homens dormem sentados ou deitados, mais ou menos bêbados, na escadaria ou no chão de cimento, enquanto outros permanecem horas sentados nesses locais. Muitos homens, pouquíssimas mulheres. Muitos dos chamados moradores ou ex-moradores de rua ou de albergues. Vários

desempregados. Perto da estátua de Paulo, entra em cena outro uso: a pregação de mensagens religiosas pentecostais a transeuntes e não transeuntes, proferidas de dentro de dois perímetros quadrados de giz desenhados no chão. [...] enquanto no largo triangular sapatos são engraxados clandestinamente. Perto das entradas do metrô, camisetas de homens-placa quase indiscerníveis propagandeiam “Compro Ouro”. Por sua vez, a área quadrada do logradouro, bem perto da Base Comunitária da Polícia, abriga outros engraxates, só que legalmente autorizados a trabalhar ali, o que se aplica também aos vendedores de jornal e revista das seis bancas que ali se aglomeram(p. 14-15).

Nesse palco de “expedientes de sobrevivência” (TELLES, 2010), que se constitui a Praça da Sé, observei que esses diferentes “usos” da Praça apresentam distintas vivências locais e cotidianas no logradouro, cada qual com suas regras e dinâmicas específicas. Tal como no caleidoscópio⁴³ em que distintas visões aparecem conforme se manuseia o aparelho, a Praça da Sé também é múltipla conforme se circula por ela. Assim, enquanto, para o visitante, a Praça da Sé é composta apenas pelo seu tablado retangular e sintetizada como um lugar de passagem, para os seus frequentadores, ela não apenas é mais ampla como seus usos podem ser múltiplos.

Neste contexto, há certos modos de conduta e de circulação por entre as várias regiões do logradouro que acabam por influenciar a maneira como o indivíduo que lá está situado é visto perante os outros frequentadores do logradouro. O que remete a questão da ambiência, no sentido de que diferentes ambientes expressam diferentes conteúdos verbalizados (ACKERMANN *et al.*, 2005). Por certo, não se trata de uma mera mudança de contexto, no sentido trivial de que o ser humano muda de opinião conforme as circunstâncias, mas de conceber os espaços como esferas de significações sociais que “contêm visões de mundo ou éticas particulares [...] esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias” (DAMATTA, 1997, p. 33). Alguns destes espaços estão esquematizados abaixo:

⁴³“Um caleidoscópio ou calidoscópio é um aparelho óptico formado por um pequeno tubo de cartão ou de metal, com pequenos fragmentos de vidro colorido. Através do reflexo da luz exterior em pequenos espelhos inclinados, apresentam, a cada movimento, combinações variadas e agradáveis de efeito visual” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Caleidosc%C3%B3pio>) A metáfora do caleidoscópio foi sugerida por Leny Sato quando conversávamos sobre a minha vivência na Praça da Sé.

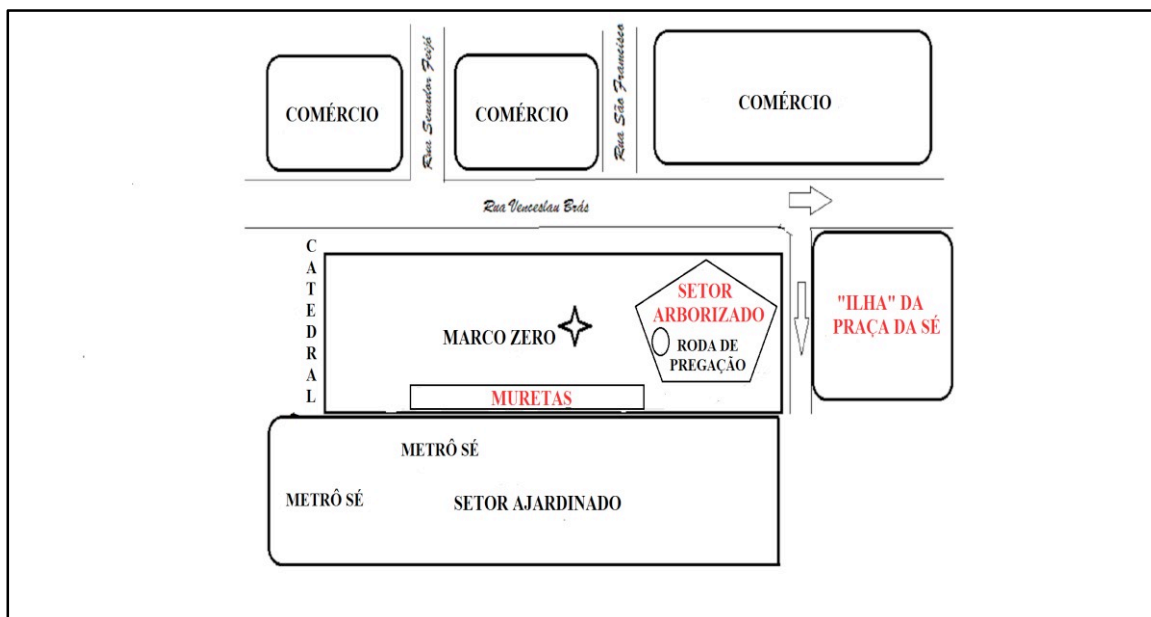


Figura 52 – Mapa com as regiões (em destaque) da Praça da Sé visitadas em campo.

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Como exposto no capítulo de metodologia, enquanto pesquisadora, tive diferentes vivências e compreensões do que se constitui a Praça da Sé conforme avançava o trabalho de campo. Observei que havia uma determinada região que era associada às representações de vadiagem, em que só o fato de eu ficar sentada nas muretas já foi motivo de alerta de frequentadores da Praça para o risco de eu não ser confundido com a “gentarada” que supostamente lá permanece. Já, enquanto estive no setor arborizado, onde se situa os trabalhadores regularizados na Praça da Sé, como os engraxates e os jornaleiros, não ouvi nenhum comentário semelhante. Vê-se que as distintas regiões que compreendem o logradouro não apenas se configuram como lugares de diferentes vivências e práticas sociais, como eles próprios apresentam uma carga valorativa dentro do universo chamado Praça da Sé.

Mais uma vez, a imagem do caleidoscópio se faz presente uma vez que as diferentes concepções acerca do que pode ou não ser considerado trabalho variam conforme a região que se está na Praça da Sé. De modo que é impossível falar de um discurso uno sobre a vadiagem na Praça da Sé, mas sim de diferentes pontos de vista sobre o que é considerado vadiagem e, conseqüentemente sobre o que é considerado trabalho, segundo seus vários frequentadores. Penso que não poderia ser diferente, pois a temática da vadiagem refere-se a um olhar sobre um “outro”, no caso, um “outro” do trabalhador (JARDIM, 2004), de modo

que, a depender do tipo de trabalho exercido na Praça, será construída certa identidade do que é ser trabalhador e, conseqüentemente, do que é ser vadio. Quer dizer, o que é considerado vadiagem para o jornaleiro, por exemplo, não necessariamente tem o mesmo significado para o engraxate-sapateiro, em que aspectos como a sociabilidade e o reconhecimento social dentro do espaço da Praça da Sé, acabam por influenciar o conteúdo dos discursos proferidos.

Assim, faz-se necessário um olhar mais atento sobre as práticas e relações que se desenrolam na seara cotidiana do logradouro. Neste contexto, destaca-se a constatação de uma economia informal entrelaçada com o comércio clandestino de bens lícitos ou ilícitos de variadas procedências, redefinindo na trama urbana as fronteiras do legal e ilegal, cada vez mais porosas (TELLES, 2010). De modo que nota-se a coexistência de, pelo menos, dois mundos na Praça da Sé – o legal e o ilegal ou o formal e o informal – que estão em cruzamento constante e acabam por trazer novos elementos à temática da vadiagem. Como será visto a realidade do emprego é a exceção na Praça da Sé, a regra é um trabalho sem forma em que as diferenças entre trabalho precário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais são indeterminadas (TELLES, 2010). Neste contexto, para ser um trabalhador não basta se identificar com os valores e referências da “cultura do trabalho” ou da “cultura do emprego”, mas é preciso saber jogar, justamente, com as diversas identidades que remetem a esses universos superpostos (JARDIM, 2004).

4.2.1 “Estou aqui para trabalhar, a minha relação é com os clientes”

As atividades sociais, para fins de trabalho, dos não transeuntes na Praça da Sé compreendem desde os trabalhadores formais até os clandestinos. Segundo o âmbito da minha observação, vê-se que aqueles que trabalham formalmente na Praça – **policiais militares, guardas-civis, jornaleiros e engraxates** –, representam uma minoria; enquanto os trabalhadores inscritos no circuito informal, que abrange tanto o “centro não formal” quanto à “periferia não formal” (SPINK, 2011) – engraxates-sapateiros, homens-placas, pregadores religiosos, artistas de rua, “roleiros”, “moças do cigarro”, vendedores ambulantes, prostitutas e pedintes –, constituem-se a maioria. O que parece expressar a tese de Spink (2011) de que o trabalho informal é muito mais representativo do que o formal nas sociedades latino-americanas. E também diz respeito ao processo de urbanização da cidade de São Paulo que assegurou ao centro histórico o papel de “território de transbordo”: enquanto os bairros mais distantes consagraram-se como lugares privilegiados de moradia e trabalho dos setores

abastados da sociedade, a Praça da Sé constituiu-se em lugar privilegiado de moradia e trabalho daqueles que o capitalismo excluiu (FREHSE, 2012).

Essas ocupações podem ser ilustradas no mapa abaixo:

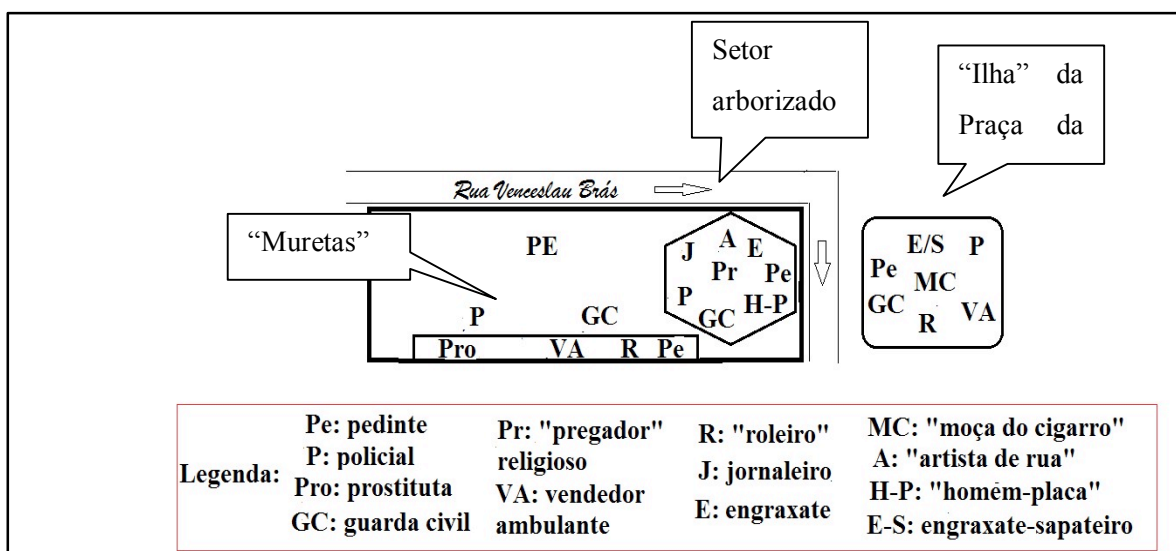


Figura 53 – O mapa do trabalho da Praça da Sé

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Embora a classificação nos termos clássicos – formal e informal – não dê conta da complexidade do mundo do trabalho que se expõe na Praça da Sé, como será visto adiante, é possível perceber que há uma divisão no interior da Praça entre aqueles que são legalmente autorizados a trabalhar no logradouro em comparação aos demais trabalhadores. Essa cisão se traduz em uma percepção radicalmente distinta da topografia social que compõe a Praça da Sé, de forma que não é exagero afirmar que existem duas Praças da Sé: a dos formais e a dos informais ou a dos legais e a dos ilegais. Essa percepção se deu quando passei a frequentar as muretas e também quando entrei em contato com o engraxate-sapateiro Madureira que me mostrou esta outra Praça da Sé, invisível, aos olhos desatentos. Na verdade, foi preciso que eu circulasse por esses dois universos que preenchem o cenário da Praça, para que eu percebesse seus contrastes. Assim, é por meio da contraposição entre esse dois mundos que suas características podem ser mais bem entendidas.

O primeiro aspecto a destacar refere-se à imagem do logradouro descrita pelos trabalhadores, como Eriovaldo – guarda há 9 anos; Mário – engraxate há 16 anos; e, também, por Osvaldo – jornalista há 2 anos – como um “**lugar abandonado**”, **associado à presença**

de certos tipos de pedestres como os moradores de rua e usuários de drogas. Como podemos ver nos trechos abaixo:

Eriovaldo trabalha há 15 anos na Guarda Civil Metropolitana e há 9 na Praça da Sé, e acha que, com o tempo, a Praça melhorou no aspecto de furtos de bolsas e celulares: “pois antes tinham muitos meninos de rua por ali que agora estão no parque D. Pedro”. Por outro lado, **acha que a Praça piorou por conta da presença cada vez maior de moradores de rua e agora de usuários de drogas, prejudicando o turismo por ali.** (DIÁRIO DE CAMPO, 04/02/13)

Conversamos não só sobre trabalho, mas também sobre a Praça da Sé. Para Mário, a Praça e o centro, de maneira geral, estão abandonados por parte das autoridades. **Diz que antes tinha muitos vendedores ambulantes na Praça e que era melhor do que comparado a hoje, com a presença de muitas rodas de pregação muito barulhentas que espantam os clientes. Acha também que a presença de muitos moradores de rua demonstra o abandono com a Praça;** no seu entendimento, teria que haver, como resposta, mais ações da base da polícia que fica ali, o que talvez melhorasse o estado em que se encontra a Praça. **Esses aspectos, segundo ele, fazem com que os turistas, em especial, os estrangeiros fiquem com medo de visitar a Praça, o que acaba por atrapalhar no seu trabalho.** (Diário de Campo, 24/05/13)

Comentou que achava que a Praça da Sé estava muito abandonada por conta da prefeitura, sugeriu que eu fosse numa rua ali perto que era praticamente uma crackolândia. Disse que pelo tempo que ele estava trabalhando na banca de jornal, percebeu que a Praça tinha piorado, “e muito”. (DIÁRIO DE CAMPO, 05/07/13).

Vê-se que a imagem do logradouro como **lugar abandonado** remete a uma segunda, um **lugar restrito de trabalho**, como se pode notar no teor das queixas, em que o aspecto de suposto abandono da Praça é ruim, pois espanta potenciais clientes. Já no caso dos trabalhadores informais, segundo suas declarações em conversa comigo, as imagens da Praça são múltiplas, desde as tradicionais – um “**lugar de história**” (FREHSE, 2013) – até as essencialmente idiossincráticas – um “**lugar que vicia**”; uma “**escola**”; um “**mistério**”; um “**lugar em que se faz rolo**” (alusão a “feira do rolo”); um “**lugar de perseguição aos que trabalham na rua**”- demonstrando os variados “usos” que se desenrolam na Praça, para além da prestação de serviço. Segundo Frehse (2012), a produção de um espaço “constitui em um processo histórico complexo relativo à reprodução (ampla) de relações capitalistas de produção pela mediação justamente do espaço” (p.5), em que tal espaço produzido é: concebido, percebido e vivido. O primeiro refere-se ao espaço concebido em termos urbanísticos; já o segundo diz sobre os modos de comportamento corporal pelos quais o espaço é percebido; enquanto o último remete às imagens e símbolos através dos quais o espaço é vivido pelos seus “usuários” (FREHSE, 2012).

De modo que a diferença quanto às representações da Praça da Sé entre os trabalhadores formais e informais – a despeito de ambos exibirem um comportamento corporal análogo de permanência regular na Praça, em contraste ao da passagem regular dos transeuntes – pode ser traduzida como uma diferença em termos de vivência no logradouro. Neste sentido, dois aspectos merecem ser destacados: o modo impessoal de interação social e o reconhecimento do trabalho enquanto um “emprego” (JARDIM, 2004). Na verdade, esses aspectos estão imbricados, uma vez que grande parte da rede de sociabilidade existente na Praça da Sé funciona como um suporte daqueles que sobrevivem por meio de trabalhos não regularizados, deixando de fora aqueles que cuja situação de trabalho é regular. Levando em conta que toda forma de interação é também comunicação (GOFFMAN, 2003), os trabalhadores formais, ao interagir de forma impessoal, acabam por comunicar sua posição social na Praça. Distanciam-se daqueles em que prevalece o *status* de **pessoa** (ao invés de indivíduo). Para os trabalhadores informais, a convivência social representa um mecanismo de sobrevivência.

Perguntei para o Madureira se ele tinha relação com os moradores de rua da Praça e ele me falou que não, no máximo um cigarro, um trocado e que “é cada um na sua”. [...] Nisso, chegou um senhor descendo do ônibus pela porta da frente, de muletas aspecto de quem mora na rua, já gritando o nome dele, e ele comenta: “olha esse aí, já me cumprimenta do ônibus” [curioso que ele tinha falado que não tinha contato com os moradores de rua]. O senhor ficou conosco uns 10 minutos e o Madureira tentou dar um chega para lá, nele, algumas vezes, “vai lá conversar com o Bahia”, e o senhor falou algumas coisas da Bahia cantou alguns trechos de músicas, tentou arrancar um trocado do Madureira, acendeu um cigarro, e nesse meio tempo chega outro homem, o Negão [como é identificado por Madureira], com uma sacola de roupas na mão. O Negão começou a mostrar as roupas para o Madureira, a todo instante olhando para os lados para ver se não vinha um policial. Ao final, o Madureira pegou um par de sapatos e uma calça, e começaram a negociar o preço, de 10,00 reais baixou para 5,00. Depois da negociação, o Negão e também o senhor saíram e eu Madureira continuamos a conversa. (DIÁRIO DE CAMPO, 06/08/13)

Enquanto para os trabalhadores legais a Praça da Sé não passa de um local de trabalho, para os ilegais, ela é isso e muito mais. É um local em que é possível, segundo declaram, “tirar um trocado”, encontrar os amigos, de moradia, de se esconder da polícia, de aprendizado, de conseguir um cobertor, um alimento, enfim, toda uma variedade de possibilidades acionadas à inserção em uma rede de pessoas que se conhecem. Rede essa que a maioria dos trabalhadores do mercado formal não faz parte, vistos como “fechados” pelos demais usuários da Praça, em especial, pelos trabalhadores informais. Penso que este aspecto diz sobre uma diferença em termos de *status* social dos trabalhadores regulares em relação aos demais, no sentido de uma diferença em termos de reconhecimento do trabalho que confere

aos primeiros um estatuto de trabalhador, e também no que se refere às condições materiais de vida. Ou seja, há certa distância em termos de pobreza entre as categorias de trabalhadores da Praça que se traduz nesses diferentes usos do logradouro. Aqui, me refiro à pobreza pensada não apenas como uma condição de carência material, mas também por uma privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade (TELLES, 1993). Quer dizer, em uma sociedade como a nossa em que a cidadania “foi fundada no trabalho regular e regulamentado por lei, como condição de acesso aos direitos sociais” (TELLES, 1993, p.13), ser um trabalhador formal na Praça da Sé significa possuir acesso a um poder simbólico de uma identidade (de trabalhador) que os fazem existir socialmente.

Neste sentido, destaca-se, por parte dos trabalhadores regularizados, o enaltecimento de aspectos como ter um emprego; ser assíduo “trabalhador”; “*não ter o nome no Serasa* ⁴⁴” etc. Valores e comportamentos que estão relacionados a uma tradição brasileira em que a regra geral de acesso aos direitos sociais se transformou em uma lei moral que julga o pertencimento do indivíduo em sociedade e seu direito a ser reconhecido socialmente. Neste contexto, a questão do trabalho tem um papel fundamental: “para ter direitos e acesso a uma existência legítima, o indivíduo tem que provar ser um trabalhador responsável, com uma trajetória ocupacional identificável em seus registros, persistente na vida laboriosa e cumpridor de seus deveres” (TELLES, 1993, p.14)

Desse modo, penso que essa separação entre os trabalhadores regularizados –em especial, os engraxates e os jornaleiros– dos demais usuários, não se dá por uma questão de características psicológicas individuais ou por empatia pessoal, embora ela possa ser mediada por estes fatores, mas sim por uma resposta frente à ameaça de cair na condição da “pobreza incivil” (TELLES, 1993). Ameaça que está mais próxima dos trabalhadores que estão no limite de perder o estatuto de trabalhador, tal como os engraxates-sapateiros (como será visto adiante). No entanto, entendo que essa é uma realidade de todos os membros das classes populares sujeitos a um imaginário que “fixa a pobreza como marca da inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos” (TELLES, 1993, p. 10). Além do mais, como aponta Frehse (2011b) a impessoalidade, juntamente com a circulação,

⁴⁴ Empresa privada brasileira, que faz análises e pesquisas de informações econômico-financeiros das pessoas, para apoiar decisões de crédito, como empréstimos.

se constitui em uma regra de conduta ⁴⁵típica do advento da modernidade. Nesse contexto, aqueles que tinham a rua como espaço primordial de atuação dos seus (neg)ócios passaram a ser ideologicamente discriminados como vagabundos (FREHSE, 2011b).

Com isso, compreendo que a pecha da vadiagem se coloca na vivência cotidiana dos trabalhadores da Praça da Sé por pelo menos duas vias: a que associa o comportamento corporal de permanência física no espaço da rua à prática de uma gente vadia (FREHSE, 2011b); e na condição da pobreza, enquanto um estigma, redimida pela figura do “trabalhador responsável” (TELLES, 1993). Hipótese plausível quando também se recorda, com o auxílio das fontes de jornais, que a vadiagem foi paulatinamente associada àqueles que exerciam seus trabalhos em lugares públicos. Dessa forma, o modo de interação social exibido pelos trabalhadores formais é, no fundo, uma maneira de se distanciar, não exatamente, dos demais trabalhadores da Praça, mas da identificação com universo da vadiagem.

Interação esta que contém regras e modos de conduta, como se pode ver nas afirmações do jornalista Milton que afirma “não se misturar com a malandragem” ou no caso do engraxate Mário, que diz “só conversar com pessoas que sabem ao menos o abecedário”, ou ainda em outro trecho da conversa com Mário:

Comentei que via a Praça da Sé sempre com muita gente e se ele sabia me informar quem eram as pessoas que geralmente vêm à Praça. **Disse que afora eles, os jornaleros, os pregadores, tinha muito aposentado e também os desocupados: “como essas pessoas” [apontando para um grupo de pessoas que estava jogando baralho na nossa frente]. Nesse momento, Mário fez questão de dizer que um deles era, na verdade, engraxate, e que quando esse engraxate está com sua cadeira de trabalho ele pede para o pessoal ir jogar em outro lugar para não atrapalhar. Aproveitei e perguntei se ele não tinha relação “com essas pessoas”, no que ele me respondeu: “não, eu estou aqui para trabalhar, a minha relação é com os clientes”.** (DIÁRIO DE CAMPO, 24/05/13)

Verifica-se que a manutenção do “papel social” (GOFFMAN, 2003) de trabalhador para o engraxate Mário está vinculada à relação restrita com os clientes, como ele mesmo disse: “estou aqui para trabalhar, a minha relação é com os clientes”. Em sua teoria da

⁴⁵ Segundo Frehse (2011b), as “regras de conduta na rua” são representações especiais, pois são de forte cunho valorativo. E justamente por serem informadas por valores elas se consolidam enquanto guias de ação, viram éticas, entrando no domínio da cultura: “é de cunho essencialmente comunicativo a ordenação socialmente estabelecida que orienta as ações comunicativas” (p.37).

interação social, Goffman (2003) define uma parte do desempenho⁴⁶ do indivíduo como “fachada”: aquela que “funciona regularmente e de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação⁴⁷”. Segundo o autor (GOFFMAN, 2003), a representação do indivíduo numa região de fachada tem como finalidade dar a aparência que sua atividade naquela região e segue determinados padrões. O autor cita dois grupos de padrões de ação: a polidez e o decoro. O primeiro refere-se à maneira pelo qual o ator trata a “plateia”, enquanto o segundo refere-se ao modo como o ator se comporta quando está à vista da “plateia” (GOFFMAN, 2003).

Podemos afirmar, então, que há toda uma série de modos de conduta que são exibidos pelos trabalhadores formais com o objetivo de informar sua posição social dentro daquele espaço: são trabalhadores e não “desocupados”⁴⁸. Nesse contexto, o comportamento de estar trabalhando não basta para afirmar a identidade de trabalhador, é preciso também se portar de determinada maneira: só se relacionar com os clientes e ser esquivo com os demais. Como aponta Goffman (2003):

Ser uma determinada espécie de pessoa, por conseguinte não consiste meramente em possuir os atributos necessários, mas também em manter os padrões de conduta e a aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela. Uma condição, uma posição ou um lugar social não são coisas materiais que são possuídas e, em seguida, exibidas; são um modelo de conduta apropriada, coerente, adequada e bem articulada. (p.74)

Levando-se em conta que o desempenho de determinado papel tenderá a incorporar e demonstrar os valores e referências oficialmente reconhecidos pela sociedade (GOFFMAN, 2003), pode-se inferir que o padrão de conduta e de aparência que os trabalhadores na Praça da Sé expõem, informa sobre as características que estão envolvidas na representação (coletiva) em torno do papel de trabalhador e, por oposição, de vadio. No entanto, essas representações apresentam algumas particularidades conforme se circula pelos diferentes espaços da Praça, no qual se verifica que distintos modos de vivência também se

⁴⁶ Desempenho para Goffman (2003) é definido como: “toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes” (p. 23).

⁴⁷ Já representação é definida como: “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 2003, p. 29)

⁴⁸ Destaque para o uso do termo “desocupado”, presente na lista das palavras-índices do levantamento documental dos períodos de 1961 a 1980 e de 1981 a 2013.

traduzem em diferentes pontos de vista. Como ensina Goffman (2003), a percepção é uma forma de contato e participação.

Assim, enquanto na descrição do engraxate Mário todos aqueles que não são engraxates, jornalheiros, pregadores e aposentados entram na indistinção de “desocupados”, para o engraxate-sapateiro Madureira e de seu filho Gabriel, os “desocupados” não apenas ganham nome, como também ocupações; são os “rolistas” ou “roleiros”, os “baralhadores” ou ainda uma mistura dos dois; é o “Zé do café”, o “Piauí do teclado” etc. Entendo que essa descrição diferenciada dos engraxates-sapateiros informa não apenas sobre maior convivência com os demais usuários da Praça, mas também de uma proximidade em termos de identidade social dentro do cenário da Praça da Sé. A indiferenciação em “desocupados” não deixa de ser uma forma de destituição da condição de sujeitos: (des)figuração que acaba por transformar a pobreza em natureza e definir o seu lugar na ordem “natural” das coisas (TELLES, 2001).

Na verdade, o caso dos engraxates-sapateiros é emblemático, pois eles se situam justamente na linha tênue do legal-ilegal, ou nas palavras do engraxate-sapateiro Sérgio: “meio regular, meio irregular”. A própria denominação “engraxates-sapateiro” (em comparação aos “engraxates”, como são denominados os regulares), já demonstra a indeterminação a que eles estão submetidos. Isso sem contar que eles não exercem apenas as atividades de engraxadores e sapateiros, mas também fazem parte da rede de trocas da “feira do rolo”, utilizam a “banca” como ponto de venda de cômodos, expõe obras de artistas locais etc. Quer dizer, os trabalhadores não formais da Praça da Sé circulam e pertencem a diferentes agrupamentos.

O fato de o trabalho ser formal acaba por enrijecer o espaço de atuação do trabalhador, como o engraxate-sapateiro Gabriel que, de forma humorada, me disse quando perguntava sobre a diferença da situação deles com os engraxates (querendo me referir à questão do alvará): “a diferença nossa com os engraxates de cima, é que eles são mais organizados, enquanto **a nossa banca tem de tudo, eles só engraxam**”. O que para o engraxate Mário é motivo de orgulho e de distinção, o fato de ter alvará da prefeitura para ser engraxador, para Gabriel significa uma restrição das possibilidades de trabalho. Percebe-se que ser trabalhador para Gabriel não entra em conflito com a execução de atividades para além de engraxador e sapateiro, mesmo que muitas delas estejam, inclusive, nas margens do

que é considerado lícito. Neste novo cenário, novas vivências, novas identificações e os reconhecimentos em torno da figura do trabalhador.



Figura 54 – Cadeira de engraxate-sapateiro
Fonte:ARQUIVO DA AUTORA



Figura 55 – Cadeira de engraxate
Fonte:ARQUIVO DA AUTORA

4.2.2 A “viração” dos trabalhadores da Praça da Sé

Durante o trabalho de campo, em especial na última etapa, notei que a todo o momento ficavam me escapando as categorizações sobre o trabalho formal, informal e ilegal diante da complexidade do mundo do trabalho que se abria para mim na Praça da Sé. Há toda uma gama de situações inseridas no diapasão trabalhador-não trabalhador, cujas referências emprego e desemprego acabam por esclarecer pouco sobre a rede de relações e práticas que conformam o espaço social chamado Praça da Sé.

Segundo Telles (2010), está em voga no debate contemporâneo a implosão das binaridades tradicionais das ciências sociais diante das novas “configurações societárias que fizeram embaralhar as clivagens sociais e espaciais próprias da „cidade fordista“ com suas polaridades bem demarcadas entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, entre mercado

formal e mercado informal” (p.15). Neste contexto, a autora chama a atenção para a “figura contemporânea do trabalhador urbano” como aquela que circula entre os diferentes circuitos do formal, informal e ilegal, indeterminando ainda mais suas fronteiras:

É nesse cenário que vêm ganhando forma as figuras contemporâneas do trabalhador urbano que transita nas fronteiras porosas do legal e do ilegal, formal e informal, lançando mão de forma descontínua e intermitente das oportunidades legais e ilegais que coexistem nos mercados de trabalho, ao mesmo tempo em que se expande uma zona cinzenta entre o trabalho precário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais. (TELLES, 2010, p.27)

É o que se verifica na Praça da Sé, em que o “se virar” dos trabalhadores para garantir a sobrevivência diária acaba por borrar as fronteiras do formal e informal, do legal e ilegal. São trabalhadores que “oscilam entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociando, a cada situação e em cada contexto, os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas” (TELLES, 2010, p.177). Além do mais, nota-se, para além da conhecida “viração” das classes pobres, a generalização dos circuitos ilegais de uma economia globalizada em que o lícito e ilícito, o ilegal e o legal coexistem lado a lado (TELLES, 2010), como no caso da “feira do rolo” na Praça da Sé. Esses aspectos podem ser ilustrados no Diário:

Fiquei ali sentada nas muretas conversando com o Danilo por cerca de uma hora e meia, falamos sobre vários assuntos, e com algumas pessoas que passavam por nós que “entravam” na conversa e depois iam embora. Sua família é de São Paulo e, segundo ele: “estão tudo bem de vida, com carrão, eu que tive umas complicações, mas estou aqui batalhando, roendo o osso hoje para amanhã comer filé”. **Danilo conta que trabalha desde os 12 anos, e que sempre “se virou”. Diz que é pedreiro, mas vive de bicos, e conta que já dormiu muito na rua, mas hoje aluga um quartinho ali na Bela Vista. Já seu amigo Pedro que está dormindo na rua faz cinco dias, conta que estava trabalhando como segurança até semana passada.** Ambos têm filhos, João Henrique, tatuado no braço de Pedro, enquanto a filha de Danilo “está longe”. (DIÁRIO DE CAMPO, 11/07/2012).

Enquanto esperava para falar com o padre, fiquei sentada nas muretas observando ao meu redor. Reparei que tinha alguns homens com “roupa de trabalho”– camisa e calça social – e com mochila nas costas, que se encontraram com uma mulher e com outro homem; a mulher com um vestido surrado e o homem sem camisa, com bermuda e chinelo de dedo. Achei curiosa aquela cena, em que eram os “arrumados” que estavam ali negociando a venda de um celular para os “mal vestidos”. Tinha também muito senhores de mais idade tentando vender relógios e que já pareciam se conhecer de outras ocasiões. Vi, novamente, a moça que estava vendendo chocolate quando eu fui pela última vez, mas hoje ela estava vendendo água e refrigerante para os “roleiros”. Encontrei também a moça que estava vendendo geladinho, só não consegui achar o “Zé do café”, famoso por vender um copinho de café por um real. Vi também de passagem o menino com quem conversamos na semana passada, que chorou ao falar do natal, de sua família e do seu vício no crack; também reconheci outra senhora moradora de rua, que tinha visto há umas semanas atrás. Esses elementos são interessantes, pois confirmam que existem

determinados grupos de pessoas que frequentam aquele espaço e se conhecem, de forma que, apesar da alta circulação de pessoas ainda assim consolida-se uma rede de sociabilidade formada pelos “roleiros”, pelos vendedores ambulantes e por toda espécie de uma “gente da rua”. (DIÁRIO DE CAMPO, 13/12/12)

Neste momento, Madureira parecia estar bem mais à vontade e falava bastante comigo. **Comentou que era isso que eu estava vendo que era a Praça da Sé, que aquele moço tinha pegado aquelas roupas numa igreja ali perto e depois vem vender na Praça. (DIÁRIO DE CAMPO, 06/08/13)**

Mais ao final, quando Júnior voltou, a conversa era outra, disse que tinha doado a faca para os policiais e que não iria mais vendê-la na “feira do rolo” porque com faca ele só ia chamar o mal e que ele só queria saber de Jesus, de ser bom com as pessoas, de respeitar mulher casada. Reiterou que era um trabalhador e que estava desde as 2h30 acordado dirigindo caminhão em 28 feiras livres. (DIÁRIO DE CAMPO, 19/09/13)

Hoje o Madureira ficou pouco na “banca”, pois se machucou carregando pacote em uma feira livre no domingo, a mesma onde seu filho Gabriel está trabalhando também aos domingos. (DIÁRIO DE CAMPO, 26/09/13)

Quando estava conversando com Gabriel, chegou um tio dele chamado Paulínio. Gabriel então comentou que ele era uma pessoa boa para eu entrevistar, porque ele “fazia rolo”. Estávamos conversando sobre a “feira do rolo” naquele momento. Nisso, Paulínio assustou-se com a afirmação de Gabriel e replicou dizendo que trabalhava como segurança e só ia lá, na “feira do rolo”, de vez em quando. (DIÁRIO DE CAMPO, 26/09/13)

Observa-se nos trechos acima o quanto as fronteiras entre a situação de trabalho-formal ou não, precário ou não – e a situação de não trabalho são porosas e fluídas, quer dizer, é o engraxate-sapateiro que trabalha como ajudante em uma feira livre no domingo; é o segurança que “faz rolo” de vez em quando, é o pedreiro que vive de “bicos” e também participa da “feira do rolo”; é o desempregado que até a semana passada trabalhava como segurança e hoje está dormindo na rua etc. É o que Telles (2010) define como “mobilidades laterais” do trabalhador urbano contemporâneo que se processam nas dobraduras do legal-illegal. Nesse cenário de um trabalho sem forma fica difícil delimitar onde começa a figura do “trabalhador” e onde termina a do “vadio” ou marginal:

Assim, por exemplo, não é incomum encontrar a figura de um trabalhador, homem ou mulher, que trabalha durante o dia (trabalho precário ou não, formal ou não) e, à noite, em meio a proximidades e cumplicidades tecidas de modo episódico (ou não) a enrolar papéletes de cocaína a serem vendidos no ponto de drogas instalado em seu bairro, sem por isso se considerar (e ser visto) comprometido com o „mundo do crime“. (TELLES, 2010, p.27)

Não obstante, vê-se uma perseguição àqueles que escapam da figuração do emprego, associados às representações da vadiagem (JARDIM, 2004). Como Jardim (2004) aponta: “a despeito da generalização da crise do trabalho e do embaralhamento das situações

ocupacionais” (p. 254), a distinção entre pobres honestos e trabalhadores e vadios ou marginais não deixa de operar. Para além de uma discussão sobre a licitude ou não de certas atividades, como a “feira do rolo” gostaria de ressaltar que a despeito dos “roleiros”, por exemplo, serem trabalhadores, eles não são reconhecidos como tais. O que demonstra que o problema da classificação acerca do trabalho não é restrito às binaridades do formal, informal e ilegal, mas também ao próprio trabalho. Quer dizer, o “roleiro” não é apenas trabalhador porque ele “faz rolo”, mas também porque, em sua maioria, os “roleiros” não são só “roleiros”, mas são seguranças, ajudantes de feira livre, pedreiros etc.

Não obstante eles terem várias ocupações, nenhuma delas parece lhes dar a “identidade social”⁴⁹ (GOFFMAN, 2003) de trabalhador. Como aponta Telles (1993), os indivíduos que não apresentam as credenciais do reconhecimento – ser um “trabalhador responsável, com uma trajetória ocupacional identificável em seus registros, persistente na vida laboriosa e cumpridor de seus deveres” – têm “uma existência indiferenciada na sua ilegitimidade, sempre sujeitos à repressão policial” (TELLES, 1993, p.14). Nesse cenário, a carteira de trabalho aparece como “sinal de respeitabilidade e honestidade que redime o trabalhador do estigma da pobreza” (TELLES, 1993, p.14). Os relatos acima corroboram essa afirmação: Júnior diz que não vai vender mais a faca na “feira do rolo”, pois é um trabalhador já que estava desde as 2h30 acordado, dirigindo caminhão em feiras livres; ou Paulínio que se assusta com a asserção de seu sobrinho que ele “faz rolo”, dizendo que só faz isso de “vez em quando”, seu trabalho é como segurança.

Neste sentido, Telles (2010), discorrendo sobre o universo crescente de ilegalismos no cenário urbano, alerta a respeito da criminalização da pobreza reatualizada sob formas renovadas. De fato, as notícias de jornais expostas anteriormente mostram que aqueles que eram considerados vadios eram, em sua grande maioria, pessoas buscando, por meio de “bicos” ou por trabalhos informais, garantir a sua sobrevivência. Observa-se na Praça da Sé certa continuação dessa lógica, em que mais uma vez fica evidente que o que está na base da distinção entre trabalhadores e vadios é um julgamento moral a respeito da adesão a certa disciplina do trabalho, sem levar em conta a situação do mercado de trabalho e as

⁴⁹A escolha desse termo, ao invés de “status social”, não é aleatória; pois nele se inclui tanto os atributos estruturais, como “ocupação”, mas também atributos como “honestidade”, por exemplo; ambos necessários para a sociedade categorizar os indivíduos (GOFFMAN, 2003).

possibilidades de efetivação do direito ao trabalho⁵⁰(JARDIM, 2004). Vejamos nos trechos abaixo:

Falou algumas vezes que a Praça da Sé é o “coração da cidade”, onde “tudo começou”, se referindo ao nascimento da cidade, disse também que já viu a Praça ser reformada oito vezes. E completa: **“antes não tinha essa perseguição com os vendedores ambulantes, hoje a GCM, Guarda Civil Metropolitana, fica muito mais em cima”**. Penso que é sintomático que eles saibam discernir que quem “fica em cima” do pessoal da “feira do rolo”, dos moradores de rua e daqueles que “trabalham na rua”, é a GCM e não a polícia militar. (DIÁRIO DE CAMPO, 22/08/13)

Ainda sobre a “feira do rolo”, comentei que achava que muitos que estão de passagem pela Praça da Sé, muito provavelmente, não sabem da existência dela, e que às vezes que eu ia conversar com algumas pessoas sobre a feira a maioria não a veem com bons olhos. **Gabriel me respondeu que o pessoal desconfia que seja policial e não falam sobre a “feira do rolo”**. Tal como seu pai falou, disse que o pessoal não conversa ali, nas muretas, com qualquer um. **Perguntei então como funcionava a questão da polícia com a “feira do rolo”**. Ele falou que, de vez em quando, eles levam todas as mercadorias: **“ninguém vai preso, são só as mercadorias mesmo”**. [...] Comentei que quando eu conversei com o Sérgio, ele tinha me falado que havia muito preconceito com o “trabalho de rua”, e questionei se ele concordava. **Gabriel disse que sim, mas que já se acostumou: “às vezes o pessoal, os transeuntes, passam e põem a mão no nariz”**. Disse: **“como assim, põe a mão no nariz?”** Ele me respondeu: **“assim, olham meio atravessado”**. **“Por que você acha que isso acontece”, perguntei. “Acho que é por causa do trabalho de engraxate, de engraxate-sapateiro”, completou.**(DIÁRIO DE CAMPO, 19/09/13)

Nota-se que estar trabalhando não basta para não sofrer preconceito ou deixar de ser perseguido pela polícia, já que determinadas atividades ou não são reconhecidas como trabalho de verdade ou ainda são percebidas como um “comodismo”⁵¹. Nessa “arte do contornamento” em transitar pelas tênues fronteiras do legal-ilegal; formal-informal, é preciso saber jogar com as diversas identidades que informam esses dois universos superpostos, atualizando a famosa “viração” das classes pobres (TELLES, 2010). Mas, como se afirmar enquanto um “trabalhador” aqueles em que as figurações “trabalho” e “emprego” (JARDIM, 2004) estão cada vez mais embaralhadas? Quer dizer, como se afastar do rótulo de “vadio” num mercado de trabalho em que é preciso recorrer, cada vez mais, à atividades situadas nos limite incertos entre o legal, ilegal, o ilícito e o lícito para garantir o “trocado” do dia? É o que será visto a seguir.

⁵⁰ O direito ao trabalho representa “uma espécie de necessidade vital, a única que pode tirá-los [os operariados] da miséria e da dependência” (CASTEL, 1998, p.349), condição superada com o advento da propriedade social nos países europeus ocidentais. Esta forma de propriedade, apesar de não ter abolido a oposição fundamental entre capital e trabalho, a colocou em novos termos, de modo que, mesmo os que estão fora da propriedade privada estão assegurados dos acasos da existência. Como afirma Nardi (2003), “é a propriedade social que torna possível aos indivíduos gozarem de forma igualitária os direitos de cidadão” (p.42).

⁵¹ A palavra “acomodar” foi muitas vezes usada para qualificar os grupos estigmatizados na Praça da Sé. Ela comporta vários sentidos, como será visto no capítulo seguinte.

4.2.3 Quando o trabalho é “meio regular, meio irregular”

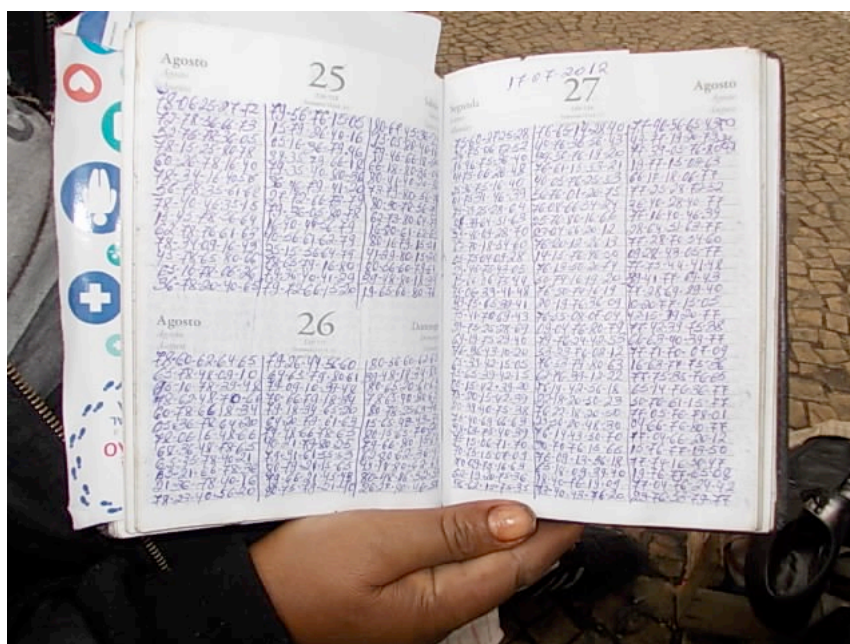


Figura 56 – Os jogos da loteria, a “esperança do sonho” de Madureira. 17/10/2013

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Enquanto algumas profissões, em sua maioria ligadas à norma do emprego, a identidade de trabalhador é garantida, pela simples questão de serem reconhecidas como um trabalho, para outras ela é um objeto em disputa. Quer dizer, é consenso que um funcionário de uma banca de jornal seja um trabalhador, já o mesmo não acontece com os vendedores ambulantes, por exemplo. Esse fato se agrava quando se tem como cenário lugares públicos, como ruas e praças, historicamente associados à práticas de uma gente tida como vadia (FREHSE, 2011b). Neste contexto, os caminhos para se afirmar enquanto um “pobre honesto” (TELLES, 2001), em oposição ao “pobre de tudo” (TELLES, 2001) – identificado ao universo da “viração” das ruas – são múltiplos.

Para o engraxate Mário e o jornaleiro Milton, por exemplo, a Praça da Sé não passa de um local de trabalho em que só se relacionar com os clientes é algo, na verdade, que sua condição de trabalhadores regulares lhes permite. Para aqueles cuja situação não é regularizada, inserir-se numa rede de sociabilidade, saber os códigos do local, é o que pode impedir de serem presos pela polícia, por exemplo. Como aponta Telles (2010), não é coisa simples transitar pelos terrenos do legal-ilegal, trata-se aqui,

De um feixe de códigos, de procedimentos e protocolos, não normativos, não categoriais, sempre situacionais, práticos e relacionais e dos quais depende a passagem por essas fronteiras incertas, ao mesmo tempo em que, em cada situação, se negociam, se definem e redefinem os critérios do “certo” e do “errado”, do justo e injusto, os parâmetros do aceitável e os limites do tolerável. (p. 35)

Assim, nessa dobra do legal-ilegal há determinadas formas de conduta a serem seguidas. Perceptíveis, a começar no contato comigo, enquanto pesquisadora, em que não conseguia permanecer parada por determinado intervalo de tempo sem que alguém se aproximasse perguntando quem eu era, ou dando dicas, como: “não conversar com qualquer um na Praça”. Ou ainda, pela minha dificuldade em ter acesso à alguns tipos de pedestres, em especial, os moradores de rua, que disseram repetidas vezes que estavam conversando comigo somente porque eu estava com o Madureira. É o que se nota também no comportamento exibido pelos engraxates-sapateiros cuja situação “meio regular, meio irregular”, parece explicitar mais essa situação de “margem”. Observemos o Diário:

Comentei que ele tinha sido muito gentil comigo e que não são todos que se mostram dispostos a conversar como ele. Madureira me explicou: “na Praça tem muita gente desconfiada, pois aqui não se pode falar com qualquer um e dizer qualquer coisa, dependendo com quem você fala você vai conversar um dia e do nada te prendem (na conversa com o Tião, o Madureira falou para ele que eu não era policial, nem repórter, que eu era uma “civil”), então, é preciso ter cuidado”. Disse que para ele a Praça da Sé é segura, porque ele chega às 8h e sai às 18h e vai direto para casa: “não fico indo em bar, dando chance para alguém roubar o que eu ganhei no dia”. (DIÁRIO DE CAMPO, 06/08/13)

Sobre a relação deles com os “roleiros”, Sérgio diz que procura não comprar as coisas deles, pois ele não quer dar brecha para a polícia por causa da situação deles (dos engraxates-sapateiros), ali, ser “meio regular, meio irregular”. (DIÁRIO DE CAMPO, 22/08/13)

Tal como no caso dos trabalhadores formais, verifica-se que a manutenção da identidade (social) de trabalhador está relacionado a certa forma de apresentação pública em que determinados comportamentos podem ser exibidos ou não a depender da onde se está no logradouro. Quer dizer, ir embora depois do expediente, permanecer restrito ao seu local de trabalho, não circular por certos espaços da Praça, evitar comprar produtos dos “roleiros”, são exemplos de condutas que devem ser seguidas por aqueles que vivem em uma ampla “zona cinzenta que torna indeterminadas as diferenças entre o legal e extralegal, entre o dentro e fora da lei” (TELLES, 2010, p.31). Modos de conduta que se referem a um controle de informação que o indivíduo observado manipula a fim de definir como os outros vão formular aquela situação (GOFFMAN, 2003). Os outros, no caso, são claramente as autoridades policiais, em que o temor de ser preso ou ter os instrumentos de trabalho apreendido (a

famosa “rapa”) revela não se tratar apenas de comportamentos relacionados a um “se virar”, mas, sobretudo, de contornar duas ameaças que rondam suas vidas: a da violência e a de despencar na condição de “pobre de tudo” (TELLES, 2010).

A despeito de os engraxates-sapateiros estarem numa condição muito mais próxima – em termos socioeconômicos e também afetivos – dos outros trabalhadores irregulares na Praça (em comparação aos regulares), observa-se uma divisão, agora, no interior da clandestinidade, entre eles (trabalhadores) e o restante: os “maloqueiros que não querem saber de nada, não tem responsabilidade” ou os “acomodados, que não querem saber de trabalhar, por isso fazem isso” (alusão à “feira do rolo”). De modo que os engraxates-sapateiros acabam por reproduzir preconceitos dos quais também são vítimas. Como aponta Goffman (2004):

o “normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas [...] e já que aquilo que está envolvido são os papéis em interação e não os indivíduos concretos, não deveria causar surpresa o fato de que, em muitos casos, aquele que é estigmatizado num determinado aspecto exhibe todos os preconceitos normais contra os que são estigmatizados em outro aspecto. (p.117)

Neste caso, a distinção em relação ao restante dos trabalhadores clandestinos não se dá tanto pelo enaltecimento dos frutos que a adesão à disciplina do trabalho gerou, como criação dos filhos, compra da casa própria, honrar as dívidas, mas no que ele representa de sofrimento. Os engraxates-sapateiros se autodiferenciam dos “roleiros”, “baralhadores”, dos moradores de rua, com as afirmações de que eles vão para a Praça de “segunda à sábado das 8h às 18h, faça chuva ou faça sol”, porque eles compram com “o próprio dinheiro a graxa, a cola, para trabalhar”; porque eles “desde pequeno procuraram se virar”: toda uma série de rituais que deixa claro que se vive numa situação de trabalho, distinta da “viração” (JARDIM, 2004). Mesmo que eles próprios chamem de “se virar” suas trajetórias de trabalho, essas se diferenciam da “viração” dos “roleiros” e dos moradores de rua, que estão associados à “práticas de quem não quer trabalhar”. Quer dizer, delimitar as “categorias” dos trabalhadores da Praça da Sé é algo bastante complexo, não apenas em termos do aspecto da natureza do trabalho (formal ou informal), mas também porque no interior de cada uma das categorias há distinções entre os diferentes trabalhos. Mais uma vez, observa-se que a figura do “trabalhador” está ligado a todo um universo de representações, em que o fato, em si, de estar ou não estar trabalhando é, apenas, mais um elemento dentre vários outros igualmente definidores.

Nota-se que, se, por um lado, as falas dos engraxates-sapateiros os aproximam dos trabalhadores regulares, por outro, elas se distanciam deles na medida em que não se trata de discorrer sobre a positividade do trabalho como gostar do que se faz, reconhecer a profissão de engraxador como a mais “tradicional e antiga na Praça da Sé”, conseguir por meio dos seus ganhos pagar a educação dos filhos; comprar uma casa própria ou “ter um dinheiro no banco”—elementos que contribuem para dotar o trabalho de sentido e para afirmação de uma identidade de trabalhador (JARDIM, 2004). O trabalho para os engraxates-sapateiros, no limite, não passa de uma falta – de ser reconhecido como trabalhador; de ganhar o suficiente para poder “comprar as coisas bonitas na (avenida) paulista”; de ter uma referência mais estável que lhes permita chamar o que fazem de “profissão” etc. Como afirmou Madureira diversas vezes: “trabalho, é trabalho, não tem essa de gostar. Ninguém trabalha porque gosta, mas porque precisa”.

Neste contexto, não é de se espantar que os programas televisivos tenham tanta importância entre eles enquanto aquilo que fornece visibilidade e, também, como o meio para sair dali, por meio dos prêmios de uma casa própria ou do recebimento da quantia de “um milhão”. Parece que a adesão a uma vida de trabalho para os engraxates-sapateiros é sobretudo informada por uma questão de necessidade, no sentido de provimento de recursos materiais, do que propriamente pelo que o trabalho, enquanto instância moral, representa. Ao passo que para os trabalhadores regulares o valor de suas ocupações parece se aproximar da noção de trabalho trazida por Jardim (2004) relacionado a “maior segurança e estabilidade, à relações de trabalho menos arbitrárias e a benefícios sociais” (p.258), cujos valores não estão restritos ao presente, mas aparecem sobretudo ligados ao futuro. No caso dos engraxates-sapateiros o trabalho é antes de tudo, um “labor”, no sentido que se consome no próprio fazer (JARDIM, 2004); se aproximando do que Sato (1991) denominou de “trabalho penoso”:

Compreende-se que o trabalho em si implica esforço, no entanto, quando qualificado como “penoso”, quer-se dizer que além do esforço característico do trabalho há um “a mais” que o transforma em castigo, punição, desconforto e sofrimento. Parece, portanto, que o “trabalho penoso” comporta uma dimensão quantitativa – a mais – e outra qualitativa, dado que a característica do trabalho é transformada. (p.13)

Desse modo, os relatos dos engraxates-sapateiros esclarecem que se, por um lado, sua ocupação lhes permite a identificação com o universo do “pobre honesto” (TELLES,

2001), por outro, fatores como a precariedade do trabalho e a situação irregular, acabam por configurar uma identificação prenhe de contradições. Tal como vê-se no trecho abaixo:

Perguntei para Madureira se ele tinha relação com os moradores de rua da Praça e ele me falou que não, no máximo um cigarro, um trocado e que “é cada um na sua”. Diz que muitos estão na rua porque perderam o contato com a família, ou porque a mulher os expulsou ou por traição ou por estarem desempregados, mas a maioria é “porque não quer saber de pagar luz e água. Para pagar luz e água, tem que trabalhar né. Então eles preferem ficar na rua mesmo”. Nisso chegou um senhor descendo do ônibus pela porta da frente, de muletas aspecto de quem mora na rua, já gritando o nome dele, e ele comenta: “olha esse aí, já me cumprimenta do ônibus” (curioso que ele tinha falado que não tinha contato com os moradores de rua). [...] **Falou que isso que eu estava vendo que era a Praça da Sé, que aquele moço pega as roupas na igreja, bem cedo, e depois vem para a Praça vendê-las. Perguntei se ele achava que isso era trabalho, no que ele me respondeu: “sim, pois trabalho é tudo aquilo que você faz e em troca recebe dinheiro. Pedir dinheiro na rua é trabalho, o cara tem que saber cativar, conversar para conseguir dinheiro, isso é trabalho”. Comentei que muitas pessoas não pensam assim, e ele me respondeu: “cada um vive do jeito que dá, que enquanto não está roubando, está se virando para sobreviver, está trabalhando. Cada um se vira como pode. Além do mais, não vou achar uma coisa errada que eu mesmo faço”.** (DIÁRIO DE CAMPO, 06/08/13)

Ao mesmo tempo em que Madureira apresenta um discurso muito próximo dos trabalhadores formais – que enxergam a situação dos moradores de rua como uma questão de preferência por não trabalhar, por isso ficam na rua – logo em seguida, ele nega o que acabou de dizer, afirmando que “fazer rolo” e até pedir dinheiro na rua deve ser considerado trabalho, que são práticas não de uma gente vagabunda, mas de uma gente que tem que “se virar como dá”. Nota-se que, em nenhum momento, ouvi dos relatos dos trabalhadores formais da Praça algo parecido. Penso que o principal motivo dessa compreensão ambígua em relação à “viração”, quase sempre identificada à vadiagem, está presente na própria fala do Madureira quando ele diz: “eu não vou achar errado uma coisa que eu mesmo faço”. Quer dizer, o Madureira não está falando do “outro” distante, mas também de uma parte dele próprio. No ambiente da Praça ele também sofre preconceito, ele também tem que se preocupar com a polícia, ele também “faz rolo” e recorre a “bicos” para complementar os ganhos insuficientes do seu trabalho de engraxador. É inegável que isso acabe por fornecer outra perspectiva acerca daqueles que são estigmatizados como vadios, mesmo que ele também o faça.

Além do mais, trata-se de pessoas que fazem parte do seu cotidiano na Praça, alguns são, inclusive, seus familiares: é o “Dedé do malote” – seu conhecido, que hoje “faz rolo” depois de gastar todo o dinheiro que roubou de um assalto a banco na década de 80 –, é o “Capixo” – seu sobrinho, que faz “bico” nas feiras livres, vende canivete na “feira do rolo” e que já foi preso “por matar”; é o Paulínio – seu primo, tio do Gabriel, que enquanto espera

sair uma indenização por acidente de trabalho, faz “bico” de segurança e às vezes “faz um rolo” etc. É como se o Madureira estivesse exatamente na linha divisória que separa os dois universos – do legal e ilegal – da Praça da Sé: nem totalmente lá, nem totalmente cá. Essa situação limítrofe também pode ser observada no que diz respeito à ética do trabalho, entendida tanto como “código normativo que age como dispositivo disciplinatório e de sujeição da força de trabalho” [...] quanto “como processo identificatório que está relacionado ao reconhecimento social do trabalhador como cidadão” (NARDI, 2003, p. 53). Vejamos nos trechos abaixo:

Madureira diz que sempre trabalhou, que o pai dele ensinou ele a “se virar”, diz que já prestou vestibular na USP, mas não passou na segunda fase e que também fez por 6 meses matemática numa faculdade privada em Mogi. **“Sempre estive atrás de fazer algo, de trabalhar, de levar uma vida digna.** O Tião fala que quer muito uma companheira para sair da rua, mas ele não faz acontecer, ele fica aí. **Mas você sabe que senão fosse a minha família, eu não teria feito tudo o que eu fiz, talvez eu estivesse por aí também. A família faz as coisas terem sentido na vida de um homem. Mas eu vivo com “a esperança do sonho”, e me mostrou todos seus jogos na mega-sena que ele anota em uns cadernos e também uma reportagem sobre um homem que tinha ganhado uma quantidade boa de dinheiro em uma casa lotérica ali perto.** (DIÁRIO DE CAMPO, 06/08/13)

Contou que o Gabriel começou a trabalhar de domingo numa feira livre, na parte de peixe, e eu perguntei para o Gabriel se estava gostando do seu novo trabalho, no que Madureira respondeu: “não tem essa de gostar, trabalho é trabalho, ninguém trabalha porque gosta, mas porque precisa. O trabalho traz dignidade, mas se eu pudesse não trabalhava mais. São poucas as pessoas que trabalham porque gostam, enquanto eu não ganhar na loteria e comprar uma casa, eu sigo aqui na Praça”. (DIÁRIO DE CAMPO, 19/09/13).

Apesar de Madureira afirmar que sempre procurou “se virar” e “levar uma vida digna” (neste sentido ele é um trabalhador, ao contrário do morador de rua Tião que segundo Madureira “fica por aí”), ele diz que aquilo que lhe mantém essa condição não é o trabalho em si, mas o fato dele ter uma família, dele não ter casa própria, de não ganhar na loteria...Nota-se que a questão da família se destaca, pois é por causa dela que Madureira não apenas não “está por aí”, mas é o que “faz as coisas terem um sentido”. Para Telles (1993), a família representa uma garantia ética numa realidade em que tudo parece ameaçar as chances de se ter uma vida digna:

Numa sociedade que não abre lugar para o indivíduo e o cidadão, uma sociedade na qual a insegurança, a violência e a incivilidade são a regra da vida social, é em torno da família que homens e mulheres constroem uma ordem plausível de vida: é espaço que viabiliza a sobrevivência cotidiana através do esforço coletivo de todos os seus membros; é espaço no qual constroem os sinais de uma respeitabilidade que neutraliza o estigma da pobreza; é espaço ainda no qual elaboram um sentido de

dignidade que compensam, moralmente, as adversidades impostas pelos salários baixos, pelo trabalho precário e pelo desemprego periódico. (TELLES, 1993, p.16)

É o que se nota no trecho abaixo:

Comentei com o Madureira que nunca o tinha visto na parte de cima da Praça, no que ouço: “eu vou fazer o que ali? Eu não posso ficar indo ali, senão a polícia fica de olho em mim, acham que eu estou indo lá para comprar (em alusão à feira do rolo). Aqui, é cada um por si, se eu precisar de uma garrafa de água ninguém vai dar, mas também não vou pedir, somos amigos aqui, mas a briga é por cliente. Só confio em meu filho. Sou eu e ele, mais ninguém. O Gabriel tem sua banca aqui, para ele aprender a se virar sozinho”. (DIÁRIO DE CAMPO, 19/09/13)

De qualquer modo, entendo que há limites de adesão aos valores de uma ética do trabalho para aqueles que sempre tomaram parte no mundo laboral de modo “marginal, incompleto e não inteiramente legítimo” (JARDIM, 2004, p.30), ainda que se dê de uma maneira estritamente pessoal. É clara a diferença em termos do sentido e do valor do trabalho entre os trabalhadores formais que, a despeito de ter ouvido algumas vezes que eles “se acostumaram” com seu trabalho ali na Praça da Sé, demonstrando também um aspecto da penosidade do trabalho (SATO, 1991), em nenhum relato eles afirmaram que deixariam de trabalhar se pudessem. Isso pode estar relacionado ao que Martins (2009) afirma em que o processo que chamamos exclusão não cria mais pobres que antes conhecíamos e reconhecíamos; ele cria duas “humanidades” numa mesma sociedade: os integrados e a “subumanidade”. Os integrados abrangem ricos e pobres que estão inseridos no circuito reprodutivo das atividades econômicas, além do mais têm direitos reconhecidos e têm seu lugar social garantido no sistema de relações sociais, econômicas e políticas; já a “subumanidade”, refere-se a “uma humanidade incorporada no trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços, mal pago ou, até mesmo, excuso” (MARTINS, 2009, p.35-36). Para o autor, essa “subumanidade” baseia-se “em insuficiências e privações que se desdobram para fora do econômico. As pessoas podem até ter dinheiro (e até muito decorrente de atividades ilícitas), mas estão à margem. [...] São tratados como cidadãos de segunda classe e sabem disso” (MARTINS, 2009, p.36).

Foi visto que a Praça da Sé constitui-se de um palco de variados “usos” por parte

de seus habitantes, que acabam por configurar distintas vivências no logradouro, em particular, no que se refere ao modo de interação entre os não transeuntes, de maneira que há não uma, mas múltiplas “Praças da Sé” conforme se circula pelo logradouro e conversa com seus mais variados frequentadores. Essa multiplicidade também se estende em relação à temática da vadiagem, em que verifica-se a coexistência de diferentes pontos de vista alocados num mesmo espaço físico. Neste contexto, a natureza do trabalho que se exerce na Praça se mostrou como um aspecto determinante, em que são produzidas cisões entre os universos do formal – informal, do legal-ilegal; de um lado, os trabalhadores formais em oposição aos trabalhadores informais; de outro, agora, no interior da clandestinidade, entre aqueles que estão situados na margem entre esses dois universos (no qual os engraxates-sapateiros representam um exemplo típico) em relação aos trabalhadores totalmente irregulares. Um ponto em comum entre ambas parece ser que todos estão fugindo da pecha da vadiagem, num cenário em que o emprego é realidade de poucos e no qual as fronteiras entre o formal, informal e até ilícito estão cada vez mais indeterminadas (TELLES, 2010).

À primeira vista poder-se-ia argumentar que essas cisões se referem a trabalhadores e não trabalhadores, mas o que foi ficando claro conforme se avançava o trabalho de campo na Praça da Sé é que ninguém está ali “à toa”, todos estão de alguma forma buscando meios de garantir a sua sobrevivência. Quer dizer, a maior parte dos “baralhadores” da Praça estão, por meio do jogo de baralho, buscando ganhar um dinheiro, tal como os “roleiros” que vendem roupas e alimentos doados por uma igreja localizada nas redondezas. E mais que isso, o “baralhador” e o “roleiro”, na verdade, não são somente “baralhador” e “roleiro”, eles também são ajudantes de feira livre, seguranças, pedreiros etc. Ilustrando o que Telles (2010) denominou de “mobilidades laterais” do trabalhador urbano contemporâneo, que acaba por borrar as fronteiras do formal, informal e até do ilícito, para complementar os ganhos insuficientes do seu trabalho.

Compreendo que o cerne da questão é que há determinados modos de “ganhar a vida” que são condenados, porque não são reconhecidos como trabalho, ao contrário, são identificados com o universo da vadiagem. Ackermann (2007) fala sobre um “mundo invisível” do informal, “onde são realizadas diversas atividades que visam a garantir a satisfação das necessidades de sobrevivência desses trabalhadores” (p.38). De fato, o que eu mais encontrei, na Praça da Sé, foram pessoas buscando, por diversas formas, garantir a sua

sobrevivência⁵², o que parece estar em jogo é uma disputa em torno do que as pessoas entendem por trabalho e por trabalhador. Como aponta Telles (1993):

Parece que claro que salários baixos, instabilidade, desemprego e subemprego são circunstâncias geradoras de pauperização. Porém, esta não significa apenas degradação de condições materiais de vida. Pois esses trabalhadores [...] no limite, perdem o estatuto mesmo de trabalhador [...] Presentes no mercado de trabalho, suas identidades não se completam inteiramente, já que são privados dessa espécie de acabamento simbólico implicado no exercício de direitos e na prática da representação sindical, acabamento simbólico que constrói parâmetros de semelhança, identificação e reconhecimento⁵³. (TELLES, 1993, p.13)

O que, até agora, o trabalho de campo, na Praça da Sé parece mostrar é que o estigma da vadiagem funciona, na atualidade, como um mecanismo duplamente condenatório aos setores pobres: de um lado, ao excluir uma parcela considerável da população que encontra, prioritariamente, no circuito informal da economia, o espaço para garantir a própria reprodução; de outro, ao tornar invisível os diversos “expedientes de sobrevivência” (TELLES, 2010) que os trabalhadores (formais ou informais) buscam diante da precariedade das ocupações.

⁵²Segundo Spink (2008 *apud* SATO, 2011), as “atividades cotidianas que visam auferir algum recurso para sobreviver, que dão corpo à economia popular e que escapam às relações de trabalho formalmente reconhecidas e reguladas pelo Estado”, referem-se ao que o autor irá denominar de “nanoeconomia”. (p. 235)

⁵³ Grifo meu.

CAPÍTULO V APROFUNDAMENTO SOBRE OS “ACOMODADOS” DA PRAÇA DA SÉ

O capítulo anterior trouxe elementos para conhecer um pouco mais sobre a Praça da Sé, quem são os grupos que a frequentam (transeuntes e não-transeuntes), que atividades se desenrolam ali, suas características e localização física. Foi visto também que apesar de ser uma praça só, é possível ter vivências completamente distintas naquele espaço que acabam por fazer da Praça da Sé limitada, fisicamente, mas múltipla em seus usos. Dentre os variados usos, voltei meu olhar para as atividades de trabalho que abrangem desde práticas legais até ilegais. Observou-se que há uma hierarquia em termos de reconhecimento entre os diversos trabalhos que se desenvolvem ali, começando pelos trabalhos regularizados, vistos como “trabalhos de verdade”, os mais ou menos regulares ou “trabalhos tolerados” e os totalmente irregulares, não reconhecidos como trabalho.

Neste cenário, destacam-se dois grupos claramente estigmatizados pelos outros habitantes da Praça: os “roleiros” e os chamados “moradores de rua”. Essa plêiade de pedestre que são identificados por apresentar um comportamento de “deixar-se ficar” (FREHSE, 2011b) ou nos termos dos entrevistados, de “ficar aí” nas muretas ou no chão da Praça da Sé, são vistos como uma “gente que não quer saber de trabalhar” e também como uma gente perigosa, em seus hábitos e comportamentos. Dessa maneira, este capítulo irá aprofundar os sentidos em torno das categorias desses trabalhadores vistos como “acomodados”, que, como será visto, ultrapassa a questão da suposta ociosidade, mas está explicitamente vinculado à transgressão de normas sociais. Para tanto, utilizarei não apenas dos relatos dos trabalhadores da Praça, mas também de outras categorias de usuários do logradouro, como os aposentados, moradores do centro e também dos próprios estigmatizados.

5.1 “Falar em Praça da Sé, é falar em maloca”

Uma das minhas preocupações anteriores ao trabalho de campo era de como iria abordar a minha temática de estudo, estava com receio de ofender alguém ou de enviesar a conversa, obtendo “informações caricaturais” (SATO & SOUZA, 2001). Entretanto, logo nas primeiras idas a campo percebi que não iria ter maiores dificuldades em como abordar o tema da minha pesquisa, já que o mesmo está “colado” ao ambiente da Praça da Sé, no sentido que a presença de um perfil de pedestre – aquele que exhibe o comportamento de sentar-se ou

deitar-se nas muretas ou no chão, em contraposição a passagem regular dos transeuntes-
evocou representações ligadas à vadiagem.

Como aponta Frehse (2011a) o comportamento de permanência física regular nas ruas e praças revela sobre uma “gente que se caracteriza por fazer da rua o núcleo espacial absolutamente referencial de seu cotidiano” (p.11), para fins de trabalho, alimento, moradia e sociabilidade. Segundo a autora (FREHSE, 2013) setores marginalizados habitam as ruas e praças do centro histórico de São Paulo “em função de uma condição social de extrema privação, pobreza e marginalização social” (p.9) - algo típico dos países de terceiro mundo marcados por profundas desigualdades sociais. Observemos novamente a foto abaixo, em que pedestres estão sentados e deitados em torno das muretas:



Figura 56 – Grupo de não-transeuntes

Fonte: ARQUIVO DA AUTORA

Nota-se que trata-se, em sua maioria, de homens, mulatos ou negros, pobres, a maioria desempregado, muitos moradores de rua e, em menor número, usuários de drogas. Na foto é possível ver sacos plásticos de cor preta e também cobertores, aludindo ser na Praça o lugar que eles encontram moradia e também recursos econômicos; já sabemos que é ali, no entorno das muretas, que acontece a “feira do rolo”. Assim, esses pedestres tem em comum o fato de estar buscando na Praça os meios para garantir a sua sobrevivência física e também

psicológica:

É neste espaço que os não-transeuntes encontram trabalho, alimento, conhecidos, amigos; um local para descansar, onde não faltam vias de se aliviar inclusive fisicamente. É ali que eles acham sentido para suas vidas de todo dia; quando não também um lar. (FREHSE, 2011a, p, 11)

De modo que a coexistência entre esses frequentadores da Praça com outros usuários do logradouro (incluindo transeuntes e não-transeuntes) gerou reações curiosas como os termos utilizados para se referir a essa plêiade de pedestre sugerem: “bando de gente”; “pilantras”; “gentarada”; “maloqueiro”, “malandros”, “maldita raça”; “malocas”; “nóias”, “oportunistas”, “vagabundos”. Como observa-se no Diário:

Encostei em uma mureta e, cerca de 5 minutos depois, chegou um senhor, colocou um jornal para sentar em cima e me disse: **“como tem gentarada hoje aqui!”** (Diário de Campo, conversa com um aposentado, 20/08/12)

“São Paulo já foi a terra de ganhar dinheiro, até a década de 80, quando isso aqui era a Praça da Sé, **porque hoje para mim isso é um lixo**. Antes tinha até cinema, mas depois que fizeram o metrô... O centro está tudo relaxado, ninguém dá valor [...] **Antes tinha um monte de marreteiro [vendedor ambulante] por aqui, a prefeitura foi e tirou, mas pelo menos o marreteiro estava trabalhando, se virando para comer, agora esse pessoal não tem jeito, se acostumou mesmo.** [...] **falar em Praça da Sé hoje, é falar em maloca.**” (Diário de Campo, conversa com um trabalhador da região, 04/09/12)

Perguntei como era São Paulo do tempo dele, ele me falou que achava que era melhor, que: “a Praça não tinha esse bando de gente não” e que não podia andar em dois ou em três que já chegava policial: “era a ditadura”. (Diário de Campo, conversa com um aposentado, 13/07/12)

Lamentou repetidas vezes sobre o estado que a Praça da Sé está, que tem vergonha de quando os estrangeiros vêm visitar a Praça. **Acha que a Praça da Sé “é só vergonha”, e que corro o risco de ser confundida com uma prostituta; da mesma forma ele, que se alguém o vê lá no meio de: “um bando de nóia tudo com um copo de pinga na mão, vão achar que eu tô no meio”.** **Alerta-me que a Praça depois das 19h é muito perigosa**, e que tenho que pedir para um policial acompanhar. (DIÁRIO DE CAMPO, conversa com um aposentado, 29/08/12)

Vê-se nos relatos acima que a presença dos constantes habitués da Praça da Sé é vista como fator de degradação, “um lixo” e também de perigo. Para Frehse (2013), a representação da Praça da Sé como “lugar de perigo”, concorda com a representação vinculada nos jornais paulistanos da década de 1990, em que várias notícias sobre o aumento da violência, a presença de “marginais” e de “camêlos”, são vinculadas. O que remete, na verdade, a uma representação anterior em que a “crescente popularização do centro é

diretamente proporcional à proliferação de imagens de sua suposta ‘deterioração’, ‘degradação’, termos que medeiam as intervenções do poder público no centro desde os anos de 1970 [...]” (FREHSE, 2013, p. 160). Observa-se também que o ambiente da Praça – “sem ordem e sem limite”- é vista como um lamentável “facilitador” para a permanência desses tipos humanos que encontram nos centros históricos das grandes cidades maiores recursos para sobreviver. O que, para muitos entrevistados, é fonte de vergonha em mostrar a praça para os turistas, os estrangeiros e até mesmo em ser confundido com os “nóias”⁵⁴.

Os relatos acima se aproximam do que Telles (2001) denominou como a “figura do necessitado” presente em nossa sociedade, que faz “da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida cotidiana e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade” (p.26). Neste sentido, Goffman (2004) afirma que os membros de classe baixa muitas vezes se verão como indivíduos estigmatizados, já que trazem a marca de seu status na linguagem, aparência e gestos, e que descobrem através das nossas instituições públicas que são cidadãos de segunda classe. Assim, os representantes dessa categoria social em grande parte das vezes se sentirão “inseguros sobre a recepção que os espera na interação face-a-face, e profundamente envolvidos nas várias respostas a essa situação” (GOFFMAN, 2004, p.123). É o que se observa nos trechos abaixo:

Fomos direto para as muretas, achamos um pedaço que não estava ocupado e sentamos. Novamente, a mesma sensação de nos sentirmos observados, mas creio que nós também observamos ao nosso redor, de forma que, essa sensação pode ser para os dois “lados”. Dessa vez, no entanto, teve um reconhecimento da parte do meu colega que comentou comigo que achava que conhecia “aquela menina”. Era uma moça, que devia ter por volta dos 18, 19 anos, branca, com os cabelos claros, que estava com uma camiseta branca curta, ela destoava da paisagem. Ela estava ali no meio da “feira do rolo” e olhou em direção a nós e reconheceu meu colega. Veio, então, em nossa direção, e disse: “oi tio, você lembra de mim?”. Meu colega respondeu que sim. Ela ficou ali com a gente de 5 a 10 minutos, perguntou para o Carlos se ele ainda trabalhava com os menores, contou que tinha ido comprar um sabonete pois onde ela toma banho estava sem, mas que ela não comprou o que ela gostava, que era o “dove”, mas o que era o mais barato. Falamos que estávamos ali fazendo um trabalho, e ela me perguntou se eu era daquelas pessoas que: “acha a gente [morador de rua] um lixo”. (DIÁRIO DE CAMPO, 01/11/12)

Gabriel então gritou para mim da sua cadeira: “conversa com aquele ali, ele tem 10 anos de Sé”. [Esse “cara” que Gabriel se referiu, chama Guto e, segundo Gabriel, é skatista, cantor e “vive do rolo”, como Madureira e Gabriel depois me contaram]. Depois que ele falou isso, Guto ficou me olhando e o Madureira e o Gabriel começaram a dar risada, brincando: “olha, a cara dele”. E eu quieta. Nisso o

⁵⁴ Neste contexto, o termo “nóia” refere-se aos usuários de drogas.

Guto disse, sem sair da onde estava: “ela ta me achando feio, o pessoal da faculdade é tudo gente bonita. Na fila do centro cultural [alusão ao Centro Cultural Banco do Brasil, que fica há poucos metros dali] só tem gente bonita, só o segurança é feio. Mas eu conheço Kafka, Montesquieu que fala sobre a arte que eleva a gente. Você sabe quantas faculdades eu tenho? Tenho três, só a última que não terminei. Comentei: “bacana, Guto”. E ele: “gente feia também sabe as coisas, tem instrução”. Nisso, pegou seu skate e foi embora. (DIÁRIO DE CAMPO, 29/08/13)

Nos casos ilustrados acima, percebe-se o que a menina conhecida do meu colega, denuncia que ela é vista como um “lixo”, já Guto, que é negro, diz saber ser “gente feia”, mas afirma não ser ignorante (ou seja, gente feia é vista como ignorante), e sim ter instrução, tal como a “gente bonita” identificada na minha figura. Referem a atributos- ser morador de rua e “gente feia”, ambos pobres- que os afastam daquele que são tidos como os “normais”. Segundo Goffman (2004), a definição de quem é ou não normal é dado pela própria sociedade que estabelece “os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (p.5). Assim, quando nos encontramos com um “estranho” buscamos, através da primeira impressão, formular sua identidade social, que inclui sua categoria e atributos- como honestidade e ocupação. Baseada nessas pré-concepções fazemos certas exigências- “expectativas normativas”- sobre o que determinada pessoa “deveria ser”, o que o autor (GOFFMAN, 2004) denominou de identidade social virtual, em contraposição a categoria e atributos que o indivíduo de fato possui, sua identidade social real.

Quando surge alguém com um atributo com um efeito de descrédito muito grande que o torna diferente de outros, este passa a ser visto não mais com uma pessoa comum e completa, mas uma pessoa reduzida e estragada. Tal característica é o que Goffman (2003) vai denominar como “estigma”, que está inscrita, sempre, num contexto:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confiar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. (p.6)

Assim, o que vai determinar um atributo ser considerado um estigma, não é ele por si mesmo, mas o contexto de relações no qual ele está inserido. No contexto da Praça da Sé é claro que a pobreza é vista como um estigma, a qual não é apenas definida pelas suas marcas aparentes- como trajés, odor, dentição- mas também através dos comportamentos

como- sentar ou deitar-se nas muretas ou no chão, o “ficar aí”; portar bebida alcoólica; estar embriagado; pedir esmola; aceitar doações de alimentos ou cobertores; participar da “feira do rolo”- amplamente condenados pelos demais usuários da Praça. Parece ser um insulto ver essa pobreza não moralizada em seus comportamentos: um “bom” pobre não necessita de caridade alheia, não fica “á toa” em praças públicas, não porta “um copo de pinga na mão”... Quer dizer, há uma expectativa por parte da sociedade do que é “ser pobre” e, penso que parte dos pobres da Praça da Sé não cumprem os requisitos exigidos. Como bem coloca Goffman (2004), a questão do estigma só surge quando “há alguma expectativa, de todos os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la” (p.9)

Neste sentido, destaca-se a alta frequência com que ouvi a palavra “acomodado”, para qualificar esses pobres que incomodam, sugerindo esse ser um atributo em comum entre todos indivíduos estigmatizados, além da pobreza, é claro. Por certo, o fato de as conversas terem se dado num espaço público foi essencial para que certos discursos viessem à tona, e era essa a proposta. A contraposição entre esses pedestres que se “deixam ficar” (FRESHSE, 2011b) numa importante praça de São Paulo em dias e horários marcados pela pressão do trânsito e da circulação de pessoas e mercadorias, torna mais provável o aparecimento de um discurso que toma a suposta ociosidade como sinônimo de vagabundagem. Como afirma Goffman (2003):

Quando normais e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns do outro, [...] ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia, porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma. (p.15)

5.2 Os sentidos do “acomodar-se”

Como disse anteriormente o termo que mais ouvi em campo para se referir a certos tipos humanos responsáveis pela degradação da Praça e também por torná-la um lugar perigoso, foi “acomodado”. O curioso é que ele enseja distintos sentidos e também perspectivas em torno do “acomodar-se”. Segundo o dicionário Aurélio, o verbo “acomodar” refere-se ao ato de conformar-se com determinada situação. (<http://www.dicionariodoaurelio.com/Acomodar.html>). Na Praça da Sé, o “acomodar-se” refere-se a um “acostumar-se a

ficar aí [na Praça]”, identificado pelas pessoas como sendo provocado por inúmeros fatores como: falta de empenho em arranjar emprego, por preferência pessoal, pelas “mordomias” que a Praça da Sé oferece, por pura “malandragem”, pelo vício em álcool e outras drogas etc. Neste cenário o “ficar aí” é equivalente a não estar trabalhando, de modo que aqueles indivíduos que são classificados como “acomodados” ensejam representações ligadas ao universo da vadiagem.

Por outro lado, o “acomodar-se” também pode ser visto como uma estratégia de resistência à disciplinarização, frente a uma lógica que prega a igualdade de oportunidades, mas na prática recompõe as desigualdades existentes. E não somente desigualdade em termos de classe, mas também de reconhecimento do outro enquanto um sujeito portador de direitos e deveres, como os depoimentos daqueles que sofreram preconceito pela sua cor em processos seletivos de trabalho demonstram.

Com o intuito de expor algumas das principais características desses discursos em torno do “acomodar-se”, selecionei três trechos de relatos em específico. O primeiro diz sobre um aspecto encontrado em quase todos os discursos: a forte presença de explicações de caráter psicologizante para os fenômenos sociais; nesta perspectiva o “acomodar-se” é visto como uma questão de escolha. Já o segundo aspecto refere-se à problemática do recebimento de ajuda por parte de terceiros (caridade) e também pelo Estado (políticas de assistência social); aqui, o “acomodar-se” é visto como uma consequência das muitas “mordomias” disponíveis no espaço da rua.

Estes dois aspectos, na verdade, estão muito interligados, pois em ambos prevalece a ideia de que aquele que está “á toa” na Praça é porque quer, sendo o recebimento de ajuda uma celebração dessa máxima. O intuito de trazer essas duas cenas foi de enfatizar justamente estes aspectos (complementares) que se sobressaíram em praticamente todas as falas ouvidas em campo. Por fim, o último relato é uma espécie do “outro lado” da história, pois se refere a um depoimento de um morador de rua que se auto-intitula como um “acomodado” não como algo a se envergonhar, mas como fruto de sua escolha. Aqui são trazidos alguns elementos que permitem problematizar os relatos anteriores.

5.2.1

“Tem gente que tem vontade de trabalhar, tem gente que não tem”: o “acomodar-se” por uma questão de escolha

Olhei um senhor que estava sozinho parado no meio da Praça e cheguei falando boa tarde e perguntei se ele vinha sempre na Praça da Sé. Ele me respondeu que sim, pois ele trabalha ali perto e me perguntou por que eu queria saber. Respondi que eu estava fazendo um trabalho de faculdade e ele perguntou: “trabalho de quê”? Disse que era uma pesquisa sobre a Praça da Sé e sobre a questão do trabalho, nisso ele me interrompeu e disse: “emprego tem, o nego que não quer trabalhar. Muitos que estão por aí se acomodaram e não querem saber de trabalhar. Emprego está cheio”. Disse que estava querendo entender porque isso ocorria, Benê então me responde: “é como o ditado diz, o cara não quer trabalhar porque vai ganhar pouco, mas acho que tem que começar porque depois você pega um serviço melhor e fazendo a conta você tira um dinheiro no final do mês. Sei que o dinheiro que é pago é pouco, quando eu procuro gente para trabalhar [Benê trabalha na área de construção civil] o cara chega e pede 100, 00 conto por dia, mas não dá porque o cara não é registrado, daí eu ofereço uns 30, 40 conto por dia, mas aí o cara não quer. Mas se você for trabalhar uma semana ganhando isso, você ganha 200,00 reais, dá para você se virar. E depois você arranja outra coisa melhor, mas tem cara que não quer trabalhar”.

Perguntei no que ele trabalhava, ele me disse que trabalhava “por conta”. Contou que ao chegar a São Paulo, trabalhou 15 anos em uma firma e depois de 15 anos trabalhando não tinha conseguido nada, pagava aluguel, ou seja, não tinha conseguido comprar casa própria. Então chegou um dia e falou para o patrão que estava de “saco cheio” da cara dele e de sustentá-lo, que o filho e a mulher dele [do patrão] tem carro, o filho é advogado e ele não tinha nada, “nem uma bicicleta”. E avisou que não ia mais, e que depois voltava para buscar o dinheiro dele, e que ia começar a trabalhar para ele. E foi quando ele começou, em 2 anos que ele trabalhou por conta conseguiu comprar uma casinha. No que ele conclui: “a pessoa tem que ter coragem e vontade, senão vai morrer trabalhando para os outros”. Diz que está com 72 anos e trabalha até hoje, “ta certo”? Os filhos estão todos criados, mas tem gente que não quer trabalhar, diz que sabe disso porque quando precisa de gente para ajudá-lo, o cara vai dois dias e diz que não vai vir mais. Pondera dizendo que: “é fato que o negócio está feio diz, que hoje em dia dinheiro não tem valor, que você pode ganhar, mas a mercadoria está cara, o aluguel muito caro, a água, o gás. Quem manda aqui são os estrangeiros, a gente não manda em nada. Eu tenho dó desses caras, mas ele num querem saber mesmo de trabalhar. Que nem a turma que leva eles pra dar banho, dar roupa, amanhã eles voltam tudo para cá, o padre daqui dá a cobertura e eles pegam e vendem a cobertura, que custou 50,00 conto para ajudar eles e eles pegam e vendem por 5,00 reais. Quer dizer, eles não querem nada, eles querem ficar aí, deus me livre falar isso, mas eles gostam [de ficar aí]”.

Aproveitei o gancho e perguntei onde ele morava e disse que era do interior de São Paulo, e diz que veio com 12 anos e que daqui não sai, e aos 16 anos conheceu a esposa que trabalhava em um mercado na rua 15 de março. Conta que começou fazendo limpeza de prédio e que “foi indo e foi crescendo”. Aonde abria vaga ele ia, mas que hoje em dia ele trabalha para ele, “chega de ser escravo dos outros”. Disse que tem uma filha que fez faculdade e que hoje ela ganha “dois mil reais sem fazer nada, que entra às 8:00 da manhã e quando é 12:00 está em casa. Mas por quê? Pela força de vontade e porque estudou”. Completa dizendo: “quem tem força de vontade vai para frente. Então eu acho que quem está desempregado é porque quer, porque se você colocar numa barraquinha qualquer coisa você vende, principalmente coisa de comer. Daí quando você vê está com 20,00 reais e não precisou pedir nada para ninguém. Então tem que

gente que tem vontade de trabalhar e tem gente que não tem. Sei disso porque tantas vezes ajudei o pessoal que fica aqui na Praça, oferecendo serviço e eles não querem, pois é sábado ou domingo, eles preferem ficar na Praça pedindo um dinheiro para comprar uma pinga, uma comida, há um tempo até dormiam dentro da Catedral. Antes tinha um monte de marreteiro [vendedor ambulante] por aqui, a prefeitura foi e tirou, mas pelo menos o marreteiro estava trabalhando, se virando para comer, agora esse pessoal não tem jeito, se acostumou mesmo. Hoje falar Praça da Sé, é falar em maloca. (DIÁRIO DE CAMPO, conversa com um trabalhador da região, 04/09/12)

O primeiro aspecto que chama a atenção é a percepção de que o fenômeno do desemprego, não é algo que está presente na vida cotidiana de qualquer pessoa, mas como aquilo que ocorre somente com aqueles “que não querem trabalhar”. O desempregado, nessa ótica, não sofre influência de contingências sociais ou econômicas, nada disso, ele é o único responsável pela situação em que se encontra. Esse modo de pensar não é exclusivo de Benê, mas é praticamente consenso entre aqueles com quem conversei na Praça da Sé. A presença de explicações psicologizantes em relação ao fenômeno do desemprego, não é propriamente uma novidade em estudos de Psicologia Social. Aqui me refiro ao termo “psicologizante”, como:

Um tipo de explicação que reduz a complexidade da existência humana a um simulacro psicológico. [...] constrói uma realidade na qual os problemas sociais seriam supostamente sanados por meio de intervenções sobre aspectos psíquicos ou individuais. Diversas são as conseqüências dessa construção para os nossos modos de vida, uma delas é a atribuição de responsabilidade aos indivíduos pelos problemas que os acometem, por isso a definição como explicações “culpabilizantes”. (OLIVEIRA, 1997, p.7)

O que gostaria de destacar são as pistas que as pessoas fornecem sobre os porquês que as levaram a esse tipo de compreensão da realidade alheia, em especial, no que tange às situações de pobreza em que a vítima acaba sendo culpabilizada pela sua penúria. No caso de Benê, um primeiro motivo evidente que faz com que ele ache que os “caras” da Praça são os únicos responsáveis pela situação de “ficar aí”, é o fato de eles recusarem ofertas de serviços ou de não saberem aproveitar as ajudas que lhe são oferecidas para sair dessa condição, como banhos, doações de alimentos e cobertores. Para Benê isso demonstra que não é por uma questão de falta de escolha eles estarem “á toa” na Praça – causada pelo desemprego ou por falta de assistência – mas ao contrário, é por uma escolha: eles “preferem ficar na Praça pedindo um dinheiro para comprar uma pinga, uma comida...”.

De forma que esses modos de conduta - recusa de certos serviços, voltar para a Praça após receber ajuda ou tendo uma família, vender objetos doados, pedir dinheiro-

funcionam como verdadeiras provas de tratar-se de pessoas que não somente “não querem saber de trabalhar”, como são indivíduos que usurpam da caridade alheia. Segundo Goffman (2004), na classe dos indivíduos “desacreditados”, quando o indivíduo sabe que possui uma característica distintiva, há pelo menos três tipos distintos de estigma, um deles é o que o autor denomina como os de “culpa de caráter individual”, no qual se encaixam os desempregados, que são percebidos, dentre outras coisas, como indivíduos de vontade fraca e desonestos. Na mesma direção Castel (1997) aponta,

Os vagabundos têm sido quase sempre estigmatizados como indivíduos preguiçosos, aproveitadores, libertinos, preferindo a vida fácil ao trabalho. Mas quando se reconstituem suas biografias vê-se que se trata muito frequentemente de trabalhadores precários e subqualificados, expulsos do seu território por pressões econômicas, errantes e à procura mais ou menos convincente de um trabalho qualquer⁵⁵ (p.24-25).

É o que se vê também em outros relatos:

Comentei que tinha curiosidade em saber como era a Praça da Sé antigamente, tentando assim voltar ao tema dos “vagabundos” que ele falou que estava cheio na praça. Disse que antigamente a Praça Clóvis era separada da Praça da Sé e que as pessoas podiam andar com suas correntes e relógios de ouro que ninguém mexia com ninguém e que: “tinha pouca gente e muito serviço, o contrário de hoje”. Aproveitei e perguntei por que ele achava que tinha tanta gente na rua, ele falou que é: “porque vem gente de todo lugar, da Europa, do norte, e muitos do interior e que antigamente era manual agora é tudo máquina que mandou o pessoal embora. Daí o pessoal vem para cá e não tem serviço e ficam tudo embaixo da ponte, às vezes até com família, com criança”. Comentei como era complicada essa questão das pessoas procurarem trabalho, mas não encontrarem. No que ele disse: “é, mas também tem muita gente que nem procura emprego, que se acomoda na rua com as boca de rango que tem por aí, e muitas também fazem programa [apontando com o dedo para uma moça por ali perto]. [...] Perguntei por que ele achava que isso acontecia. Ele me responde que: “é porque se acostuma nessa vida e não quer saber de trabalhar de jeito nenhum, nem lavar louça em casa de família”. (Diário de Campo, conversa com um aposentado, 20/08/12)

Ele disse que se acostuma com a Praça, que “dá todo tipo de gente aqui”, e que também tem muito morador de rua. Aproveitei o gancho e perguntei por que ele achava que tinha tanto. Daí ele falou que era da roça e que antigamente tinha muita gente trabalhando nas lavouras e depois “as máquinas tirou todo mundo”. Entendi que como consequência, as pessoas ficaram sem trabalho, vieram para a cidade e aqui estão. Mas logo em seguida ele falou que na cidade tem trabalho, e que o pessoal prefere não trabalhar, pois tem comida de graça, ganha um trocado, tem onde dormir, etc. Contou que uma vez estavam dois rapazes conversando e um falou para o outro sobre um trabalho para ganhar 800,00 reais por mês, e o outro falou que não queria trabalhar, pois ele tinha comida de graça. (Diário de Campo, conversa com um engraxate, 24/09/12)

⁵⁵ Grifo meu.

Comentei que tinha notado que sempre a Praça está muito cheia, ele falou que sim, mas que eu tinha que vir em dia de semana que sábado é mais tranquilo. **Perguntei se ele sabia quem eram essas pessoas que sempre vem para a Praça, ele falou que: “têm os moradores de rua e também a malandragem”**. Perguntei por que ele achava que essas pessoas estavam ali, disse que: **“muitos estão aí por bebedeira, mas também por falta de oportunidade”**. Pedi para ele comentar um pouco mais sobre isso, no que ele me explicou: **“falta de oportunidade é porque as pessoas não vão atrás, não estão interessadas em se qualificar, pois hoje em dia tem emprego, que isso é uma coisa de cada um”**. (DIÁRIO DE CAMPO, conversa com um jornalista, 22/06/13)

Como Benê, os outros entrevistados reconhecem questões de ordem social que podem influir na questão do desemprego e da exclusão, como: os baixos salários que não propiciam a compra de uma casa própria, o alto custo de vida que faz com que “o dinheiro não tenha valor”, a presença de políticos “que só prometem”, a falta de poder da população num país onde “quem manda são os estrangeiros”, a questão da maquinização do campo que fez com que muitos perdessem emprego e viessem para a cidade à procura de uma vida melhor e hoje se encontram “debaixo da ponte” etc. No entanto, todas essas considerações parecem ser postas de lado por uma crença de que quem **realmente** quer trabalhar consegue. Quer dizer, é “uma coisa de cada um” procurar se qualificar, “ir atrás” de um emprego, melhorar de vida. A ideia geral que subsiste é de que trabalhar ou não trabalhar é uma questão de escolha: assim, dividi-se os que têm vontade de trabalhar dos que não têm. Nesta perspectiva, os elementos de ordem macro social que os entrevistados demonstram ter conhecimento se transformam em problemas que dizem respeito somente àqueles que têm o “espírito de trabalhar”; aos demais, o caso é de pura “malandragem”.

Verifica-se que a percepção da “malandragem” está colada ao espaço da rua, onde aqueles que lá estão são alvo de toda sorte de preconceitos e estereótipos. Como DaMatta (1997) aponta, há no Brasil uma oposição entre os espaços da “casa” e da “rua”⁵⁶, em que o último é associado ao perigo e à desordem moral:

Não preciso acentuar que é na rua que devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral - ainda que esses mesmos personagens em casa possam ser seres humanos decentes e até mesmo bons pais de família. Do mesmo modo, a rua é local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos [...] contextos, repito, onde não

⁵⁶ “Quando digo então que ‘casa’ e ‘rua’ são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (DAMATTA, 1997, p. 8).

se pode mais utilizar como moldura moral a vertente relacional e hierarquizante de nossa constelação de valores. (p.39)

Na mesma direção Telles (1993) afirma que em uma sociedade no qual a lei não é referência para que as adversidades da vida cotidiana sejam traduzidas em linguagem pública de reivindicações por igualdade e justiça, a sobrevivência cotidiana depende inteiramente dos recursos materiais e de solidariedades, energia moral organizada em torno da vida privada. Nesse contexto em que os valores e princípios em torno da família constroem uma possibilidade de vida aceitável, é construído a figura do “pobre honesto”- referência no qual os indivíduos se reconhecem como sujeitos morais, dignos e respeitáveis- construção com profundas consequências para a forma como aquele que escapa dessa norma é visto:

Na ausência de uma medida possível de equivalência entre situações diversas, medida esta que só poderia ser dada pelos direitos, medida portanto que só poderia existir por referência aos valores de justiça e igualdade, as desigualdades e discriminações se pulverizam em diferenciações que parecem nada mais do que corresponder aos azares de cada um e às diferenças naturais de vocação, talento, capacidade e disposição para o trabalho. (TELLES, 1993, p.18)

Neste sentido, se destaca a importância das experiências pessoais como validação dos estereótipos relacionados ao universo da rua. Foi o próprio Benê que ofereceu serviço ao “pessoal” na Praça o qual eles recusaram, foi também ele que viu que, a despeito do recebimento de ajuda, eles acabam voltando para a Praça e ainda utilizam de “má fé” as doações recebidas. Como Goffman (2003) afirma, quando um desconhecido se apresenta diante de nós geralmente os observadores aplicam-lhe estereótipos não comprovados ou podem também supor baseados em suas experiências passadas que “somente indivíduos de determinado tipo são encontrados em um dado cenário social” (p.11). Quer dizer, Benê muito provavelmente já tinha uma ideia pré-concebida de que aqueles que ficam na Praça, são pessoas que não querem trabalhar, de modo que as suas experiências só vieram a confirmar o que ele já sabia. Assim, se constrói o que Goffman (2004) irá chamar de uma “teoria do estigma” do senso comum:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso

diário como fonte de metáfora e de representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (p. 7)

Mas, a experiência pessoal de Benê não fala somente sobre a maneira como ele percebe o “outro”, mas também como ele percebe o mundo ao seu redor. E isso, penso, que se constitui num outro importante motivo de sua “explicação psicologizante” (e estigmatizante). É a sua trajetória de trabalho que lhe fornece as evidências que “quem tem coragem e força de vontade vai para frente”. Para Benê o “trabalho por conta” como ele classifica sua situação atual, parece ser a estratégia para se livrar das intempéries causadas pela precarização do trabalho. Quando começou a trabalhar “por conta” ele conseguiu, em dois anos, o que nunca tinha conseguido em 15 anos com seu trabalho de funcionário em uma firma: comprar a casa própria. Esse fato é suficiente para Benê concluir que “trabalhando para você as coisas vão para frente”.

Aqui é explícita a presença do tão em voga discurso do empreendedorismo que, juntamente, com o discurso da empregabilidade e do desqualificante discurso da qualificação, funcionam como estratégias de culpabilizar o próprio indivíduo por não conseguir um emprego melhor ou por não ter sucesso no seu negócio, desconsiderando o contexto social, político e econômico no qual o mesmo está inserido (RODRIGUES, 2008). Além do mais, encobrem-se os motivos que levam as pessoas a procurar trabalhar por conta geralmente relacionados à precarização do trabalho e ao desemprego, e não porque elas são naturalmente pró-ativas, inovadoras, competitivas, em suma, empreendedoras.

Nota-se que não é por meio de qualquer trabalho que se “vai para frente”, mas somente aquele em que você trabalha “para você”. É curioso que o atrativo do “trabalho por conta” é que ele pode te libertar do próprio trabalho: “minha filha ganha dois mil reais **sem fazer nada**”, é que a percepção do trabalho enquanto mecanismo de exploração só está presente no trabalho em que você “é escravo dos outros”, não no “trabalho para você”. Neste sentido, convém retomar a análise de Martins (1998), que aponta que uma das pedras fundamentais da ideologia do trabalho presente na sociedade brasileira é justamente a crença em uma suposta autonomia do trabalhador, quer dizer, o trabalhador não trabalha apenas para os outros, mas também para si mesmo. Nesta perspectiva o trabalho é visto como aquilo que gera riqueza e, ao mesmo tempo, pode libertar o trabalhador da tutela do patrão, de forma que o trabalhador se vê como um potencial patrão de si mesmo já que a própria condição de patrão é vista como fruto do trabalho árduo e de privações materiais (MARTINS, 1998).

Penso que o discurso do empreendedorismo e a “ideologia da mobilidade pelo trabalho” estão vinculados ao discurso (ideológico) da vadiagem, no sentido de ambos reforçarem a ideia de que o trabalho é uma virtude universal, sem distinção de classe; quer dizer, “só o trabalho redime” (MARTINS, 1998, p.134), ou nas palavras de Kowarick (2002), “o mito da ascensão social pelo esforço e perseverança” (p.28). Assim, o fracasso dos indivíduos em “ir para frente” serão lidos como falta de vontade, malandragem, preguiça, etc. Neste contexto, as privações materiais e a precariedade do trabalho que as pessoas estão submetidas, não são associadas a uma falta de seguridade do Estado- “mecanismos pelos quais a sociedade se responsabiliza pelo destino de seus trabalhadores, o que de certo modo os retira da vivência da constante necessidade” (JARDIM, 2004, p.259)-, mas, se constituem enquanto provas da sua (in)capacidade em “vencer na vida”.

Ao encobrir os determinantes sociais coloca-se em oposição e desarticula os membros da classe trabalhadora, já que o culpado pela pobreza, no limite, é sempre o próprio pobre. Como aponta Rodrigues (2008),

Ao focar a pessoa e não as circunstâncias, cria-se o apelo simbólico por onde a ideologia atua. [...] É por essa via que o discurso aliena as pessoas, fazendo as não acreditar que não são vítimas da precarização do trabalho e da ausência do poder público na construção de políticas públicas que a integrem socialmente. Elas são levadas a acreditar que são pessoas vitoriosas e guerreiras por “arregaçarem as mangas” e criarem seus próprios empregos, tornando-se seus próprios patrões. (p. 111)

Além do que, ao desconsiderar as consequências que um trabalho precarizado, mal pago, discriminador, pode fazer às pessoas no sentido de terem que recorrer às inúmeras formas de sobreviver na adversidade- como a “feira do rolo” ou mesmo a mendicância-, abre-se espaço para que estas atividades sejam vistas como práticas daqueles que “não têm vontade de trabalhar”. Como Benê afirma: “antes tinha um monte de marreteiro [vendedor ambulante] por aqui, a prefeitura foi e tirou, mas pelo menos o marreteiro estava trabalhando, se virando para comer, agora esse pessoal não tem jeito, se acostumou mesmo”. Observa-se que nem com a “viração” o “pessoal” que fica na Praça da Sé é associado; eles são piores que os vendedores ambulantes, já que eles são vistos como “acostumados” que não se “viram” nem para comer. É interessante esta afirmação, pois é claro que as pessoas precisam “se virar” para sobreviver, de outro modo como elas fariam? É neste ponto que entra o complemento desse

tipo de pensamento: o pessoal não precisa nem “se virar” para comer, porque se tem uma ideia de que eles estão (mal) acostumados a ter tudo o que precisam na rua.

5.2.2 “Eles sabem que não vão passar fome e aproveitam desta situação”: o “acomodar-se” por uma questão de “mordomia”

Resolvi me aproximar de um senhor que estava encostado nas muretas ao meu lado. Cheguei dizendo boa tarde e perguntando se ele vinha sempre para a Praça da Sé. Ele me disse que sim que ia para lá para descansar um pouco. Continuei contando que eu estava fazendo um trabalho de faculdade sobre a Praça da Sé e que tinha ouvido muito que tinha muita gente acomodada por aqui, e que gostaria de saber o que ele achava disso. **Respondeu que achava que trabalho tem e que ele ouviu numa rádio vários anúncios de emprego, e também em Maceió onde ele mora está sobrando lugar para trabalhar. “O problema é que eles acostumam nessa vida que está aí. Tem albergue para dormir, um dá um prato de sopa, outro dá uma coberta e um copo de leite, vai numa igreja ganha uma coberta e uma roupa, e acostuma nessa e não quer trabalhar. O culpado disso tudo é o prefeito de São Paulo e o governador. Em Maceió, tem um ou outro com uma latinha de pinga, mas depois que acaba a pinga o cara é obrigado a trabalhar, senão não sobrevive; diferente de São Paulo, que o pessoal fica pedindo cobertor, roupa para os favelados, daí um passa para o outro... Em Maceió, na rodoviária, tem uma placa dizendo: não dê esmola. Acho que aqui em São Paulo dá-se muita mordomia”.** Continua dizendo que morou em São Paulo por 47 anos, e sempre trabalhou como pintor e que via muito colega dele dizendo que não ia bater cartão para ninguém, que não ia ser escravo, e hoje eles estão aí sem conseguir serviço. “As firmas não querem ninguém com mais de 50 anos. Deus me livre se eu não tivesse corrido atrás quando era mais novo”.

Francisco lamenta repetidas vezes sobre o estado que a Praça da Sé está, diz que tem vergonha de quando vem estrangeiros para visitar a Praça, e atribui ao alto número de pessoas na rua a queda do turismo. Diz que tem que tomar cuidado, pelo tanto de gente na rua, para não sermos confundido com eles. Alerta-me que a Praça da Sé depois das 19h é muito perigosa, e que tem que pedir para um policial acompanhar. Disse que chegou em São Paulo com 16 anos e hoje está com 70, acha que a cidade não é mais o que era, que antigamente sobrava emprego até para quem: “tinha um olho só ou uma mão só, mas agora o bicho pegou, porque quem foi para o mau caminho, foi esta maldita raça que está jogada aí para rua”. Aproveito e perguntou como era a Praça da Sé antes, ele diz que há uns 20 anos atrás a PS não era desse jeito, “que o governo não gastava toda essa dinheirama com esse povo não”. [...] Diz que: “tudo bem eles merecem um tratamento, mas não assim com tanta mordomia”. Questiono então qual seria uma solução, no que ele diz: “abrir terra que está abandonada, cavar e fazer um loteamento de terra para aquelas pessoas que tem o espírito para trabalhar”.

Citou um acampamento do MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] que está em Maceió e que eles ficam acomodado, que dá um pedacinho de terra e fica abandonado, pois eles sabem que a prefeitura vai dar tudo para eles. Fala também do programa “minha casa, minha vida” [programa do governo federal de habitação], e que ele conhece um cara que alugava a casa que ele tinha ganhado. Fala também da dificuldade que está em arranjar uma empregada de confiança, que tem até um amigo dele que está procurando em outras cidades uma empregada de confiança para trabalhar para ele e não acha de jeito nenhum, que não adianta ir à delegacia “puxar a ficha dela”: “você trabalha o dia inteiro e chega em casa para não encontrar suas jóias. É muita malandragem”. Contou que há menos de 1 ano numa praça, veio um pedinte dizendo que queria comer e ele acabou comprando e deu também um guaraná

de garrafa de plástico para ele não se cortar, e ficou o espiando para ver se ia comer. Enquanto isso, um moço que vendeu para ele a marmita falou que o pedinte ia retirar o bife da “quentinha”, e que o pedinte fez isso mesmo: “tirou o bife e deu três chutes na quentinha”. E disse que nunca mais: “se você der o dinheiro vai para a nóia, só se você der a comida para ele comer na marra, mas ninguém pode obrigar ninguém a fazer nada contra a vontade. Não tem jeito. Isso é para te dizer, menina, como essas pessoas são malandras, a gente não pode acreditar nelas, principalmente aqui em São Paulo. Eles sabem que não vão passar fome e aproveitam desta situação. [...] Despeço-me e agradeço pela conversa, ele me responde que teve um grande prazer de conversar comigo, que sou: “muito civilizada e educada”. (DIÁRIO DE CAMPO, conversa com um aposentado, 29/08/12)

Tal como no relato anterior, observa-se a ideia de que não há problema de desemprego no país, já que se têm, por exemplo, mais ofertas de vagas do que mão de obra disponível. Tem-se uma percepção de que a sociedade brasileira é totalmente aberta a todos aqueles que trabalham arduamente, sem desigualdade nas condições de acesso aos trabalhos, ausência de preconceitos de classe, de cor e de gênero. Basta ter anúncios de emprego para se concluir que boa parte da pobreza “está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar”, é o que pensa pelo menos 32% da população brasileira, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha em 2013 (Folha de São Paulo, 08/12/2013, p. A4).

No entanto, o relato de Francisco chama a atenção não exatamente nesse aspecto, embora ele esteja a todo o momento ancorado em sua fala, mas no que ele destaca como o principal motivo que leva as pessoas a não quererem mais trabalhar. Em suas palavras: “O problema é que eles acostumam nessa vida que está aí. Tem albergue para dormir, um dá um prato de sopa, outro dá uma coberta e um copo de leite, vai numa igreja ganha uma coberta e uma roupa, e acostuma nessa e não quer trabalhar”. Fala que não é exclusiva de Francisco:

Questionei-o porquê ele achava que tinha tanto morador de rua na Praça, como me havia dito. Ele, então, me contou que tem muita gente que vêm ajudar os moradores de rua, e que um deles até tem aposentadoria, mas: **“eles [os moradores de rua] preferem ficar aqui pelo vício do alcoolismo do que ir para a casa, e tem aqueles que vêm da periferia e ficam na Praça porque aqui tem mais recurso, tem cobertor, tem comida, é mais fácil viver aqui.** E também têm as pessoas com problema psicológico ou que sofreram um trauma e acabam por aqui”. Disse que os moradores de rua e o pessoal que usa crack não se dão. Falou para eu observar os bueiros que tem tudo cobertor, roupa, mochila dos moradores de rua, em especial, nas ruas São Bento e na Rua Direita. **Contou de um morador de rua que saiu em uma reportagem na Folha de São Paulo, que fica ali na Rua Anchieta no final da tarde, é uma pessoa lúcida, inteligente, toca violão: “joga um xadrez que você não acredita, e é morador de rua, prefere morar na rua, pois não tem responsabilidade com nada, ele tem tudo ao redor dele”.** (DIÁRIO DE CAMPO, conversa com um policial, 18/07/12)

“E você acha que as pessoas participam da feira do rolo, por quê?”, perguntei. “Eu acho que são pessoas que não querem saber de nada e que também não querem ajuda, inclusive em experiências que eu tive em que eu tentei ajudar. O ambiente da Praça favorece também, pois eles têm marmitex ali, a feira do rolo aqui, e daí eles se acomodam”. (DIÁRIO DE CAMPO, conversa com um guarda civil, 04/02/13).

Conta que seu neto está em uma escola particular, mas que comete vários erros de português e ele pega bastante no pé dele, pois: **“não pode ser acomodado e que tem que batalhar ir atrás para ser alguma coisa. Acho que tem ta cheio de gente acomodada e que no meu tempo o governo não dava essas “regalias” que dão hoje, tinha que correr atrás mesmo”.** (DIÁRIO DE CAMPO, conversa com um aposentado, 02/05/13)

Nota-se que é transformado em fato que existem pessoas que não querem saber de trabalhar, assim, essas pessoas não podem ser “estimuladas” à vadiagem pela oferta de cobertas, alimentos, esmolas e serviços de assistência social. Neste contexto, os benefícios sociais são transformados em “regalias”. Deste modo o principal culpado pela situação de degradação em que a Praça se encontra, já que povoada por uma gente que está “acostumada a ficar aí”, são as “autoridades da capital”. Segundo esta maneira de pensar, aqueles que utilizam dos serviços de assistência social são vistos como usurpadores, enquanto aqueles que oferecem ajuda são discriminados por isso. Onde há pauperização e pobreza se vê “malandragem”, porque há uma ideia de que é possível garantir a sobrevivência sem a mediação de qualquer forma de trabalho, somente com as “mordomias” dadas pelo governo e pela caridade de terceiros. E mesmo quando há ciência da existência de atividades, tais como a “feira do rolo”, estas não são atividades reconhecidas como legítimas o suficiente para fornecer a seus executantes a identidade de trabalhadores.

Foi visto que certas atividades que não atendem certos requisitos que as diferenciam da “viração”- pela ausência de certos rituais ou por supostamente não envolver penosidade no trabalho- são identificadas ao espectro da vadiagem (JARDIM, 2004); e que por detrás dessas figurações há certas expectativas normativas que, tanto como a situação ocupacional, são definidoras da pobreza. No entanto, deu-se ênfase no capítulo anterior nos atributos presentes em torno da construção do “trabalhador” no universo da Praça da Sé, de modo que estou buscando destacar neste capítulo quais elementos são determinantes para certos pedestres na Praça da Sé serem classificados como: “acomodados”, “malandros”, “nóias”, “malocas” etc. Para além do comportamento de “ficar aí” na Praça e do fato de todos eles serem pobres, foi ficando claro até agora que há certos modos de conduta que fazem com

que determinado indivíduo seja visto como um “acomodado”, despojado do seu estatuto de “pobre honesto” (TELLES, 2001) e trabalhador.

Analisemos por um instante os exemplos trazidos por Francisco para me convencer de que a “malandragem” é causada por um suposto saber que não se vai passar fome: primeiro ele me conta de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) cujos trabalhadores ficaram “acomodados” depois que “deram” a eles um pedaço de terra; depois ele fala de um conhecido, beneficiário do programa “minha casa, minha vida”, que está sublocando a casa ganha; diz também da dificuldade que um amigo seu está em arrumar uma empregada doméstica “de confiança”; e, por fim, conta um episódio (muito parecido com o relatado por Benê) ocorrido na Praça da Sé, em que um pedinte a quem ele tinha pagado uma “quentinha”, pegou apenas a mistura e jogou o resto fora. Agora comparemos com um depoimento de um leitor, vinculado pelo jornal Folha de São Paulo, no ano de 1968 (figura 24):

O Juizado de Menores e a Delegacia de Repressão à Vadiagem devem agir em conjunto para pôr termo ao que ocorre na **Praça Dom José Gaspar**. [...] Se a pessoa está almoçando, **os garotos se aproximam para pedir comida. Engraxates maltrapilhos e sujos oferecem-se em seguida para prestar serviço. Mal acaba de sair, vem logo outro pedinte, às vezes para dizer desaforos, se alguém oferece um pedaço de pão, que é imediatamente jogado fora. Podemos concluir que estes pequenos mendigos não estão com fome.** [...] São os próprios profissionais da esmola. [...] Durante o intervalo desse festival interminável de falsos mendigos, aparecem os vendedores de bilhetes e de bugigangas. Gente forte e saudável, que prefere viver “na moleza” [...].

O que chama em atenção nesses depoimentos é que há uma associação implícita entre pobreza e “safadeza”, parece que já se espera que pobres sejam indivíduos que não se devem confiar e que basta aparecer uma oportunidade que eles vão agir visando apenas o benefício próprio: sua verdadeira “índole”. Por certo que essa ideia não se refere somente às classes baixas, o famoso “jeitinho” brasileiro (DAMATTA, 1986; 1997) é um visto como típico de todos os brasileiros. O que gostaria de destacar é que se referem a situações que têm em comum uma quebra na projeção da imagem que se tinha do pobre: apareceram sujeitos no limbo homogeneizante da pobreza como carência. E esse parece ser o problema: enquanto o pobre for apenas o que deve ser um pobre- uma vítima, um “coitadinho”, um submisso, um seguidor das normas sociais- tudo bem, ele é aceitável; mas quando ele se mostra como um

sujeito dotado de identidade, de interesse, de vontade, ele passa a ser inaceitável. Em outras palavras, rompeu-se o estereótipo da pobreza infeliz (GOFFMAN, 2003).

Neste contexto, distinguem-se os “verdadeiros pobres”- aqueles que são carentes e não conseguem, por várias razões, trabalhar- dos “falsos pobres”- aqueles que estão aptos ao trabalho, mas não o fazem supostamente por preguiça, por malandragem etc. Castel (1998) apontou que essa distinção foi operada por todo o Antigo Regime das sociedades europeias, demonstrando que uma mesma pobreza recebe tratamentos completamente distintos: para a pobreza integrada que não suscita problemas, ações de caridade; enquanto que para os “vagabundos”, medidas de pura repressão. De modo que o autor (CASTEL, 1997) defende que a caracterização de uma situação de marginalidade passa além do nível econômico, mas também está relacionada ao apoio relacional do indivíduo.

Neste sentido convém lembrar DaMatta (1997) que afirma que o Brasil por ter sofrido um “desvio” na noção de cidadania e, portanto, a impedido de assumir totalmente seu significado político universalista e nivelador, tem como palavra de ordem a relação: é a relação que transforma um indivíduo em uma pessoa, a legitimando como membro de determinado espaço social. O anonimato seria para o autor (DAMATTA, 1997) equacionado a estados sociais liminares, como a boêmia, o carnaval e a pré-criminalidade. Na mesma direção, Telles (2001) aponta que há no Brasil uma figuração da desigualdade que obsta a construção de um princípio de equivalência, de modo que o “outro”- as classes populares- não são reconhecidas como sujeitos, mas são transformados em pré-cidadãos. Neste contexto, a autora (TELLES, 2001) alerta para o fato de a mesma regra que define aquele que é cidadão daquele que é incivil, confere ao mesmo tempo a legitimidade a certas formas de vida e modos de ser, resultando numa despossessão da qualidade de sujeitos àqueles que escapam a essa norma:

Os que escapam a essa medida não têm dignidade de sujeito. Fora da regra, não fazem parte da sociedade e são fixados, por isso mesmo, no terreno da natureza: mundo conformado pela obra cega dos tempos. Se os que estão fora lutam, resistem, protestam, se têm vontades e constroem suas próprias razões, nada disso pode emergir, como algo pertinente à vida em sociedade. No mundo público, são apenas “pobres”: expressão que sugere mais que uma simples descrição sociológica da realidade porque expressa uma indiferenciação que é a forma mais radical da destituição [...] Nessa (des)figuração, é definido também o seu lugar na ordem natural das coisas: são as classes baixas, as classes inferiores, os ignorantes, que só podem esperar a proteção benevolente dos superiores ou então a caridade da filantropia privada. (TELLES, 2001, p.42-43).

Neste cenário em que a pobreza é vista como condição natural não existem sujeitos, mas representações em torno da figura do “pobre”, do “delinquente”, do “trabalhador”. São essas construções que definem o direito ao reconhecimento e ao pertencimento social do indivíduo:

Na tradição brasileira, a regra formal que prescreve o acesso aos direitos sociais desdobra-se em algo como uma lei moral que julga a pertinência do indivíduo na vida em sociedade, o seu direito a existir socialmente e a ser reconhecido como cidadão: para ter direitos e acessos a uma existência legítima, o indivíduo tem que provar ser um trabalhador responsável, como uma trajetória ocupacional identificável em seus registros, persistente na vida laboriosa e cumpridor de seus deveres [...] há um efeito de poder nessas construções (“trabalhador”, “pobre”, “delinquente”) -poder simbólico- pois elas montam um universo de representações que, tanto quanto a privação material, são definidoras da pobreza. (TELLES, 2001, p.81-82)

Neste sentido, a questão da ajuda se mostra um aspecto importante de se pensar. Tanto no relato de Benê como de Francisco, vê-se indignação frente a situações em que o dinheiro utilizado por eles não foi para comida, mas foi para a “nóia”; do mesmo modo o espanto frente à recusa de ofertas de trabalho ou ao fato deles permanecerem na rua, apesar de terem família: situações em que o vício na bebida e drogas tem um papel central. Símbolos de estigma⁵⁷ elas definem que “categoria” de pessoa se está lidando- “pobre honesto” ou “pobre de tudo” (TELLES, 2001)- e, conseqüentemente, os modos de tratamento. Parece que para o pobre não ser estigmatizado como “vadio”, e assim ser digno de políticas de assistência social e filantropia, é preciso que ele demonstre atender a um “ideal virtual de classe média” (GOFFMAN, 2004), do contrário é necessário que eles sejam corrigidos, moralizados em seus hábitos e comportamentos.

Vejamos algumas propostas: “em Maceió tem um ou outro com uma latinha de pinga, mas depois que acaba a pinga o cara é obrigado a trabalhar, senão não sobrevive. Diferente de São Paulo, que o pessoal fica pedindo cobertor, roupa para os favelados, daí um passa para o outro”; “abrir terra que está abandonada, cavar e fazer um loteamento de terra para aquelas pessoas que tem o espírito para trabalhar”; “acho que o único jeito era pegar todos e colocar em uma ilha e não deixar beber, isolar, e forçar a trabalhar”; “se eu tivesse

⁵⁷Trata-se de “signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução conseqüente em nossa valorização do indivíduo” (GOFFMAN, 2004, p.40).

poder de decidir algo eu acho que a primeira coisa era tirar eles desse ambiente sem ordem e sem limite, nesse ambiente não dá [...]”.

Nota-se que não se trata de propostas na direção de ampliar os direitos de cidadania da população pobre, mas ao contrário, encontram na via de restrição aos direitos sociais e civis as soluções possíveis. Segundo Kowarick (2002), a forte associação entre “o processo de estigmatização e discriminação, repulsa ou rejeição- em última instância, de negação de direitos” (p.23), constitui para o autor o âmago do conceito de exclusão e é particularmente persistente na história da sociedade brasileira. Neste cenário em que não está em jogo apenas o não reconhecimento do outro e dos seus direitos, mas em especial, a desqualificação ou destituição do outro, visto como diferente e inferior. Diante dessa inferioridade o trabalho aparece como um dos remédios para “purificar” essas pessoas viciadas e entregues à perdição do ócio, não importando se é via imposição, a partir da restrição de liberdade, ou empurrado pela fome.

Novamente Kowarick (2002) que discorre acerca de uma “mentalidade exterminatória”, já que o “outro” neste cenário é visto como despojado de humanidade e assim despossuído do direito de ter direito, passível de ser eliminado. O autor pondera que talvez seja um exagero falar nestes termos, mas argumenta que a desconfiança e o medo presente, enquanto elementos estruturantes do dia a dia das pessoas tem originado uma dinâmica que só pode levar:

À evitação do outro, percebido como diverso e adverso e, a partir de um momento e em certas ocasiões, como ameaçador, perigoso e violento. Nesse percurso estariam cada vez mais se forjando atitudes, valores, discursos e comportamentos que alimentam o que estou denominando princípio de exclusão (KOWARICK, p.26, 2002).

5.2.3 **“Não saio daqui por um trabalho que pague pouco”: o “acomodar-se” como resistência**

Não quero regra nem nada
Tudo ta como o diabo gosta, ta,
Já tenho este peso, que me fere as costas,
e não vou, eu mesmo, atar minha mão.
O que transforma o velho no novo
bendito fruto do povo será.
E a única forma que pode ser norma
é nenhuma regra ter;
é nunca fazer nada que o mestre mandar.
Sempre desobedecer.
Nunca reverenciar.
BELCHIOR

Chegou um moço perto da gente, e o Madureira me disse, “esse aqui está na Praça da Sé há vinte e sete anos”. Perguntei então se ele trabalhava ali perto [pois, ele estava com um uniforme de uma empresa de limpeza], ele falou que **não trabalhava porque não tinha oportunidade**, parecendo se justificar, no que o Madureira deu risada, e me explicou que ele **morava na Praça da Sé**. Tião como ele se apresentou, **disse que tinha ido pegar uma latinha de cerveja que uma menina jogou no lixo e encontrou aquele uniforme e o vestiu, “porque estava limpinho”**.

Tião, natural de Itu, diz que vive na rua há vinte e sete anos e: “sete [anos] de FEBEM” [atual “Fundação Casa”⁵⁸]. **Diz que não sai da rua para viver sozinho num lugar, que só vai se for com alguém, com alguma companheira**. Conta que está difícil achar na rua uma companheira porque a maioria está viciada em bebida ou em drogas. **Diz que é um “acomodado”, pois ele se acostumou na rua, mas na rua ele “fala com gente” e que não ia sair dali: “para ficar sozinho num lugar „falando” com a televisão. Pode pegar todas as pessoas que estão dormindo aqui na Praça da Sé em volta das árvores, nos canteiros, e oferecer um serviço que paga vinte, trinta reais que eles não vão. Senão for uns cinquenta reais, que é o que um trabalhador ganha por dia, o pessoal não vai, e eu também não. O pessoal prefere ficar na rua, pedir um dinheiro, esperar alguém aparecer com uma marmita do que trabalhar por 1 salário mínimo”**. E continuou: “aqueles que pedem dinheiro e dizem que vão comprar comida é mentira, eles vão fazer tudo [com o dinheiro] menos comprar comida, porque comida não falta na rua, comida se arranja. Aqueles que realmente querem comida vêm e pedem para a pessoa comprar um lanche, não pedem dinheiro”.

Tião falou repetidas vezes que “acostumou na rua” e que não sai de lá por um trabalho que pague pouco, “como os que oferecem para quem é morador de rua, ninguém dá emprego se ouvir a palavra „rua”, não podem ouvir nada que seja „rua” que eles não dão trabalho que pague melhor”. Comentei que tinha ouvido falar na Praça que se deve aceitar um trabalho, mesmo que pague pouco, porque é possível fazer um dinheiro no final do mês e depois, com o tempo, se consegue algo melhor [como Benê tinha dito]. No que ele me respondeu: “o pessoal que fala isso, é porque não sabe como é a vida na rua”.

Disse que as mulheres são as que mais ajudam os moradores de rua, que os homens acham que eles estão lá porque merecem, porque não querem trabalhar, e com as mulheres é diferente: “elas têm coração, só que elas dão para um, não podem ficar dando para todos os que pedem”.

Falou também sobre a GCM [Guarda Civil Metropolitana] que é uma instituição: “que só serve para vigiar os moradores de rua e os camelôs, que se tiver acontecendo um roubo de um lado e um morador de rua dormindo do outro eles vão estar olhando o morador de rua”. **Contou também que “por causa do pessoal dos direitos humanos”, agora [foi na época que estava fazendo muito frio em São Paulo] tinha um ônibus que estava levando os moradores de rua para um abrigo**. Para Tião: “o abrigo é um lugar que ninguém pode falar com ninguém, tem banho frio e te dão comida e no dia seguinte te levam embora. Eu só gosto de jantar, porque eu prefiro beber de dia”. Por fim, importante registrar que Tião falou umas três vezes que só estava falando “tudo isso” para mim, porque eu estava com Madureira. (DIÁRIO DE CAMPO, conversa com uma pessoa em situação de rua, 06/08/13)

⁵⁸ “A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)”. (<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/a-fundacao>)

Lembro-me até hoje desse dia como aqueles momentos no trabalho de campo que você tem um significado inesperado, próprio da forma de aproximação da abordagem etnográfica que pressupõe um trabalho paciente e contínuo (MAGNANI, 2009). Penso que só foi possível ter uma conversa sem ser estereotipada com as pessoas em situação de rua e com os “roleiros”, a partir do momento que eu estava com Madureira, como Tião deixa bem claro, “só estou falando tudo isso para você, porque você ta com ele”. Fiquei me perguntando o que será que ele me falaria se eu não estivesse acompanhada por Madureira, provavelmente aquilo que ele achasse que eu quisesse ouvir, como pareceu ser no início da conversa quando não tínhamos ainda sido apresentados: “não trabalho, porque não tenho oportunidade”.

Com isso não estou dizendo que não há recortes de classe, de gênero, e de tantos outros aspectos que evidenciam a distância com a pesquisadora branca, mulher, de classe média, etc., mas que isso pode ser diminuído pelo processo de convivência entre o pesquisador e a comunidade pesquisada. Como apontam Sato & Souza (2001), “ainda que não tenhamos sido convidados para pesquisar aquele local, alguém permitiu nossa entrada e nossa convivência ali, tem poderes e interesses em relação àquelas pessoas, e isso define a posição que ocupamos na visão das pessoas do local [...]” (p.35). No entanto, as “informações caricaturais” (SATO & SOUZA, 2001) quando descobertas podem fornecer importantes pistas sobre o fenômeno que está sendo investigado.

Quando eu era uma desconhecida para Tião, ele parecia justificar sua condição de morar na rua dizendo que não estava trabalhando porque não tinha oportunidade, o que evidencia a presença de uma estigmatização da população em situação de rua como “vagabundos” (BULL, 2010). Neste contexto, o trabalho aparece como aquilo que o redime dessa condição, que permite que ele seja “socialmente confiável” (SATO & SCHMIDT, 2004). Não é à toa que Tião pegou do cesto de lixo um uniforme de trabalho⁵⁹. Entretanto, é interessante notar que se por um lado, Tião parece reproduzir um discurso sobre uma “ética do trabalho”, que culpabiliza aqueles que escapam de certo modo de vida compartilhado pela maioria- “sou um acomodado, me acostumei na rua”-; por outro, ele afirma que não é

⁵⁹ O uniforme de trabalho, neste cenário, pode ser lido como um símbolo “desidentificador”, ou seja, “um signo que tende- real ou ilusoriamente- a quebrar uma imagem [...] numa direção positiva desejada pelo autor, buscando não só estabelecer uma nova pretensão, mas lançar sérias dúvidas sobre a validade da identidade virtual” (GOFFMAN, 2004, p.40). Destaque para o fato que eu achei que Tião, por causa de sua roupa, trabalhava nas imediações da praça.

qualquer trabalho que lhe serve, mas somente aquele que lhe provê um mínimo para viver com dignidade: “não saio daqui por um trabalho que pague pouco”.

Quer dizer, para Tião é preferível viver na rua, em que ele “fala com gente”, “pede um dinheiro” e “espera alguém aparecer com uma marmita”, mesmo sendo alvo de preconceito e perseguição – “os homens acham que a gente está aqui porque merece, porque não quer trabalhar; a GCM [Guarda Civil Metropolitana] é uma instituição que só serve para vigiar os moradores de rua” – do que inserir-se numa relação de assalariamento que não lhe garanta, pelo menos, o que ele já encontra na Praça. Do mesmo modo, Paulíneo que “faz rolo” (e também “bico” como segurança) me explica: “o que acontece é que muitas vezes **você ganha um dinheiro maior na rua, com o trabalho na rua**, do que num **emprego certinho**, isso quando não tem „rapa“. **Se paga uma miséria, o cara não vai trabalhar por essa quantia. Teve uma época em que eu trabalhei numa barraca aqui [na Praça da Sé] e às vezes tirava até \$100,00 conto por dia, quando que eu vou tirar isso num emprego?”**

Verifica-se no caso de Paulíneo e, também de Tião, uma compreensão que o “emprego”, aqueles que lhe são acessíveis pelo menos, não cumprem o que deveria cumprir em termos de segurança e estabilidade, de forma que, procurar recursos no universo da rua se torna preferível ao que o mundo do trabalho tal como posto lhes tem a oferecer. O interessante é que essas falas evidenciam a precarização do mundo do trabalho no Brasil, em que ter um trabalho (formal ou não) não significa garantia de acesso aos bens produzidos pela sociedade, como as trajetórias de trabalho dos entrevistados na Praça da Sé mostrou. Não é uma questão de ter ou não ter vagas de trabalho, mas da qualidade das mesmas. Neste sentido Safatle (Carta Capital, 09/07/2012) afirma que grande parte dos empregos gerados nos últimos anos são de até um salário mínimo e meio; quer dizer, são empregos que pouco permitem ao trabalhador ter uma vida digna, com moradia, saúde, educação, lazer... Além do mais, nota-se nos relatos ouvidos na Praça da Sé a presença do preconceito racial nas relações de trabalho, como um dos fatores de explicação para a dificuldade de aquisição de uma vaga de emprego, em especial, se forem vagas para postos de comando.

Neste sentido, os relatos de Tião e de Paulíneo demonstram que está em curso o processo de “desenraizamento do assalariamento formal”, no qual o trabalho (precário e intermitente) tornou-se informal, instável e aleatório e a marginalidade um modo de vida

(KOWARICK, 2002). E não só. Estes relatos também questionam a ideia disseminada entre grande parte dos trabalhadores e também dos transeuntes da Praça da Sé, de que aqueles que “ficam aí” na Praça é porque são “acomodados” que não querem trabalhar, seja por “malandragem”, seja pelas muitas “mordomias” que o logradouro supostamente oferece. Como afirma Tião: são afirmações de “quem não sabe como é a vida na rua”.

As oportunidades de trabalho são completamente desiguais para uma pessoa que nasceu no seio de uma família estruturada de classe média que frequentou as melhores escolas (em geral privadas) e sempre teve apoio financeiro na sua trajetória até conseguir inserir-se no mercado de trabalho; em comparação ao caso de Tião (realidade de muitos brasileiros) que vive na rua praticamente desde criança e que ainda esteve internado na Fundação Casa por sete anos. Como afirma Telles (1993):

Se existe alguma relação entre pobreza e criminalidade, esta relação está configurada em uma sociedade que rompe, o tempo todo, com o que poderia chamar, talvez com alguma imprecisão, de um pacto social implícito que constrói um sentido de pertinência e dá uma medida de plausibilidade para a vida em sociedade. Esta é uma questão que se coloca abertamente entre os mais jovens, que se lançam no mercado de trabalho sem encontrar muitas alternativas além do trabalho desqualificado, instável e precário, que são duramente atingidos pelo desemprego, que são vistos com suspeita, sendo alvo privilegiado da ação policial, precisamente porque não carregam os sinais de respeitabilidade associados ao “trabalhador honesto” e “chefe de família responsável”. As pesquisas mostram, de fato, que é nessa difícil passagem para a maioria que a delinquência se coloca no horizonte desses jovens que não enxergam muitas possibilidades de organizar suas vidas em torno de um trabalho promissor e para os quais, ainda, a família está distante de se constituir nessa espécie de recompensa moral aos “tempos difíceis” (Cf. ZALUAR, 1985). (p.19)

Por outro lado, em certa medida não deixa de ser por uma escolha que Tião está na rua, há uma afirmação de uma autonomia quando ele fala que não sai da rua “por um trabalho que pague pouco”. Veja que ele confirma as afirmações trazidas por Benê e por Francisco: diz que é por uma questão de preferência dele e dos demais em “ficar na rua, pedir um dinheiro, esperar alguém aparecer com uma marmita do que trabalhar por um salário mínimo”; que aquele que pede dinheiro não vai usar para comprar comida, pois na rua comida “se arranja”; diz que só gosta de jantar, pois de dia ele bebe. Mas se trata de falas inseridas numa outra perspectiva, na convicção de que são as melhores escolhas dentro da falta de escolha a que ele está submetido. Discurso esse que não é comum entre a população em situação de rua, em que “o não trabalho é então experimentado como humilhação e a

dependência da assistência é como um selo de formalização da incapacidade de manter-se por si” (BULL, 2010, p. 95).

Há uma recusa por parte de Tião em ser uma “pobreza integrada” (CASTEL, 1997; 1998), é preferível viver na rua, esperar por um prato de comida, um trocado para a pinga, do que ser um trabalhador pobre. Penso que até a questão do vício na bebida e outras drogas é, em grande medida, reflexo da obscena desigualdade que impera em nosso país em que a inclusão do pobre se dá prioritariamente do ponto de vista do consumo, não em termos de igualdade e justiça. Entendo que Tião não recusa apenas ao disciplinamento do trabalho, mas a todo um processo de desenvolvimento que oferecem às classes pobres alternativas da coisificação e da adaptação excludente, da alegria pré-fabricada e manipulada (MARTINS, 2009, p.20). Ele não sai da Praça, não por causa da “vida fácil” da rua, mas porque ele parece não ver sentido em sair dali para “para ficar sozinho num lugar falando com a televisão” ou para ganhar um salário mínimo. “Arranjar uma companheira” move mais Tião no sentido de sair da rua, do que a aquisição de um trabalho que pague pouco. Talvez ele até se submetesse a um trabalho de um salário mínimo se ele estivesse uma família, mas aí vida teria um sentido muito além do que um trabalho (precário) pode dar. Como aponta Gomes (2004):

Para muitas pessoas, depois de um primeiro choque que sofrem ao chegar à rua, a mesma rua pode-se tornar um espaço de liberdade e ócio apreciável. Nela encontram, muitas vezes, mais liberdade que nos albergues, onde há regra e restrições, monitores e administradores. Os jovens, por exemplo, não se submetem ao trabalho por um salário mínimo. Não aceitam patrão para explorá-los. Porém, quando estabelecidos vínculos de afeto, oferecem suas habilidades em favor de uma causa. Esse diferencial da liberdade há de ser levado em conta em qualquer proposta que vise à saída da rua (p.43).

Neste sentido no “acomodar-se” de Tião, o universo da rua adquire outra significação, não como um reduto daqueles que “não querem trabalhar”, mas como um lugar de resistência frente a uma inclusão precária, instável, marginal e também patológica (MARTINS, 2009). Diante desse quadro há de se perguntar se a “acomodação” não é algo relativo, um julgamento moral segundo determinados princípios e valores. Quem é o verdadeiro acomodado? Aquele que se submete a essa lógica e passa a vida inteira tentando fugir da condenação irremediável de ter nascido pobre, ou aquele que bate de frente a esse sistema e diz preferir ser um marginal a viver com que lhe foi reservado?

Neste ponto, Goffman (2004) define o chamado “indivíduo desviante”. Para o autor (GOFFMAN, 2004), este se refere a um grupo de indivíduos que não compartilham dos valores e normas sociais referentes à conduta e atributos compartilhados pela maioria, de forma que ele encontra-se numa relação distorcida com a vida moral recorrente. Uma das inúmeras formas de desvio é aquela em que o indivíduo abertamente e de forma voluntária se recusa a aceitar o lugar que lhe é destinado e apresenta um comportamento irregular e rebelde em relação às instituições básicas da sociedade—família, o sistema de classificação por gênero, idade e classe, o emprego legítimo e regular —; estes são os “desafiliados”, sendo que aqueles que se agrupam em subcomunidades ou meio podem ser denominados de “desviantes sociais” (GOFFMAN, 2004). Esses se caracterizam por serem indesejáveis socialmente por exporem falhas nos esquemas motivacionais recorrentes:

As prostitutas, os viciados em drogas, os delinquentes, os criminosos, os músicos de jazz, os boêmios, os ciganos, os parasitas, os **vagabundos**, os gigolôs, os artistas de show, os jogadores, os malandros das praias, os homossexuais, e o **mendigo impenitente da cidade** seriam incluídos. **São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade;** mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; **elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade**⁶⁰. (GOFFMAN, 2004, p.121)

Além disso, continua Goffman (2004), os desviantes sociais, em geral, não sentem que são inferiores, mas ao contrário se sentem superiores do que os normais: que a vida que eles levam é melhor do que a vivida pelas outras pessoas que, de outra forma, seria a deles. Dessa forma, são pessoas que se vêem funcionando como indivíduos estigmatizados justamente por questionar os valores e modos de vida moralmente aprovados pela sociedade.

Por certo, os relatos apresentados neste capítulo não representam o pensamento social brasileiro em sua hegemonia, se é que se pode falar nestes termos, no entanto o que parece prevalecer são as explicações de caráter psicologizante para fenômenos sociais complexos, como a pobreza e o desemprego. Entendo ser preocupante a presença de tal tendência, uma vez que tal modo de ver a realidade acaba por culpabilizar aqueles que são justamente vítimas dos males que os acometem, contribuindo para a propalação de preconceitos e estereótipos que funcionam como verdadeiros instrumentos de legitimação para medidas autoritárias.

⁶⁰ Grifo meu.

Segundo esta perspectiva, prevalece-se um pensamento econômico racionalista em que fatores como reconhecimento, autoestima, classe social, padrão de funcionamento do mercado de trabalho, crise econômica etc. - fundamentais para a aquisição de um emprego e para a promoção da ascensão social- são desconsiderados. Neste cenário a igualdade adquire uma forma perversa em que tudo se transforma em questão de “força de vontade” individual, em que os sujeitos se vêem como os únicos responsáveis pelos fracassos e sucessos de sua vida profissional. Condenam-se duplamente os pobres: pelo sofrimento com as intempéries de uma vida pautada por privações materiais e de direitos e pela autoculpabilização da pobreza.

Na verdade, penso que este tipo de construção da realidade não é exclusivo das classes populares, embora eles sejam os mais prejudicados por isso, mas é algo bastante disseminado pela sociedade brasileira em geral. Isso pode ser verificado em conversas informais, em opiniões de leitores de jornais, nos veículos de comunicação e nas redes sociais. A valoração social em torno da figura do “pobre porém honesto” em oposição ao “pobre incivil” (TELLES, 1993), são reflexos desse imaginário. A ideia essencial é que as condições sociais e políticas não são suficientemente adversas para aqueles que realmente querem “crescer na vida”, neste cenário, os exemplos dos poucos que conseguiram tal façanha de ascensão social são usados como provas de que não só é possível “chegar lá”, como os outros que estão em uma situação inferior são condenados como preguiçosos, acomodados, sem força de vontade..

Por certo que não se trata aqui de recriminar a opinião de Benê, de Francisco ou de outros entrevistados, mas de apontar as possíveis implicações que tal discurso (que não é exclusivo de Benê e de Francisco e tampouco remete apenas ao tempo presente) pode suscitar, pensando nos termos da construção de uma relação de alteridade. Neste contexto, é interessante o relato de Tião que além de expor a precariedade dos vínculos estabelecidos com o trabalho para a maioria da população, marcada pela instabilidade, insegurança, subemprego, desemprego, ele (consciente ou não) questiona justamente o que significa esse “crescer na vida”. Afinal, será que é algo realmente tangível para todos? E, antes, será que isso representa necessariamente a felicidade? Numa sociedade como a nossa que prioriza o consumo como forma de ascensão social, ao invés da construção de um ambiente virtualmente democrático, o depoimento de Tião se mostra como uma forma de resistência silenciosa, esquecida, mas potencialmente revolucionária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva da Psicologia Social, ou reconhecemos o Outro um semelhante, e, nesse caso, conferimos a ele os mesmos atributos de humanidade que encontramos em nós, ou não reconhecemos no Outro um semelhante. Para as classes dominantes é difícil reconhecer um igual nas personagens da pobreza. Reconhece-se o diferente como desigual. Da desigualdade à inferioridade e do desconhecimento ao temor, do ponto de vista psicológico, não há, também, grande distância. (MELLO, 2007, p.134-135)

Moveu a proposta desta pesquisa, a rigor, a presença de uma explicação psicologizante (e culpabilizante) em relação a segmentos da população pobre que não encontram lugar na sociedade contemporânea onde o trabalho é o suporte, por excelência, de inscrição na estrutura social (CASTEL, 1998). Esses segmentos não integrados da pobreza desde os tempos remotos recebem um tratamento diferenciado em relação a dita “pobreza integrada” (CASTEL, 1998) caracterizada por estar inscrita (precariedade ou não) nas relações de trabalho e por (forte ou frágil) inserção relacional. Os “desfiliados”⁶¹ (CASTEL, 1998) – aqueles que são excluídos do mercado de trabalho e ausentes de apoio relacional – sofreram todo tipo de medidas repressivas, já que eram vistos como indivíduos que, apesar de estarem apto ao trabalho, não trabalhavam.

Como vimos, a construção de um paradigma negativo em torno da categoria do “vagabundo” como a-social e perigoso, tratou-se de um discurso de poder; uma forma de gestão das classes dominantes em relação à essa população, que não estava em seu lugar, justamente por não encontrar um lugar na ordem social vigente (CASTEL, 1998). Condenava-se, na maioria das vezes, a errância de trabalhadores que viviam a instabilidade do emprego, em busca de uma ocupação que se esquivava (CASTEL, 1998). Tal vagar pelas ruas e praças públicas das cidades foi algo que, na verdade, sempre esteve colado às representações da vadiagem, como Frehse (2011b) mostrou tão bem em seu livro sobre o surgimento da figura do transeunte no Brasil moderno, cuja nova ordem de circulação pelas vias urbanas passou a

⁶¹ Robert Castel afirma preferir o termo desfiliação ao termo exclusão, pois ele considera que não se trata propriamente de exclusão uma vez que os indivíduos não estão, de fato, fora da sociedade. Continuam inseridos nela, mas em uma condição de flutuação social, de supranumerários, ou seja, de “inúteis” para a sociedade por não ocuparem um lugar socialmente reconhecido. Além disso, argumenta o autor, o termo exclusão vem sendo utilizado de forma indiscriminada, perdendo seu valor explicativo.

aliar-se à noção de trabalho, em que se enfatizava a “inutilidade” da permanência em espaços públicos.

Nesse sentido, importante destacar a realização de levantamento documental no acervo de um notório jornal do estado de São Paulo em que se utilizou o termo vadiagem como palavra-chave. Em tal período de busca (de 1921 a 2013), foi visto, dentre outros aspectos, que os sentidos em torno da vadiagem não apenas continuaram a ser associados aos espaços públicos, como também ao trabalho informal exercido nestes espaços.

Com o amparo de pesquisas anteriores e por meio da leitura de diversos autores, tomei como objetivo compreender de que forma esse “discurso da vadiagem” (KOWARICK, 2002) pode ser traduzido, na atualidade, em relação aqueles que se “deixam ficar” (FREHSE, 2011b) em uma importante praça pública da cidade de São Paulo.

Após dois anos de pesquisa e por, às vezes difíceis, mas nem por isso menos fascinantes experiências, posso concluir que cumpri parcialmente a tarefa. A complexidade da questão proposta não permite uma abordagem previamente definida, de forma que em vários momentos me via aflita por estar “fugindo” do “campo-tema” (SPINK, 2003), ou no sentido oposto, de não estar abarcando aspectos essenciais para o entendimento adequado da questão de pesquisa.

Nesse cenário desalentador, os conselhos da professora Leny Sato de valorização do trabalho de campo, foram me abrindo novas perspectivas e direcionando meu esforço na escrita. Priorizei, então, os principais achados do campo como aquilo que devia ditar o sentido do meu percurso de reflexão. Assim, embora não conclusivo, este estudo permite lançar pontos de partida para pesquisas que versem sobre temas como a estigmatização da pobreza (TELLES, 1993; 2001); a centralidade do trabalho enquanto um código moral de acesso ao reconhecimento e ao respeito social; a questão do preconceito e do estereótipo como importantes mediadores da exclusão social, ou, segundo Martins (2009), da inclusão marginal, precária e instável; a forte presença de valores relacionados ao universo moral do espaço da “casa” (DAMATTA, 1997); dentre outros.

Na cadência do campo, foi ficando claro que não encontrei ninguém “à toa”, todos estavam de alguma forma buscando meios de garantir a sobrevivência diária. Não obstante,

observou-se a presença de um discurso que desqualificava certa plêiade de pedestres, como “pessoas que não querem saber de trabalhar”. Estes tinham em comum o fato de exibirem o comportamento corporal de “ficar aí” nas muretas ou no chão da Praça. Dali em diante, saí em busca de informações a respeito de quem eram esses indivíduos estigmatizados e qual era o vínculo deles com o logradouro. Verificou-se tratar de um perfil de pedestre, em sua maioria de homens negros e pobres, que se caracteriza por fazer da rua o núcleo referencial de seu cotidiano para fins de trabalho, alimento, moradia e sociabilidade: lugar privilegiado de uma gente que o capitalismo excluiu (FREHSE, 2012).

Nesse cenário, encontrei nos textos de Vera Silva Telles (1993; 2001) e de Lúcio Kowarick (2002) – sobre o não reconhecimento do pobre como alguém que possui identidade e estatuto de sujeito portador de direitos – pistas para o entendimento do vivido em campo. Outro aporte teórico essencial foi a dissertação sobre desemprego por desalento de Fabiana Jardim (2004), no sentido de fazer as amarras necessárias entre o assentamento da relação salarial no Brasil e a emergência, no sentido de manifestação, de uma distinção, no imaginário social, entre os pobres honestos e trabalhadores e os vadios ou marginais. Além da obra de Erving Goffman (2003; 2004) que trouxe uma leitura própria da Psicologia Social acerca da complexa questão da interação social entre indivíduos.

Com efeito, estes autores me forneceram elementos suficientes para compreender, por exemplo, que na percepção do outro como “vadio” ou “vagabundo” não entra apenas aspectos relacionados a questão do (não) trabalho, mas também diz respeito a certas condutas identificáveis com as representações coletivas em torno da figura do “trabalhador”, do “delinquente”, do “pobre” etc. Como vimos, aqueles que foram estigmatizados como “acomodados” na Praça da Sé, tratavam, em sua maioria, de indivíduos que têm “trajetórias descontínuas, marcadas pelo desemprego e pelas alternativas de trabalho fora das relações formais de contrato” (TELLES, 1993, p.13), e até mesmo do âmbito lícito, que perderam o estatuto de trabalhador. Nesse contexto, destaca-se a referência do espaço público como lugar, por excelência, da malandragem e da marginalidade (DAMATTA, 1997), como as imagens da Praça da Sé para uma parte dos seus habitantes demonstraram: o “lugar de perigo”, o “lugar de vergonha”, o “lugar de mordomia que estimula a permanência de uma gente acomodada”.

Mas, se, por um lado, a experiência etnográfica na Praça da Sé revelou a presença do, historicamente, arraigado preconceito acerca daqueles que não encontram lugar na sociedade, por outro, ela trouxe novos elementos não previstos inicialmente acerca da temática proposta.

Em primeiro lugar, o estranhamento em relação ao campo marcou o início do processo de investigação, lembro-me, com satisfação, de como a Praça da Sé foi, paulatinamente, se transformando de um lugar caótico, perigoso, para um lugar conhecido, organizado e amigável. A influência da relação social na percepção sobre o “outro”, em oposição ao anonimato, foi algo que o campo me mostrou ser central com respeito à caracterização de preconceitos e estigmas. Foi visto que não há um discurso unívoco sobre vadiagem na Praça. Há diferentes percepções e olhares sobre aqueles que se “deixam ficar” (FREHSE, 2011b), entonados pela proximidade afetiva e, em especial, pelo compartilhamento de uma vida marcada pela instabilidade e insegurança em relação ao amanhã.

Assim, enquanto a fase inicial de entrevistas apresentou falas mais contundentes em relação a Praça e aos seus habitués, se aproximando dos discursos retirados da pesquisa nos jornais a permanência na “banca” com Madureira possibilitou outra visualização do logradouro e da temática deste estudo. Observei a multiplicidade de formas em que as pessoas buscam para “se virar”; a precariedade das ocupações; a porosidade das fronteiras do trabalho formal, informal e ilícito; a perseguição policial aos trabalhadores clandestinos; a presença do álcool e demais drogas funcionando como “símbolos de estigma” (GOFFMAN, 2004), etc. Esses fatores acabam por, muitas vezes, tornar indeterminadas as delimitações entre “trabalhadores” e “vadios”. Indeterminação expressa também nas próprias falas dos entrevistados, carregadas de contradições e ambiguidades quanto à adesão ao código do trabalho enquanto processo identificatório (NARDI, 2003). Tudo isso aliado à realização da entrevista com Tião que possibilitou outra visão acerca do mundo do trabalho, da significação do espaço da rua e do modo de ser pautado pela disciplina do trabalho e pelo consumo. Quer dizer, o “vagabundo” se mostrou como uma figura essencialmente simbólica, uma vez que, a depender da perspectiva, ele pode ser visto como algo degradado ou como resistência.

Não obstante aqueles que ficavam sentados ou deitados entorno das muretas ou no chão foram quase sempre estigmatizados: são os “acomodados”, por excelência. Pensando em termos de pobreza, eles pouco diferem dos engraxates-sapateiros, por exemplo, estes estão a

todo instante sob o risco de caírem na desfiliação. O que parece ser o divisor de águas é a exposição de certa conduta de “trabalhador”, que é mediada pela cadeira do engraxador, pela banca de jornal etc., que demonstra, mesmo que precariamente, a inserção em relações de trabalho. A aparência de estar à toa, na Praça, aliada ao “aspecto” de pobreza é crucial para que certos indivíduos sejam associados à desordem moral e a violência. E esse é um dos pontos críticos desta temática.

Como José de Souza Martins afirma, “a ideologia relativa ao vadio é sobre o vadio, mas não é a do vadio. É o „outro“ da camada dominante que tece a ideologia da vadiagem, que constrói a concepção que o identifica e rejeita ao mesmo tempo” (FOLHA DE S. PAULO, 05/05/1984, p. I-4). Quer dizer, é sempre do “outro” que se está falando, nunca de si próprio. Na Praça da Sé, vimos que, a despeito dos “acomodados” estarem muitas vezes executando atividades, estas não apenas não tinham o estatuto de trabalho, como eram vistas como práticas de uma “gente que não quer trabalhar”. Além do mais, esses ditos “acomodados”, no mais das vezes, referiam-se às pessoas inscritas no circuito informal de trabalho.

Nesse sentido, penso ter sido crucial o aporte da pesquisa documental com o intuito de recuperar os diversos sentidos que a vadiagem já teve, entendendo que esses sentidos não ficaram para trás, mas eles coexistem de distintas formas até os dias de hoje. Verificou-se, em meados da década de 1960, uma mudança no perfil daqueles que eram presos pela contravenção penal da vadiagem, de “vigaristas” e “punguistas” para “camelôs” e “flanelinhas”, como a utilização dos termos nas notícias da época denunciam. Se, antes, o indivíduo autuado como “vadio” era aquele que se entregava supostamente à ociosidade sem ter renda que lhe garantisse a sobrevivência, com o passar dos anos, a vadiagem será cada vez mais associada àquele que não porta carteira de trabalho assinada. Destaque também para a associação recorrente das pessoas em situação de rua com a prática da vadiagem que as fontes jornalísticas demonstraram e que o trabalho de campo na Praça da Sé parece ratificar.

Para Guareshi (2007), a estratégia de culpabilização, é “uma das estratégias psicossociais mais sutis na tarefa de legitimação da exclusão. Por detrás dela, esconde-se uma concepção específica de ser humano e um conjunto de valores que serve de fundamentação para tais práticas” (p. 150). Nesse sentido a presença de uma explicação psicologizante faz a sua parte, já que, ao desconsiderar o outro como igual, acaba, não somente, por criminalizar a

pobreza, como desconstruir a possibilidade de uma relação de alteridade. Entendo que a presença de tal discurso está, em grande medida, relacionada ao imperativo da sobrevivência em que vive a maioria dos brasileiros, despossuídos de qualquer forma de suporte para a subsistência, por parte do Estado – o chamado individualismo negativo de Castel (1998). Nesse cenário, como é possível falar de alteridade? Em um país com uma abismal desigualdade social, dificilmente o “outro” vai ser visto como igual, especialmente, ser for membro da classe pobre. Como aponta Nardi (2003):

Acreditamos que a liberdade necessária para a construção de uma ética que se formula, de fato, a partir de uma prática reflexiva baseada no respeito à diferença e aberta à alteridade é, parcialmente, dependente de suportes materiais que permitam ao indivíduo se afirmar para além do mundo da necessidade, ou seja, para além da luta cotidiana pela sobrevivência (p.43).

Kowarick (2002) já apontou que a nossa “questão social” – anulação daqueles que são percebidos como diferentes e inferiores – é decorrente do desenraizamento do assalariamento formal, cuja expressão é o aumento do número de desempregados e da mão-de-obra sem carteira assinada, somados a um sem número de tarefeiros de toda ordem, provocado pela instabilidade e pela precarização do trabalho. Quer dizer, o trabalho não estaria mais cumprindo a função de integrar os indivíduos à sociedade, de forma que a marginalidade está se transformando em um modo (permanente) de vida. Nesse cenário, segundo o autor (KOWARICK, 2002) abre-se precedente não apenas para uma negação ao outro do “direito de ter direitos”, mas também para a aparição de uma “mentalidade exterminatória”.

Conclui-se a presença estigmatizadora do que venho chamando de “discurso da vadiagem”, em que aqueles que estão fora da relação de emprego (estável ou precário) se constituem no seu alvo principal. Por meio das notícias de jornais, verificou-se que esse estigma está, historicamente, associado aos segmentos pobres da população que tem as ruas e praças como referenciais principais de seu cotidiano, para fins de trabalho, lazer e convivência social. Por certo, não se trata de uma simples transposição da intolerância verificada tanto nos séculos XIX quanto na primeira metade do século XX. Há ciência da precariedade das ocupações, do alto custo de vida, do problema da adição a drogas, etc., porém, prevalece uma explicação psicológica, individualista, quase biológica (em detrimento das considerações das causalidades históricas e sociais), diante dos personagens da grande marginalidade.

Conclui-se também a associação do “espaço da rua” (DAMATTA, 1997) ao conceito de lugar onde vivem os malandros e os pilantras; lugar, por princípio, de desordem moral e de violência. Nesse cenário, é crucial a exposição pública de certa conduta de “trabalhador”, em que certos rituais e regras acabam por diferenciar o trabalhador formal do informal e, ambos, dos “acomodados”, “maloqueiros”, “pilantras”, “nóias” etc. – os chamados “inadaptados sociais” (CASTEL, 1998).

_____. *Os indesejáveis da Praça da Sé: uma aproximação etnográfica*. Ponto Urbe (USP), 12(1) Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao12-cirkula/280-os-indesejaveis-da-praca-da-se-sp-uma-aproximacao-etnografica>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

DINIZ, B. F. & BATISTA, J. T. *Desemprego, geração de renda e trabalho em um Centro de Referência em Assistência Social*. São Paulo, Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT). Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST), IPUSP, 2011. [DIG.].

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FARINA, A. F. & NEVES, T. F. S. *Formas de lidar com o desemprego: possibilidades e limites de um projeto de atuação em psicologia social do trabalho*. São Paulo. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol.10, n.1, p. 21-36, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Delegado de Assis decide reprimir a vadiagem com rigor*. Assis (SP), 17 jan.1981. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. *Policiais ficam sem punição*. São Paulo (SP), 29 jan.1996. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 02 set. 2013.

_____. *Brasileiros se dividem sobre impostos e papel do governo*. São Paulo, 08 dez. 2013. Caderno Principal, p.A-4

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

FREHSE, F. *Entre largo e praça, matriz e catedral: a Sé dos cartões postais paulistanos*. Cadernos de Campo (USP. 1991), São Paulo, v. 5-6, p. 117-155, 1997.

_____. *Em busca de diferenças no urbano hoje, regras de uso dos lugares públicos centrais*. In: Grupo de Trabalho “Dimensões do Urbano” - 35o. Encontro Anual da ANPOCS, 2011, Caxambu. Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS, de 24 a 28 de outubro de 2011, em Caxambu/MG. São Paulo: ANPOCS, 2011^a

_____. *Ô da Rua! O Transeunte e o Advento da Modernidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2011b.

_____. *A contribuição dos tempos históricos no espaço para a pesquisa urbana no Brasil*. In: 36º. Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindoia. Anais do 36o Encontro da ANPOCS, de 21 a 25 de outubro de 2012, em Águas de Lindoia/SP. Águas de Lindoia: ANPOCS, 2012. v. 7. p. 1-30.

_____. *Os tempos (diferentes) do uso das Praças da Sé em Lisboa e em São Paulo*. In: Carlos Fortuna; Rogério Proença Leite. (Org.). Diálogos Urbanos. Coimbra: Almedina, v. 1, p. 127-173, 2013.

GEREMEK, B. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia. 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (1981). Versão digitalizada: Mathias Lambert (trad.). Data de digitalização: 2004 Disponível em: <[http://www.se-rj.com.br/IBMR/TEXTOS%20IBMR/institucional 2011sem01noite/ESTIGMA.pdf](http://www.se-rj.com.br/IBMR/TEXTOS%20IBMR/institucional%201sem01noite/ESTIGMA.pdf)>. Acesso em: 15 jul 2013.

GOMES, José Agnaldo. *Itinerários de sentidos na marcha para uma comuna da terra: pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo em busca de sua participação social*. 2004. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

GUARESHI, P. A. *Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização*. In: Sawaia, B.(Org.). *As artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. *Trabalho informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas*. 2006. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

JARDIM, Fabiana Augusta Alves. *Entre o desalento e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. *Do desempregado ao desemprego: desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KOWARICK, L. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Viverem risco: sobre a vulnerabilidade do Brasil urbano*. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.63, 2002.

LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Kairós, 1983.

MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C. & TORRES, L. L. (Orgs.) *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.p. 12-53.

_____. O (velho e bom) caderno de campo. *Revista Sexta-Feira*, 1(1), p. 08-12, 1997.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n.49, p.11-29, jun. 2002.

_____. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MAGNANI, J. G. C & TORRES, L. de L.(Orgs). *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. 3. ed. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2008.

MARTINS, J. S. *O rico e o vadio nas Gerais do século 18*. Folha de São Paulo, São Paulo, 05 maio 1984. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Oscite 1998.

_____. *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Paulo, 2009.

MELLO, S. L. *A violência urbana e a exclusão dos jovens*. In: Sawaia, B.(Org.). *As artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: MERLEAU- PONTY, M. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 193-206. (Coleção Os Pensadores).

MEYER, R. P. A construção da metrópole e a erosão do seu centro. *Revista URBS*, 2, 14, p. 28-35, 1999.

NARDI, H. C. A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 1, n.15, p. 37-56, 2003.

NEVES, T. F. S. *et al. Desemprego e ideologia: as explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos*. São Paulo. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 1, p. 1-13, 1998.

OLIVEIRA, Fábio de. *A construção social dos discursos sobre o acidente de trabalho*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1997.

PRILLELTENSKY, I. *The moral and politics of psychological discourse and the status quo*. Nova York: New York State University Press, 1994

ROCKWELL, E. (1987). *Reflexiones sobre el proceso etnográfico (1982-85)*. México: Centro de Investigación y Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional. 31 f. Mimeografado.

_____. *La experiencia etnográfica. Historia y cultura en los procesos educativos*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

RODRIGUES, Adriana AgnesMagalhães. *Os sentidos do auto-emprego nos pequenos negócios familiares geradores de renda*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAFATLE, V. P. O que quebrará o país? *Revista Carta Capital*, São Paulo, 09 julho 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/colunistas/educacao/o-que-quebrara-o-pais> Acesso em: 07 jan. 2014.

SATO, Leny. *Abordagem Psicossocial do Trabalho Penoso: Estudo de Caso de Motoristas de Ônibus Urbano*. 1991. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, S. Paulo, 1991.

_____. *Psicologia e Trabalho: focalizando as “profissões ignoradas”*. In: Benedito Medrado e Wedna Galindo. (Org.). *Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO*. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011, v. 1, p. 233-250, 2011.

SATO, L. & SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, v. 12, n.2, p. 29-47, 2001.

SATO, L.; SCHMIDT, M. L. S. Psicologia do Trabalho e Psicologia clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. *Estudos de Psicologia* (Natal), Natal - UFRN, v. 9, n. 2, p. 365-372, 2004.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

_____. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, v. 20 (Edição Especial), p. 70-77, 2008.

_____. Micro cadeias produtivas e a nano-economia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (USP), v. 12, p. 227-241, 2009.

_____. ¿Qué pasó com el trabajo?: de la centralidade de los zapatos, barcos y lacre a los problemas planteados por los cerdos volando. *Athenea Digital*, v.11, n.3, p. 3-24, 2011.

TELLES, V. S. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Cadernos CRH, Salvador*, v. 19, p. 8-21, 1993.

_____. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Argumentum Ed.: Belo Horizonte, 2010.

TESSARI, C. A. *Braços para colheita. Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2013.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.